

**EDITAL**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13.010/2026 PERP**

**PARTE ESPECÍFICA (QUADRO DE RESUMO)**

| 1.MODALIDADE | 2.FORMATO  | 3.Nº DO PROCESSO | 4.ENDEREÇO/LOCAL DA DISPUTA:    | 5.CÓDIGO DA UASG: | 6.NÚMERO NO COMPRAS.GOV.BR: |
|--------------|------------|------------------|---------------------------------|-------------------|-----------------------------|
| PREGÃO       | ELETRÔNICO | 13.010/2026 PERP | www.compras.gov.br (Comprasnet) | 981319            | 91310                       |

**7.OBETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PARA UTILIZAÇÃO DOS SERVIDORES NA LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE AQUIRAZ - CE**

| 8.DATA DA ABERTURA  | 9.HORA DA ABERTURA | 10.TIPO:    | 11.CRITÉRIO DE JULGAMENTO: | 12.MODO DE DISPUTA |
|---|--------------------|-------------|----------------------------|--------------------|
| 22 DE MAIO DE 2026  | 09:00H             | MENOR PREÇO | POR LOTE                   | ABERTO             |
| <b>REFERÊNCIA DE TEMPO:</b> PARA TODAS AS REFERÊNCIAS DE TEMPO UTILIZADAS PELO SISTEMA SERÁ OBSERVADO O HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF. |                    |             |                            |                    |

**13.ÓRGÃO GERENCIADOR:**

- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

| 14.LICITAÇÃO EXCLUSIVA OU COM COTAS PARA ME E EPP? | 15.FORNECIMENTO: | 16. PRAZO PARA ENTREGA: | 17.VIGÊNCIA DA ARP: | 18.POSSIBILIDADE DE AMOSTRAS? |
|--|------------------|-------------------------|---------------------|-------------------------------|
| NÃO  | PARCELADO        | 10 (DEZ) DIAS UTEIS     | 12(DOZE) MESES      | SIM                           |

**19.ESPECIFICIDADES DO PROCEDIMENTO:**

As particularidades pertinentes ao objeto serão aquelas definidas no termo de referência.

**20.DOS ATENDIMENTOS, PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES, RECURSOS E VISTAS AO PROCESSO**

Todos os **atendimentos** e demais tratativas com a Pregoeira serão realizados **exclusivamente** por meio virtual, mediante pedido formal a ser enviado através do e-mail: [licitacao@aquiraz.ce.gov.br](mailto:licitacao@aquiraz.ce.gov.br), como também os **pedidos de esclarecimentos, impugnações e pedidos de vistas aos autos**;

Já os recursos administrativos e contrarrazões devem ser manifestados através da plataforma [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br), nos termos consignados no presente edital.

**21.OBSERVAÇÕES IMPORTANTES E OBSERVÂNCIA OBRIGATÓRIA:**

- 1) O presente edital se apresenta em duas partes (parte específica e parte geral), onde, na parte específica serão disciplinadas as definições singulares do objeto, qualificação técnica específica, peculiaridades e demais disposições do julgamento. Já na parte geral teremos as demais condições e entendimentos padronizados relativos ao procedimento.
- 2) Existindo divergência entre as informações constantes da parte específica (quadro resumo) e dos demais campos do edital e seus anexos (parte geral), prevalecerão as informações constantes da parte específica.
- 3) Havendo discrepância entre os textos constantes do edital e seus ANEXOS, inclusive quanto a especificação dos produtos, unidades e demais detalhamentos ante aqueles constantes da plataforma compras.gov.br prevalecerão as informações constantes do edital e seus ANEXOS.
- 4) Todas as normativas complementares e regulamentadoras das contratações públicas desse município são partes integrantes desse instrumento, independentemente de estarem anexados.

\*\*\*\*\*

**EDITAL**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13.010/2026 PERP**

**PARTE GERAL**

**PREÂMBULO**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIRAZ**, por meio da Agente de Contratação, ora denominada de Pregoeira, designada pela Portaria 0501004/2026, de 05 de janeiro de 2026 e por ordem das autoridades competente(s) deste processo as quais constam acima relacionadas, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto processo licitatório, na modalidade **PREGÃO**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, em formato **ELETRÔNICO Nº 13.010/2026 PERP**, do tipo e critério de julgamento assinalados no quadro resumo acima, do modo e nas condições fixadas no quadro de resumo inicial, a ser realizado em sessão pública por meio de comunicação via internet, através do endereço eletrônico [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br), e que dará início aos procedimentos de abertura e análise das propostas de preços, formalização de lances, análise e verificação dos documentos de habilitação e demais procedimentos atinentes ao processo, tudo mediante as condições estabelecidas e exigências previstas no presente Edital, na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal nº 067/2023, de 23 de agosto de 2023 e nas demais normas complementares.

A parte geral do presente edital é subdividida em duas outras partes, conforme a seguir apresentadas:

**SUBPARTE A – CONDIÇÕES PARA COMPETIÇÃO, JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO.**

Em que são estabelecidos os requisitos e as condições para competição, julgamento e formalização da ata de registro de preços e do contrato.

**SUBPARTE B – ANEXOS**

ANEXO I – Estudo Técnico Preliminar – ETP;  
ANEXO II – Termo de Referência e seus anexos;  
ANEXO III – Minuta da Ata de Registro de Preços;  
ANEXO IV – Minuta da Proposta de Preços;  
ANEXO IV – Minuta do Contrato.

**1. DO OBJETO**

A presente licitação tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PARA UTILIZAÇÃO DOS SERVIDORES NA LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE AQUIRAZ - CE**. Tudo conforme especificações contidas no Termo de Referência, constante do anexo II do Edital.

**2. DAS FASES DO PROCESSO LICITATÓRIO**

2.1. A disputa do presente procedimento licitatório terá o seguinte trâmite, em fases distintas:

- 2.1.1. Credenciamento na plataforma [Compras.gov.br](http://Compras.gov.br);
- 2.1.2. Recebimento das “Propostas de preços” e “Documentos de Habilitação” via sistema;





- 2.1.3. Abertura das Propostas de preços apresentadas, verificação e classificação inicial;
- 2.1.4. Lances, aplicação do direito de preferência e critérios de desempate;
- 2.1.5. Negociação, se for o caso;
- 2.1.6. Amostras, se for o caso;
- 2.1.7. Apresentação de propostas ajustadas, se for o caso;
- 2.1.8. Fase de aceitabilidade das propostas;
- 2.1.9. Habilitação do proponente melhor classificado;
- 2.1.10. Recursos;
- 2.1.11. Homologação.

### 3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO.

#### 3.1. PODERÃO PARTICIPAR DESTA LICITAÇÃO:

- 3.1.1. Quaisquer interessados na forma de **PESSOA JURÍDICA** que:
  - 3.1.1.1. Esteja regularmente estabelecida neste País, credenciados junto ao portal de compras do Governo Federal, cadastrados ou não no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Aquiraz e que satisfaçam a todas as condições da legislação em vigor e deste edital;
  - 3.1.1.2. Possua objetivos sociais / ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, devendo, ainda, cumprir a legislações próprias quanto à forma constituição do tipo de empresa;
  - 3.1.1.3. Possua registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF). Esse registro também será requisito obrigatório para fins de habilitação. A proponente que participar desta licitação com suas condições de habilitação vinculadas ao documento SICAF, obriga-se a declarar, sob as penalidades da lei, a superveniência de fato impeditivo de sua habilitação;
  - 3.1.1.4. Constituídas na forma de cooperativas, desde que atendidos os requisitos do art. 16 da Lei 14.133/2021 e da legislação específica correspondente, mediante declaração em campo próprio do sistema, quando o edital assim permitir;
- 3.1.2. Tratando-se de Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP e as cooperativas que se enquadrem nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, e que não se encontram em qualquer das exclusões relacionadas no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, deverão declarar no Sistema do **compras.gov.br** o exercício do direito de preferência previsto em Lei.
- 3.1.3. A Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP, caso contratada, será a responsável por solicitar seu desenquadramento da condição de Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP quando houver ultrapassado o limite de faturamento estabelecido no art. 3º, da Lei Complementar nº 123/2006 em razão da presente contratação.
- 3.1.4. **A participação na licitação implica automaticamente na aceitação integral e irrevogável dos termos e conteúdo deste edital e seus ANEXOS, a observância dos preceitos legais e regulamentos em vigor, ficando, desde já, responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, restando excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido do acesso e manuseio do plataforma, ainda que por terceiros.**

#### 3.2. NÃO PODERÃO PARTICIPAR DESTA LICITAÇÃO:

- 3.2.1. O autor do anteprojeto, do Termo de Referência ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.
- 3.2.2. Empresas que não se enquadrem na condição de Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, quando se tratar de licitação exclusiva;



- 3.2.3. O responsável pela elaboração do Termo de Referência ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.2.4. Empresas reunidas em consórcio;
- 3.2.5. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);
- 3.2.6. Instituições sem fins lucrativos, qualificadas na forma dos arts. 5º a 7º da Lei nº 9.637/1998, exceto se o objeto desta licitação se inserir entre as atividades previstas no contrato de gestão firmado entre o Poder Público e a organização social (Acórdão nº 1.406/2017- TCU-Plenário).
- 3.2.7. Pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção de suspensão temporária de participação em licitação, impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Aquiraz, tenham sido declaradas inidôneas e estejam impedidas de licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, que estejam cadastradas positivamente no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), no cadastro Consolidado de Pessoa Jurídica do TCU, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas (CEIS), no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).
- 3.2.8. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.2.9. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.2.10. Pessoa jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- 3.2.11. Que não tenham providenciado o credenciamento junto ao SICAF e aos demais requisitos da plataforma eletrônica de julgamento.
- 3.2.12. Que tenham em comum mesmo preposto ou procurador.
- 3.2.13. Os interessados que se encontrem em processo de falência decretada ou em processo de dissolução, de fusão, de cisão ou de incorporação.
- 3.2.14. *É permitida a participação de empresa em condição de recuperação judicial desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos do acórdão nº 1.201/2020 do TCU.*
- 3.2.15. Empresas cujos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes de seu quadro técnico sejam funcionários ou empregados públicos da Administração Pública Municipal Direta ou Indireta.
- 3.2.16. Empresas Estrangeiras não autorizadas a funcionar no País.
- 3.2.17. Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação.
- 3.3. O impedimento de que trata o item 3.2.7. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.4. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.2.1 e 3.2.3, poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de

execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.5. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

#### **4. DISPOSIÇÕES DE OBSERVÂNCIA OBRIGATÓRIA PELO PROPONENTE NO CURSO NO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO.**

4.1. O proponente interessado na participação da presente licitação fica OBRIGADO a:

- a) Responsabilizar-se pela proposta, declarações, documentos e demais informações cadastradas ou anexadas a plataforma eletrônica COMPRASNET, bem como pelos registros realizados no CHAT durante o processamento e julgamento do certame;
- b) Realizar as declarações eletrônicas exigidas no cadastro da proposta na plataforma eletrônica COMPRASNET, sem qualquer falseamento da verdade;
- c) Remeter, no prazo estabelecido, EXCLUSIVAMENTE VIA SISTEMA, os documentos de habilitação, a proposta e, quando necessário, os documentos complementares solicitados no presente Edital e seus ANEXOS;
- d) Manter-se logado (online) ao COMPRASNET, acompanhando os trabalhos de processamento do certame durante toda a Sessão Pública Eletrônica, atendendo tempestivamente aos chamados da Pregoeira via CHAT;
- e) Cumprir integralmente a proposta comercial cadastrada ou o lance final registrado no COMPRASNET;
- f) Não fazer declaração falsa ou não apresentar documento falso;
- g) Não cometer fraude fiscal;
- h) Não formar conluio ou combinar proposta com concorrente(s);
- i) Não fraudar ou frustrar a concorrência com utilização de mecanismos eletrônicos de registro de propostas, lances e/ou documentos;
- j) Não indicar, para fins de garantia do anonimato da fase competitiva, qualquer tipo de caractere especial identificador da empresa no cadastro da proposta eletrônica no COMPRASNET;
- k) Manter atualizadas todas as informações da empresa no SICAF que possam facilitar a comunicação, particularmente telefones e e-mail;
- l) Não praticar qualquer ato lesivo à Administração Pública contido no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.
- m) Não se enquadrar em nenhuma das proibições indicadas nas alíneas do item 3.2 deste Edital.

#### **5. DO CREDENCIAMENTO DO PROPONENTE NA PLATAFORMA ELETRÔNICA.**

5.1. Os interessados aptos à participação do presente procedimento licitatório deverão providenciar o cadastramento do proponente junto a Portal de Compras do Governo Federal – COMPRAS.GOV.BR (COMPRASNET), no sítio [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br).

5.2. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal – COMPRAS.GOV.BR (COMPRASNET), no sítio [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br), com a solicitação de login e senha pelo interessado.

5.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do proponente ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

5.4. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

5.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à **PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIRAZ** ou ao



COMPRAS.GOV.BR (COMPRASNET), a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do seu uso indevido, ainda que por terceiros.

5.6. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal na plataforma eletrônica implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

## **6. PARÂMETROS DOS DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS NO PROCEDIMENTO.**

6.1. Obrigatoriamente, os documentos deverão ser da mesma sede e igualdade de CNPJ, ou seja, se da matriz, todos da matriz, se de alguma filial, todos da mesma filial, com exceção dos documentos que são válidos tanto para matriz como para todas as filiais. O contrato será celebrado com a sede que apresentou a documentação.

6.2. Cada proponente deverá apresentar através do sistema COMPRAS.GOV.BR os documentos exigidos inicialmente, sendo:

- a) a Proposta de Preços e seus ANEXOS;
- b) os Documentos de Habilitação;

6.3. Os documentos, em formato de arquivo, a serem enviados via internet somente poderão ter as extensões \*.doc, \*.xls, ou \*.pdf.

6.4. Os documentos comprovadamente apresentados em formato corrompido ou incompatível com a versão sistêmica operada, poderão ser solicitados mediante nova anexação, por parte da Pregoeira, ficando a critério deste(a), de acordo com o caso concreto, realizar tal solicitação, a fim de que se façam as elucidações necessárias ao pleno julgamento.

6.5. É dever da proponente atualizar previamente os documentos constantes no SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

## **7. DA PROPOSTA DE PREÇOS**

### **7.1. FORMALIDADES QUANTO A PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA:**

7.1.1. A Proposta de Preços Inicial, sob pena de desclassificação, será aquela cadastrada exclusivamente pela plataforma do COMPRAS.GOV.BR, caracterizando o objeto, o item proposto e a marca/modelo, nos campos discriminados pela própria plataforma.

7.1.2. Não se faz necessário a inserção do detalhamento dos itens, assim como, a anexação de proposta "em arquivo" juntamente com o cadastramento da proposta inicial. O proponente deverá realizar o preenchimento da proposta de acordo com as informações disponíveis na plataforma, a qual terá conformidade com o Termo de Referência – anexo II do Edital.

7.1.3. A proposta de preços inicial servirá para fins de verificação das condições da proposta, bem como, para realização de comparativo ante a proposta de preços final (consolidada), o qual, encontrada divergência entre as mesmas, salvo quanto a redução dos preços em virtude dos lances ou de melhor oferta, a proponente será desclassificada.

### **7.2. DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS:**

7.2.1. A participação neste certame licitatório dar-se-á pela utilização da senha de acesso individual a plataforma eletrônica COMPRASNET de cada proponente, mediante prévio cadastro da proposta até a data e horário previstos para abertura da sessão do certame.

7.2.2. Nos termos do art. 63, da Lei 14.133/2021, e considerando a regulamentação contida no art. 26, do Decreto nº 10.024/2019, o proponente DEVERÁ, OBRIGATÓRIA E PREVIAMENTE, registrar sua proposta de preços (inicial) na plataforma do COMPRASNET, até a data e horário marcados para abertura da sessão.

**OBSERVAÇÃO:** RECOMENDA-SE que também seja anexada junto ao SICAF (ferramenta integrante do COMPRASNET), no momento do cadastramento de sua proposta de preços inicial, todos os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO exigidos para fins de julgamento do certame, observadas as exigências contidas no edital.

7.2.3. As informações quanto a marca e modelo, se for o caso, e demais especificidades particulares da proposta de preços cadastrada na plataforma, assim como, os documentos habilitação, caso anexada, do proponente melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da Pregoeira e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7.2.4. Até a abertura da sessão do certame, o proponente poderá livremente retirar, alterar ou substituir a proposta anteriormente cadastrada, como também excluir ou anexar novos documentos relativos a habilitação. Depois da data e horário de abertura da Sessão, não caberá qualquer alteração ou desistência de proposta.

7.2.5. Nenhuma proposta de preços ou documentação de habilitação poderá ser encaminhada à Pregoeira por e-mail ou outro meio de comunicação antes do encerramento da etapa competitiva, sob pena de quebra do anonimato da competição e consequente desclassificação.

7.2.6. Na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo proponente, observado o disposto no caput, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de julgamento.

7.2.7. O proponente deverá consignar diretamente no Sistema, na forma nele disposta, além da descrição sucinta do objeto a ser fornecido, inclusive com indicação de marca, modelo e fabricação (se for o caso), a quantidade e os valores unitários e total do objeto proposto, já inclusas todas as despesas inerentes, tais como: impostos, taxas, fretes, seguros e demais encargos, de qualquer natureza, que se façam indispensáveis à perfeita execução do objeto.

7.2.8. Não poderá ser incluído no registro da proposta eletrônica diretamente no COMPRASNET qualquer nome, texto, elemento ou caractere que possa identificar o proponente, sob pena de DESCLASSIFICAÇÃO da proposta e aplicação de SANÇÃO ADMINISTRATIVA.

7.2.9. No momento do cadastro da proposta deverá o proponente realizar as seguintes DECLARAÇÕES ELETRÔNICAS, disponíveis no próprio Sistema (conforme o caso):

7.2.9.1. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de 16 anos, salvo, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal;

7.2.9.2. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

7.2.9.3. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus ANEXOS, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital;

7.2.9.4. que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

7.2.9.5. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009;

7.2.9.6. no caso de Microempresa - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e equiparadas, que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei;



7.2.9.7. que o objeto será executado por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991;

7.2.10. As declarações mencionadas no subitem anterior serão visualizadas pela Pregoeira na fase de habilitação, quando serão anexadas aos autos do processo de contratação juntamente com a documentação de habilitação.

7.2.11. A falsidade relativa a qualquer das declarações exigidas no item anterior sujeitará o proponente às sanções administrativas previstas no item 15 deste Edital, sem prejuízo das consequências civis e penais que seu ato ensejar.

7.2.12. Para cadastramento da proposta no sistema COMPRAS.GOV.BR (COMPRASNET), o licitante deverá se ater ao critério de julgamento definido ao presente certame, conforme definição no quadro de resumo constante do início deste edital, **POR LOTE**. Porém, ao oferecer proposta e ofertar os lances no sistema COMPRAS.GOV.BR o valor a ser observado pelo fornecedor refere-se ao **PREÇO UNITÁRIO DO ITEM**.

7.2.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá, quando do cadastramento da proposta, parametrizar o seu valor final mínimo e obedecerá às seguintes regras:

7.2.14. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo) do valor estimado da contratação conforme anexo II deste Edital; e

7.2.15. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem anterior.

### **7.3. PRECAUÇÕES E COMPROMISSOS QUANTO A PROPOSTA DE PREÇOS:**

#### **7.3.1. PRECAUÇÕES E COMPROMISSOS QUANTO A PROPOSTA DE PREÇOS:**

7.3.1.1. O registro de proposta de preços eletrônica, seja ela inicial ou final, vinculada ao presente certame implica, independente de declaração expressa, na(o):

- a) aceitação de todas as condições estabelecidas neste Edital e seus ANEXOS;
- b) garantia do cumprimento da proposta por prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital;
- c) compromisso do proponente para com o rigoroso cumprimento das especificações técnicas, prazos e condições fixadas no Termo de Referência (anexo II);
- d) impossibilidade de posterior desistência ou declínio de proposta a partir da data da sessão eletrônica inicial, ou de requerer qualquer acréscimo de custos que deveria ter sido incluído na sua proposta;
- e) submissão às sanções administrativas previstas neste Edital e seus ANEXOS;
- f) obrigação de participar ativamente do certame (ON-LINE) até a sua conclusão, encaminhando toda a documentação solicitada e/ou prestando as informações e esclarecimentos solicitados pela Pregoeira.

7.3.2. No momento do cadastro ou registro da proposta comercial eletrônica, o proponente deverá atentar para o fato de que, por razões de limitações técnicas das especificações dos itens constantes no CATMAT/CATSERV (COMPRASNET), as **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS COMPLETAS DO OBJETO LICITADO**, para efeito de formulação da proposta de preços, os dados e especificações serão sempre aquelas constantes do Termo de Referência (anexo II).

7.3.3. Após a abertura da sessão pública eletrônica do presente certame, não cabe em nenhuma hipótese desistência de proposta.

### **7.4. DOS PREÇOS, CLASSIFICAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA:**

7.4.1. O cadastro da proposta/encaminhamento pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital. O proponente será responsável por todas as transações que

forem efetuadas em seu nome na plataforma eletrônica, assumindo como firmes e verdadeiras sua Proposta de Preços e lances.

7.4.2. Não será possível a oferta de quantidades inferiores às previstas no TERMO DE REFERÊNCIA anexo ao edital.

7.4.3. Os preços constantes da Proposta de Preços do proponente deverão conter apenas 02 (duas) casas decimais após a vírgula em seus valores globais e unitários, inclusive em propostas de adequação, quando for o caso.

7.4.4. Os preços propostos deverão estar de acordo com o quantitativo do bem cotado.

7.4.4.1. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

7.4.5. Os preços propostos e a proposta de preços em si são de exclusiva responsabilidade do proponente, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro argumento não previsto em lei, salvo nos casos nitidamente verificados e atestados pela Pregoeira que, dentro da situação concreta, poderá agir no sentido de prospectar maior celeridade e eficiência ao julgamento.

7.4.6. Ocorrendo discrepância entre o preço unitário e total, prevalecerá aquele lançado no sistema e utilizado para classificação das Propostas de Preços, devendo a Pregoeira proceder às correções necessárias.

7.4.7. Havendo discrepância entre a especificação dos itens do edital e seus ANEXOS e aquelas lançadas no sistema, prevalecerão as especificações do edital e seus ANEXOS.

7.4.8. Na elaboração da Proposta, o preço cotado poderá ultrapassar o valor de referência da presente licitação discriminado no MAPA DE PREÇOS presente nos autos do processo em epígrafe. Entretanto, na disputa de lances, o lance final deverá atingir preço inferior ou igual ao limite máximo constante do Mapa de Preços; o preço unitário dos itens deverá ser inferior ou igual àquele limite.

7.4.9. Caso não seja realizada a disputa de lances, a proponente que cotou na proposta o menor preço deverá reduzi-lo a um valor inferior ou igual ao limite máximo acima especificado. Nesse contexto, estando a proposta inicial inferior ao estimado, a mesma deverá ser considerada.

7.4.10. Caso o proponente vencedor da cota reservada seja o mesmo vencedor da cota de ampla participação, inclusive nos casos na situação anterior, este deverá realizar a adequação dos preços unitários para o menor valor ofertado.

7.4.11. O critério de julgamento do processo licitatório será aquele constante da parte específica do procedimento.

7.4.12. Não serão adjudicadas propostas de preços com valores unitários superiores à média dos preços unitários e totais estimados para a contratação, os quais se encontram definidos no TERMO DE REFERÊNCIA.

7.4.13. O prazo de validade da Proposta de Preços não pode ser inferior a 60 (sessenta) dias consecutivos da sessão de abertura desta licitação, conforme Art. 48, § 3º, do Decreto nº 10.024, de 2019. Caso a proponente não informe em sua Proposta de Preços o prazo de validade, será considerado aquele definido neste Edital.

7.4.14. A Pregoeira visando o atendimento a ampliação do princípio da competitividade, bem como, munido da utilização do formalismo moderado poderá, dentro da análise de conveniência e oportunidade e ante ao caso concreto, realizar o saneamento de eventuais erros ou divergências constantes das propostas de preços, seja ela inicial ou a final (adequada).

7.4.15. Será desclassificada a Proposta de Preços apresentada em desconformidade com este item.

## 8. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO



8.1. Os interessados na forma do artigo 62 da Lei Federal nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021, habilitar-se-ão à presente licitação mediante a apresentação dos documentos relacionados no Termo de Referência (anexo II-B) do edital, a serem anexados junto ao cadastro do SICAF ou, através da plataforma COMPRAS.GOV.BR, quando da solicitação por parte da Pregoeira, os quais serão analisados pela Pregoeira quanto a sua autenticidade, veracidade, conteúdo, forma e o seu prazo de validade.

**OBSERVAÇÃO:** Para fins de definição quanto ao marco da análise dos documentos de habilitação deverá ser considerada como referência para validade dos documentos a data de abertura do certame, ainda que a convocação para apresentação dos documentos seja realizada em momento posterior a abertura, nos termos do art. 63 e 64 da Lei Federal nº 14.133/21.

No que concerne a regularidade fiscal e trabalhista, o marco para apresentação, análise e validade desses documentos será a data fixada para a apresentação dos documentos, ainda que em momento posterior a abertura, nos termos do inciso III do art. 63.

8.2. As certidões de comprovação de regularidade, bem como as de falência e concordata, caso exigidas neste edital, que não apresentaram expressamente o seu período de validade, deverão ter sido emitidas nos 60 (sessenta) dias anteriores à data marcada para a abertura do certame.

8.3. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original, com sua validade para a data da sessão, inclusive em formato eletrônico, contendo os dados para fins de validação, ou por qualquer processo de reprografia, obrigatoriamente autenticada, seja em cartório, seja por meio do permissivo da Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018. Caso esta documentação tenha sido emitida pela internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade. Os documentos serão preferencialmente assinados em formato eletrônico, através de meio digital, desde que possuam possibilidade de verificação de conformidade, nos termos regulados pelo ICP-Brasil.

8.4. Havendo restrição quanto à regularidade fiscal, social e trabalhista da microempresa, da empresa de pequeno porte ou da cooperativa que se enquadre nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação por parte do (a) Pregoeiro (a), para a regularização do (s) documento (s), podendo tal prazo ser prorrogado por igual período, conforme dispõe a Lei Complementar nº 123/2006.

8.5. A não comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista, até o final do prazo estabelecido, implicará na decadência do direito, sem prejuízo das sanções cabíveis, sendo facultado ao (à) Pregoeiro (a) convocar as proponentes remanescentes, por ordem de classificação.

8.6. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para sua continuidade.

8.7. Será inabilitado o proponente que não atender as exigências deste edital referentes à fase de habilitação, bem como apresentar os documentos defeituosos em seus conteúdo e forma.

8.8. Nos itens/lotes não exclusivos a Microempresa - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e equiparadas, havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.9. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal, social e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

8.10. A Pregoeira poderá, no julgamento da habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos proponentes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação.

8.11. A critério(a) da Pregoeira, caso haja disponibilidade "on-line" e seja favorável à agilidade e competitividade do certame, poderão ser realizadas consultas diretamente aos sítios institucionais na

Internet para fins de comprovação de regularidade de situação dos licitantes, fazendo constar, via CHAT, na ata dos trabalhos tais diligências.

8.12. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o proponente será declarado vencedor.

## 9. DA SESSÃO PÚBLICA

### 9.1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

9.1.1. O Pregão será do tipo Eletrônico o qual será realizado em sessão pública por meio da plataforma COMPRAS.GOV.BR (COMPRASNET), mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema de Pregão Eletrônico (licitações).

9.1.2. Os trabalhos serão conduzidos por servidor da Prefeitura Municipal de AQUIRAZ/CE, agente de contratação denominado como Pregoeira.

9.1.3. O proponente poderá enviar as informações da Proposta de Preços e documentos de habilitação e participar da disputa através da plataforma eletrônica.

9.1.4. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do proponente direto ou do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta inicial de preços, exclusivamente por meio da plataforma eletrônica, observados as condições e limites de data e horário estabelecidos neste Edital.

9.1.5. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pela Pregoeira designada ao respectivo procedimento administrativo, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital.

9.1.6. Na hipótese de não haver expediente na data designada para a realização do ato, este será realizado no primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário ou em outra data a ser fixada na plataforma pelo agente de contratação denominado como Pregoeira.

9.1.7. A comunicação entre a Pregoeira e os proponentes ocorrerá EXCLUSIVAMENTE mediante troca de mensagens, em campo próprio da plataforma eletrônica (CHAT), o qual será gerenciado diretamente pela Pregoeira e será integralmente reproduzido na Ata da Sessão Eletrônica.

9.1.8. Cabe ao PROPONENTE acompanhar as operações na plataforma eletrônica COMPRASNET, cadastrar a PROPOSTA DE PREÇOS INICIAL, anexar a DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, registrar os LANCES, anexar a PROPOSTA DE PREÇOS FINAL (CONSOLIDADA), os DOCUMENTOS COMPLEMENTARES, se for o caso, e PRESTAR AS INFORMAÇÕES SOLICITADAS, durante toda a licitação, responsabilizando-se pelos ônus decorrentes de preclusão de direitos, perda de negócios e/ou sanções por descumprimentos de obrigações, diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

9.1.9. A não anexação ou envio da proposta de preços e documentos de habilitação exigidos no Edital (e seus ANEXOS), bem como a não anexação de documentos complementares, prestação de informações e não pronunciamento em relação à questão suscitada pela Pregoeira, além de possibilitar a oportuna DESCLASSIFICAÇÃO ou INABILITAÇÃO do particular do certame, poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas previstas neste Edital, sem prejuízo de outras responsabilidades civis e penais que seu ato acarretar, nos termos das regras contidas no Capítulo I do Título IV da Lei nº 14.133/2021.

9.1.10. Toda a Sessão Pública será documentada automaticamente pelo sistema na respectiva ATA DA SESSÃO, a qual será gerada e disponibilizada para consulta de todos os interessados por meio da plataforma eletrônica COMPRASNET.

9.1.11. Na hipótese de ocorrer desconexão da Pregoeira no decorrer da Sessão e a plataforma eletrônica permanecer acessível aos proponentes, os trabalhos continuarão e os lances serão recebidos, sem qualquer prejuízo dos atos realizados.



9.1.12. No caso de a desconexão da Pregoeira persistir por tempo superior a DEZ MINUTOS, a Sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente 24h (vinte e quatro horas) após comunicação expressa aos participantes, por meio da plataforma eletrônica no sítio [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br) (COMPRASNET).

9.1.13. Cabe ao proponente acompanhar continuamente os documentos, pareceres e atos divulgados ou disponibilizados por meio do Portal de Licitações do TCE/CE.

9.1.14. Havendo necessidade, a Pregoeira poderá suspender a Sessão com a devida comunicação prévia via CHAT, como também registrando na plataforma eletrônica COMPRASNET a nova data e horário para a sua continuidade.

9.1.15. Em face do horário, poderá a Pregoeira estabelecer intervalo para almoço, sem a suspensão da sessão, mediante comunicação prévia via CHAT.

## **9.2. DA ABERTURA DAS PROPOSTAS DE PREÇOS:**

9.2.1. A Pregoeira realizará previamente a sessão eletrônica, a configuração quanto a operacionalização do julgamento na plataforma, informando o período para análise da(s) proposta(s) de preços inicial(is), a quantidade máxima de itens e ou lotes a serem disputados simultaneamente, dentre outros parâmetros relativos à disputa.

9.2.2. A partir do horário estabelecido no quadro resumo (parte específica do edital) terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico, com a abertura e divulgação dos preços das Propostas de Preços iniciais cadastradas, passando a Pregoeira a avaliar sua aceitabilidade.

## **9.3. DA ACEITABILIDADE E ANÁLISE DA CONFORMIDADE DAS PROPOSTAS DE PREÇOS INICIAIS.**

9.3.1. Antes da etapa de disputa, a Pregoeira verificará preliminarmente as propostas de preços iniciais registradas eletronicamente no sistema e DESCLASSIFICARÁ, por despacho fundamentado, aquelas que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital (e seus ANEXOS), respeitados os limites das informações disponíveis antes da fase competitiva.

9.3.2. Poderá ser DESCLASSIFICADA a proposta de preços inicial cadastrada no COMPRASNET que de alguma forma se identificar, tendo em vista o potencial de quebra do sigilo da proposta.

9.3.3. Não será aceita proposta que indique quantidade inferior àquela exigida no Termo de Referência (anexo II).

9.3.4. A DESCLASSIFICAÇÃO da proposta será sempre fundamentada e registrada no Sistema, com acompanhamento em tempo real, por todos os participantes.

9.3.5. A DESCLASSIFICAÇÃO da proposta será sempre fundamentada e registrada no Sistema, com acompanhamento em tempo real, por todos os participantes.

9.3.6. Somente os proponentes com propostas julgadas conformes com as exigências formais do Edital (e seus ANEXOS) participarão da fase competitiva ou de disputa de lances, havendo a ordenação automática das propostas pela plataforma eletrônica COMPRASNET.

9.3.7. Caso não existam propostas eletrônicas cadastradas, a Pregoeira DECLARARÁ o certame DESERTO.

9.3.8. Caso todas as propostas cadastradas restem DESCLASSIFICADAS, a Pregoeira DECLARARÁ o certame FRACASSADO.

## **9.4. DA FASE DE LANCES**

9.4.1. A fase de lances poderá ocorrer sob o formato de disputa em modo “aberto” ou “aberto fechado”, conforme assinalado no quadro resumo constante do início do edital, devendo o licitante atentar-se quanto ao formato definido, observando, ainda:

### **9.4.2. DO MODO DE DISPUTA ABERTO:**

9.4.2.1. No modo de disputa "ABERTO", de que trata este edital, os proponentes apresentarão lances públicos e sucessivos, observados os seguintes procedimentos:

a) A etapa de envio de lances na sessão pública durará DEZ MINUTOS e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos ÚLTIMOS DOIS MINUTOS do período de duração da sessão pública.

b) A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o item acima, será de DOIS MINUTOS e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

c) Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nos itens acima, a sessão pública será encerrada automaticamente.

d) Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, a Pregoeira poderá admitir mediante justificativa o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do fomento a disputa ou do melhor preço, nos termos do disposto no parágrafo único do art. 7º do Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019.

#### 9.4.3. **ORIENTAÇÕES GERAIS SOBRE OS LANCES:**

9.4.3.1. Aberta a etapa competitiva, será considerado como primeiro lance a proposta de preços inicial. Em seguida os proponentes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio da plataforma eletrônica, sendo o proponente imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

9.4.3.2. Para efeito de lances, o proponente deverá considerar o valor unitário do item.

9.4.3.3. Os proponentes poderão ofertar lances sucessivos, desde que inferiores ao seu último lance registrado no Sistema, ainda que este seja maior que o menor lance já ofertado por outro(s) proponente(s).

9.4.3.4. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo), conforme artigo 31, parágrafo único do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019.

9.4.3.5. Durante a sessão pública de disputa, os proponentes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O Sistema não identificará o autor dos lances à Pregoeira nem aos demais participantes.

9.4.3.6. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

9.4.3.7. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos PROPONENTES deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. É de inteira responsabilidade do proponente se manter conectado ao sistema e acompanhar a fase competitiva.

9.4.3.8. Os lances serão ofertados item/lote a item/lote, conforme critério de julgamento definido, podendo, contudo, a Pregoeira realizar a abertura de mais de um item/lote de forma simultânea.

9.4.3.9. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

9.4.3.10. Quando o preço do item/lote ofertado resultar em um valor que possua mais de 02 (duas) casas decimais, serão consideradas apenas as 02 (duas) primeiras casas decimais (centavos), devendo a Pregoeira e o proponente vencedor proceder às adequações de preço necessárias, inclusive por ocasião da entrega Proposta de Preços final consolidada.

9.4.4. Na hipótese de a plataforma eletrônica desconectar para a Pregoeira no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos proponentes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.



9.4.5. Quando a desconexão da plataforma eletrônica para a Pregoeira persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9.4.6. Na hipótese dos itens 9.4.4 e 9.4.5, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

9.4.7. Caso o proponente não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

9.4.8. O Sistema informará a proposta de menor preço ao encerrar a fase de disputa.

9.4.9. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade de cada proponente, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração posterior.

9.4.10. Durante a etapa de disputa de lances, a Pregoeira poderá EXCLUIR qualquer lance cujo valor seja considerado supostamente irrisório ou inexecutável, ou até que entenda ter sido lançado erroneamente, cabendo ao sistema o encaminhamento de mensagem automática ao proponente, o qual terá a faculdade de repetir tal lance.

## **9.5. DIREITO DE PREFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE**

### **DIREITOS DE PREFERÊNCIA**

9.5.1. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, seguido da aplicação dos critérios estabelecidos no caput do art. 60º da Lei nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021, se não houver proponente que atenda à primeira hipótese.

9.5.2. Em relação aos itens não exclusivos a Microempresa - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e equiparadas, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as Microempresa - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e equiparadas participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº123, de 2006.

9.5.3. Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do item 9.5.1, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva. Nessas condições, as propostas de Microempresa - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e equiparadas que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.5.4. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

9.5.5. Caso a microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais proponentes microempresa, empresa de pequeno porte e equiparada que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.5.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pela microempresa, empresa de pequeno porte e equiparados que se encontrem em situação de empate, será realizado sorteio para que se identifique a primeira que poderá apresentar melhor oferta.

9.5.7. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pela plataforma eletrônica dentre as propostas empatadas.

9.5.8. Na hipótese de nenhum dos proponentes exercerem o direito de preferência nos moldes descritos no subitem anterior, será mantida a ordem classificatória original.

**9.5.9. Verificação das condições quanto ao tratamento diferenciado:**

9.5.9.1. Como condição prévia à aceitação da proposta, caso o proponente detentor da proposta classificada em primeiro lugar tenha usufruído do tratamento diferenciado previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a Pregoeira poderá consultar o Portal da Transparência do Governo Federal (<https://www.portaldatransparencia.gov.br/>), seção “Despesas – Gastos Diretos do Governo – Favorecido (pessoas físicas, empresas e outros)”, seção “Despesas – Gastos Diretos do Governo – Favorecido (pessoas físicas, empresas e outros)”, bem como no Portal da Transparência dos Municípios do Estado do Ceará (<http://municipios.tce.ce.gov.br/transparencia/>), para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias por ele recebidas, no exercício anterior, extrapola o limite previsto no artigo 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, ou o limite proporcional de que trata o artigo 3º, § 2º, do mesmo diploma, em caso de início de atividade no exercício considerado.

9.5.9.2. Para a microempresa ou empresa de pequeno porte, a consulta também abrangerá o exercício corrente, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias por ela recebidas, até o mês anterior ao da sessão pública da licitação, extrapola os limites acima referidos, acrescidos do percentual de 20% (vinte por cento) de que trata o artigo 3º, §§ 9º-A e 12, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

9.5.9.3. Constatada a ocorrência de qualquer das situações que extrapolem o limite legal, a Pregoeira indeferirá a aplicação do tratamento diferenciado em favor do proponente, conforme artigo 3º, §§ 9º, 9º-A, 10 e 12, da Lei Complementar nº 123, de 2006, com a consequente recusado lance de desempate, sem prejuízo das penalidades incidentes.

**CRITÉRIOS DE DESEMPATE**

9.5.10. Havendo eventual empate entre propostas ou lances em que ocorra a aplicação dos CRITÉRIOS DE DESEMPATE E DIREITO DE PREFERÊNCIA fixados no art. 60, caput e seu § 1º, da Lei nº 14.133/2021, respectivamente, deverá ser obedecida as seguintes regras:

**a)** Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

- I. disputa final, hipótese em que os proponentes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- II. avaliação do desempenho contratual prévio dos proponentes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- III. desenvolvimento pelo proponente de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- IV. desenvolvimento pelo proponente de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**b)** Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- I. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital proponente ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- II. Empresas brasileiras;
- III. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;



IV. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

c) As regras previstas nas alíneas acima não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

#### **9.6. DA NEGOCIAÇÃO:**

9.6.1. Apurada a proposta/lance classificado em primeiro lugar, a Pregoeira poderá encaminhar, pela plataforma eletrônica, contraproposta ao proponente para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

9.6.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais proponentes.

9.6.3. Após a negociação do preço, a Pregoeira solicitará a proposta de preços final (consolidada) devidamente escoimada do(s) proponente(s) vencedor(es).

#### **9.7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS FINAL (CONSOLIDADA):**

9.7.1. Encerrada a fase de lances e ou negociação, depois de declarado aceito o preço proposto quanto ao último lance ou ao valor negociado, o proponente vencedor deverá encaminhar proposta de preços final (consolidada), devidamente assinada, com os preços atualizados, no prazo máximo de até **02 (duas) horas**, contado da solicitação da Pregoeira no sistema.

9.7.2. Esse prazo poderá ser estendido e/ou prorrogado a critério da Pregoeira ou a pedido da autoridade competente, caso este constate a necessidade de maior tempo para elaboração da proposta de preço adequada.

9.7.3. A Proposta de preços final (consolidada) deverá ser apresentada nos mesmos padrões e formalidades exigidas no modelo de proposta de preços.

9.7.4. A Proposta de Preços final (consolidada) deverá retratar os preços unitários e totais de cada item ao novo valor proposto, atualizados em consonância com o preço obtido após a fase de lance/negociação, podendo, a Pregoeira confrontá-la ante a proposta de preços (inicial).

9.7.5. Caso não seja possível o enquadramento do último valor global ofertado para o Item e ou lote/grupo quando da formulação da proposta de preços final (consolidada) a proponente poderá fazer as devidas adequações, desde que apresente valores inferiores ao seu próprio último valor ofertado.

9.7.6. A proposta de preços final (consolidada) deverá possuir redução proporcional ao lance ofertado em todos os Itens e ou lotes/grupos, conforme critério de julgamento definido.

9.7.7. Excepcionalmente, a Pregoeira poderá aceitar redução divergente a que trata este subitem, desde que motivada por fatores justificáveis e devidamente comprovados.

9.7.8. A proponente deverá evitar que os valores globais extrapolem o número de 02 (duas) casas decimais após a vírgula. Caso isto ocorra, a Pregoeira estará autorizada a adjudicar o objeto realizando arredondamentos a menor no valor cotado.

9.7.9. A qualquer momento, a Pregoeira poderá solicitar parecer, consultas, análises e verificações por parte de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do Município de Aquiraz ou da autoridade competente para fins de avaliação da conformidade do objeto cotado às especificações técnicas contidas no TERMO DE REFERÊNCIA.

9.7.10. Será DESCLASSIFICADA, por despacho fundamentado, a proposta do licitante que, ressalvadas as situações e procedimentos previstos nos itens 9.7.3 e 9.7.4 deste Edital:

- a) Deixar de comprovar requisito para fins de exercício de DIREITO DE PREFERÊNCIA (se for o caso);
- b) Deixar de indicar, anexar ou comprovar as informações exigidas neste Edital (e seus ANEXOS) que prejudiquem a Avaliação da qualidade do objeto proposto;

c) Indique objeto que não atenda a todas as exigências de qualidade e às especificações técnicas contidas no TERMO DE REFERÊNCIA (anexo II);

d) Não contenha a quantidade numérica e unidade exigidas no TERMO DE REFERÊNCIA (anexo II).

9.7.10.1. Será CLASSIFICADA/ACEITA a proposta que atenda satisfatoriamente a todas as exigências fixadas no Edital e seus ANEXOS, bem como cujo objeto proposto esteja tecnicamente conforme com as especificações mínimas exigidas no TERMO DE REFERÊNCIA (anexo II).

9.7.10.2. Se a proposta for DESCLASSIFICADA, a Pregoeira examinará a PROPOSTA SUBSEQUENTE, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital e seus ANEXOS, segundo os procedimentos fixados nos subitens anteriores.

9.7.10.3. Determinadas informações e formalidades exigidas pelo presente Edital e seus ANEXOS que não afetem a essência da proposta do licitante poderão, a critério da Pregoeira ou da Autoridade Competente, mediante despacho fundamentado, ser dispensadas ou até mesmo complementadas via sistema (via CHAT) ou da ferramenta "ENVIAR ANEXO" pela Pregoeira, a qualquer momento durante a fase de julgamento, no sentido de ampliar a competitividade e atingir a finalidade do certame.

9.7.10.4. No julgamento das propostas, e considerando o interesse público na maior competitividade possível no certame, a Pregoeira poderá:

a) Solicitar complementação de informações, documentos e ajustes na proposta escrita para fins de atendimentos das exigências legais e editalícias;

b) Solicitar ajustes aritméticos e/ou de percentuais e valores da planilha de custo e formação de preços para fins de adequação da proposta às exigências legais e editalícias, vedada majoração do valor global proposto;

c) Sanar erros ou falhas que não alterem a substância e nem a validade jurídica das propostas e documentos ANEXOS, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação;

d) Realizar diligências em sítios oficiais e/ou via telefone para fins de complementação de informações acessórias ou que não prejudiquem a segurança da proposta do particular, sendo tudo consignado, via CHAT, na ata dos trabalhos.

9.7.10.5. Sempre que a proposta não for aceita ou for desclassificada, e antes de a Pregoeira passar à análise da subsequente, poderá haver nova verificação automática, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate, previsto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006, podendo-se reabrir os procedimentos previstos no item 9.5 deste Edital.

**9.7.11. CASO A PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA SEJA ACEITA, O SISTEMA ABRIRÁ O PRAZO DE 15 (QUINZE) MINUTOS PARA RECURSO. DURANTE ESSE PERÍODO QUALQUER LICITANTE PODERÁ, DE FORMA IMEDIATA, EM CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA, MANIFESTAR SUA INTENÇÃO. HAVENDO REGISTRO DE INTENÇÃO DE RECURSO, A AGENTE DE CONTRATAÇÃO NÃO FARÁ JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE DA INTENÇÃO DE RECORRER MANIFESTADA, DE MODO QUE A INTENÇÃO SERÁ ACEITA AUTOMATICAMENTE PELO SISTEMA.**

## **9.8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA:**

**9.8.1. Da exequibilidade do lance ou proposta de preços:**

9.8.1.1. Não ocorrendo situação de recusa com base na hipótese acima, a Pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

9.8.1.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), desconto menor (quando se tratar de critério por maior desconto) do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.



9.8.1.3. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do art. 59, inc. III, Lei nº 14.133/2021 para permitir ao proponente demonstrar a exequibilidade de seu preço.

9.8.1.4. Considerar-se-á inexecuível a proposta que:

a) Não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.

a.1) Para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

- Questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexecuibilidade;
- Verificação de acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas em dissídios coletivos de trabalho;
- Levantamento de informações junto aos órgãos públicos competentes;
- Consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;
- Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;
- Verificação de outros contratos que a proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;
- Pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;
- Verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pela proponente;
- Levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa; Estudos setoriais;
- Consultas às Secretarias de Fazenda federal, distrital, estadual ou municipal;
- Análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que a proponente disponha para a prestação dos serviços;
- Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

b) Apresentar preço final inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, nos termos do art.52, do Decreto Municipal 101/2023, de 07 de dezembro de 2023.

9.8.2. Será considerada inexecuível a proposta de preços que não tiver a sua exequibilidade comprovada e, ainda, a que apresente preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio proponente, para os quais ele renuncie a parcela ou a totalidade da remuneração.

9.8.3. **Da convocação para apresentação de documentos complementares a proposta de preços:**

9.8.3.1. A Pregoeira poderá convocar o proponente para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no "chat" prazo razoável para tanto, sob pena de não aceitação da proposta.

9.8.3.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pela Pregoeira, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, em compatibilidade como TERMO DE REFERÊNCIA, minudenciando o modelo, tipo, procedência, garantia ou validade, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas.

9.8.3.3. O prazo estabelecido pela Pregoeira poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do proponente, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pela Pregoeira.

9.8.3.4. Se a proposta de preços final (consolidada) da proponente vencedora for desclassificada, a Pregoeira examinará a proposta subsequente, inclusive quanto aos tramites afeltos a negociação, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

9.8.3.5. Nos itens não exclusivos a Microempresa - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e equiparadas, sempre que a proposta não for aceita, e antes de a Pregoeira passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

9.8.3.6. Também nas hipóteses em que a Pregoeira não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o proponente para que seja obtido preço melhor.

9.8.3.7. A Pregoeira poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos proponentes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de classificação, observado o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

#### **DA VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:**

9.8.4. Encerrada a etapa de disputa de lances e envio de proposta de preços final (consolidada), a Pregoeira verificará o cumprimento das condições de participação, realizando as seguintes consultas/diligências necessárias, a partir da ordem de classificação e apenas em relação à(s) proponentes mais bem classificada(s) por item e ou lote/grupo:

a. Consulta Situação do Fornecedor e Relatório de Ocorrências (impedimentos, suspensões, multas, etc.) registrados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), no link <https://www.compras.gov.br>;

b. Cadastro Consolidado de Pessoa Jurídica do TCU, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP);

c. Consulta ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), mantido pela Receita Federal do Brasil;

d. Consulta ao site do Tribunal Superior do Trabalho para fins de identificação da eventual existência de condenação judicial, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

e. Verificação de que o proponente esteja enquadrado nas situações constantes do item 3.1 deste Edital;

f. Verificação de que o proponente não esteja enquadrado nas situações constantes do item 3.2 deste Edital;

9.8.5. Não cumpridas quaisquer das condições de participação, a Pregoeira desclassificará a proposta do proponente, sendo este impedido de prosseguir no certame, por decisão fundamentada, devidamente registrada no campo DESCLASSIFICAÇÃO da plataforma eletrônica COMPRASNET.

#### **9.9. DA FASE DE HABILITAÇÃO:**

9.9.1. Estando o(s) proponente(s) classificados, a Pregoeira o convocará em ordem de classificação, via COMPRASNET, caso não já tendo sido anexada junto ao SICAF no instante de cadastro da proposta de preços inicial (nos termos previstos na observação do subitem 7.2 deste Edital), para fins de encaminhamento/anexação da DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, por meio da opção "ENVIAR ANEXO", no prazo de até 02h (duas) horas, contados a partir da convocação da Pregoeira, podendo ser prorrogado a requerimento do interessado e/ou a critério da Pregoeira, observadas as regras contidas nos itens 05, 07 e 08 deste Edital.



9.9.2. Os documentos de habilitação apresentados deverão atender ao disposto na observação do item 8.1 deste edital.

9.9.3. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

9.9.4. Os documentos necessários a Habilitação do(s) proponente(s) classificado(s) serão os definidos no Termo de Referência (anexo II-B).

9.9.5. A verificação será procedida de acordo com o rito estabelecido no item 9.10.1, deste edital.

9.9.6. Será acessado o banco de dados do SICAF, para fins de consulta do cadastro do(s) licitante(s) classificado(s) em primeiro lugar, verificando-se a habilitação parcial de cada licitante, sendo impresso o extrato que integrará a documentação de habilitação do(s) licitante(s).

9.9.7. Para fins de julgamento da habilitação, poderá haver a verificação em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões e/ou documentos diversos como forma de provar a autenticidade dos documentos/certidões e regularidade do licitante, ou até para fins de obtenção de certidões e informações, sendo comprovadas nos autos tais diligências.

9.9.8. Caso o licitante não esteja regularmente cadastrado no SICAF ou esteja com alguma certidão com prazo de validade vencido, poderá a Pregoeira e/ou a equipe de apoio realizar diligências eletrônicas diretamente nos sítios oficiais.

9.9.9. A Pregoeira poderá solicitar subsídio técnico à unidade técnica Demandante ou ao Órgão Interessado do procedimento, bem como, aos setores técnicos especializados, para fins de avaliação da conformidade da documentação de habilitação técnica e qualificação econômico-financeira em relação às exigências contidas no edital (e seus anexos).

9.9.10. Será INABILITADO o licitante que:

- a) deixar de encaminhar ou de apresentar quaisquer dos documentos exigidos no termo de referência deste Edital;
- b) apresentar CERTIDÃO ou outro documento com prazo de validade vencido;
- c) apresentar quaisquer documentos em desacordo com este Edital, inclusive quanto ao previsto no item 9.10.1 e 9.10.2 do edital;
- d) não contenha em seu ato constitutivo atividade econômica compatível com o objeto da presente licitação;
- e) não comprove exigência(s) de habilitação prevista neste Edital e seus anexos.

9.9.11. Sendo o licitante Microempresa - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e equiparadas, não será motivo de INABILITAÇÃO a existência de restrições na sua HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA, sendo observado o seguinte procedimento:

- a) será o licitante DECLARADO HABILITADO no certame para fins de posterior regularização, nos termos definidos na Lei Complementar nº 123/2006.
- b) será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento da convocação para assinatura do termo de contrato, prorrogáveis por igual período a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões, visando levantar a(s) restrição(ões) identificada(s) na fase de habilitação.
- c) a não regularização da situação fiscal no prazo fixado na alínea anterior acarretará na decadência do direito à contratação, sendo facultado à PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIRAZ convocar os licitantes remanescentes na ordem de classificação para firmamento do contrato.

9.9.12. No julgamento da habilitação, poderá a Pregoeira adotar os procedimentos, diligências e decisões que visem sanar erros ou falhas que não prejudiquem a validade e segurança jurídica da documentação apresentada.

9.9.13. **ACEITA A CONFORMIDADE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DO LICITANTE MELHOR COLOCADO, O(S) LICITANTE(S) INTERESSADO(S) PODER(Á)(ÃO) MANIFESTAR A INTENÇÃO DE RECURSO QUANTO A FASE DE HABILITAÇÃO, EM CAMPO PRÓPRIO NA PLATAFORMA, NO PRAZO DE ATÉ 15 (QUINZE) MINUTOS.**

#### **9.10. DA FASE DE RECURSOS:**

9.10.1. A intenção de recorrer por parte do licitante será sedimentada a cada fase do certame, seja quando do julgamento das propostas de preços ou quando da fase de habilitação.

9.10.2. Compete ao licitante interessado realizar o acompanhamento dos trabalhos e informações constantes da plataforma, assim como, observar as decisões e informações do "chat" do certame se posicionando oportunamente e, se for o caso, manifestar sua INTENÇÃO DE RECORRER correspondente a cada fase possibilitada, em campo próprio do sistema, no momento e prazo estabelecido e informado pela Pregoeira.

9.10.3. A ausência da intenção de recurso na fase correspondente, correspondente a preclusão do direito do licitante e implica na impossibilidade de apresentação de memoriais recursais, assim como, da apreciação meritória das razões de recurso em momento posterior.

9.10.4. Havendo registro de INTENÇÃO DE RECURSO, a Pregoeira não fará JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE da intenção de recorrer manifestada, de modo que a intenção será aceita automaticamente pelo sistema.

9.10.5. Somente serão conhecidos e analisados os recursos os quais tenham havido o registro da intenção de recurso na fase correspondente.

9.10.6. Após declarado vencedor, desde que registrado a intenção em momento anterior conforme referenciado nos subitens anteriores, será estabelecido na plataforma o prazo para apresentação dos memoriais recursais e prazo de contrarrazões.

9.10.7. O RECURSO ADMINISTRATIVO poderá atacar qualquer ato decisório ou procedimento adotado pela Pregoeira ou pela autoridade competente a qual resultou em deliberação ao julgamento, durante todo o certame, não sendo meio adequado para impugnar regras do edital e seus anexos.

9.10.8. A recorrente a qual tiver intencionado em momento oportuno terá o prazo de até 03 (três) dias úteis para apresentar os memoriais contendo as razões recursais, obrigatoriamente por meio de registro no sistema e, havendo imagens, ilustrações e demais informações que eventualmente não suportadas pela plataforma, também deverão ser enviados via e-mail constante do quadro resumo deste edital.

9.10.9. Protocoladas as razões recursais na plataforma, ficam os demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema e e-mail, no caso da situação anterior, em igual prazo, que começará a correr do momento do protocolo das razões recursais da Recorrente.

9.10.10. Para justificar sua intenção de recorrer e fundamentar suas razões ou contrarrazões de recurso, o licitante interessado poderá solicitar vistas dos autos ou consultar as informações do certame disponíveis na própria plataforma eletrônica COMPRASNET.

9.10.11. Decorridos os prazos de apresentação de razões e contrarrazões, a Pregoeira deverá analisar fundamentadamente os fatos e fundamentos arguidos pelo(s) recorrente(s), podendo, em sede de juízo de retratação:

9.10.11.1. reconsiderar, total ou parcialmente, a decisão recorrida, reformando-a; ou,

9.10.11.2. manter inalterada a decisão recorrida.

9.10.11.3. baixar em diligência os autos para fins de pronunciamento, solicitar informações, parecer técnicos ou demais informações da área técnica interessada/responsável e/ou jurídico para fins de proclamação de



decisão, sobretudo quando o mérito recursal não versar sobre ato, decisão ou incumbência as quais não são de competência da Pregoeira.

9.10.12. Caso não haja a reconsideração total do ato ou decisão adotada, os memoriais de razões recursais deverão ser submetidos, depois de devidamente instruído pela Pregoeira, à análise hierárquica superior para fins de decisão final, podendo a autoridade competente do procedimento:

9.10.12.1. decidir de pronto o mérito do recurso, segundo os documentos e informações contidas nos autos, como também os fundamentos da decisão da Pregoeira.

9.10.12.2. determinar prévia emissão de parecer da área técnica interessada e/ou jurídico para fins de decisão.

9.10.13. A não apresentação das razões referente à intenção de recurso registrada no sistema no prazo legal importa preclusão do direito de recurso, possibilitando, portanto, a adjudicação do objeto e homologação do certame.

9.10.14. A critério da Pregoeira ou da autoridade superior, e considerando eventuais indícios de ilegalidades ou irregularidades no julgamento do certame apontados na própria intenção de recurso, poderá haver a análise de mérito do recurso independente da apresentação das respectivas razões (ou de sua apresentação fora do prazo legal), como mero exercício do direito constitucional de petição (art. 5º, XXXIV, "a", CRFB/1988).

9.10.15. Não cabe recurso adesivo por ocasião do exercício do direito de contrarrazoar.

9.10.16. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento, sendo reaberta a Sessão Pública para fins de prosseguimento do certame e explanação dos atos decorrentes da decisão.

9.10.17. No caso de licitações com julgamento por item e/ou por grupo/lote, a aceitação de intenção de recurso apenas suspenderá a tramitação do processo licitatório em relação ao(s) item(ns)/grupo/lote(s) recorrido(s), inclusive quanto ao prazo de validade da proposta, o qual somente recomeçará a contar quando da decisão final da autoridade competente, sendo realizado o encerramento da sessão e adjudicação do objeto em face dos demais itens/grupos do objeto da licitação, através de adjudicação ou homologação parcial.

#### **9.11. SUSPENSÃO E REABERTURA DA SESSÃO:**

9.11.1. À Pregoeira é facultado, a qualquer momento, suspender a sessão mediante motivo devidamente justificado e marcar seu prosseguimento para outra ocasião, fazendo constar esta decisão na plataforma eletrônica. Neste caso, a sessão terá continuidade a qualquer dia e hora, ficando a cargo da Pregoeira realizar o devido agendamento prévio na plataforma do COMPRAS.GOV.BR (COMPRASNET).

9.11.2. A Pregoeira, a qualquer tempo, na análise das propostas de preços e seus ANEXOS, das amostras, quando houver, e dos documentos de habilitação, poderá solicitar outros documentos, pareceres técnicos e/ou suspender a sessão para realizar diligência a fim de obter melhores subsídios para as suas decisões. Neste caso, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa e será reiniciada somente decorrida **24h (vinte e quatro) horas** após a comunicação do prosseguimento aos participantes, a qual serão informados na plataforma do COMPRAS.GOV.BR (COMPRASNET).

9.11.3. A Sessão Pública poderá ser REABERTA, em prazo não inferior a **24h (vinte e quatro) horas**, em relação ao(s) ITEM(NS) e/ou GRUPO/LOTE(S) do objeto que apresente os seguintes eventos, observada sempre a ordem classificatória da fase de lances:

- a) Julgamento favorável em sede de recurso administrativo que leve à anulação de atos da fase preparatória ou da própria Sessão Pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;
- b) Constatado erro/impropriedade na aceitação e julgamento da proposta, ou no julgamento da habilitação, o certame restará retroagido aos procedimentos imediatamente anteriores ao instante do erro/impropriedade declarada;

c) Licitante declarado vencedor que não assinar o instrumento contratual, não havendo CADASTRO DE RESERVA, sendo o certame retomado da fase de aceitação e julgamento das propostas;

d) Microempresa - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e equiparadas com restrição da habilitação fiscal, social e trabalhista que, vencedora do certame, não comprove tal regularidade no prazo fixado neste Edital, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, sendo reiniciados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances;

e) Licitante vencedor que não mantenha as condições de participação e de habilitação até o momento da assinatura do instrumento contratual, sendo reiniciados os procedimentos de aceitação e julgamento das propostas.

9.11.4. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a Sessão reaberta, sendo devidamente registrados na plataforma eletrônica COMPRASNET a data e hora de tal reabertura, observados os seguintes meios:

a) A convocação se dará por meio da plataforma eletrônica COMPRASNET ("CHAT" ou evento de reabertura) ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório;

b) A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados cadastrais contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante mantê-los atualizados; e,

c) A convocação para reabertura também será divulgada com antecedência por meio do Quadro de Avisos e Publicações e Portal de Licitações do TCE/CE, cabendo ao licitante acompanhar as informações e publicações contidas naquele canal de acesso.

9.11.5. A Sessão Pública reaberta será composta de todos os procedimentos e regras de processamento fixadas neste Edital, a depender apenas da fase em que os trabalhos serão retomados.

## **9.12. ENCERRAMENTO DA SESSÃO:**

9.12.1. Da sessão do Pregão será lavrada ata circunstanciada, que mencionará os proponentes participantes, as Propostas de Preços e lances verbais sucessivos, na ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação e os recursos interpostos, devendo ser a mesma assinada, ao final, pela Pregoeira e sua Equipe de Apoio.

9.12.2. Ao final da sessão, caso não haja intenção de interposição de recurso e o preço final seja compatível com os preços de mercado previstos para a contratação, será feita pela autoridade competente a adjudicação do objeto desta licitação ao proponente declarado vencedor do certame e encerrada a reunião, após o que, o processo, devidamente instruído, será encaminhado:

a) Para as publicações quanto resultados do certame, instrução do feito e deliberações quanto aos proclames de julgamento;

b) À Assessoria Jurídica, para fins de análise e parecer jurídico;

c) E depois à(s) autoridades(s) competentes para adjudicação e homologação e subsequente formalização de Contrato(s).

## **10. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

10.1. Ultrapassada a fase de recursos administrativos, a Pregoeira encerrará a sessão encaminhando os autos para a autoridade competente a qual adjudicará e homologará o objeto ao(s) licitante(s) cuja(s) proposta(s) for(em) considerada(s) vencedora(s) do certame.

10.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente poderá:

a) Adjudicar e homologar o certame para produção de todos os efeitos de fato e de direito previstos na legislação;



- b) anular o certame, total ou parcialmente, em razão de ilegalidade, determinando o aproveitamento dos atos não viciados; ou,
- c) revogar o certame, total ou parcialmente, por razões de conveniência e oportunidade, à luz do interesse público primário tutelado.
- d) Não havendo homologação do certame após decorridos **60 (sessenta) dias** da data de abertura das propostas, fica(m) o(s) licitante(s) liberado(s) dos compromissos assumidos em sua(s) proposta(s).
- 10.3. A adjudicação e ou a homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

## **11. DA(S) DOTAÇÃO(ÕES) ORÇAMENTÁRIA(S)**

11.1. Por se tratar de licitação via Sistema de Registro de Preços – SRP, no presente procedimento não foram fixadas as dotações orçamentárias e fontes de recursos correspondentes ao objeto, posto que estes somente serão definidos quando do momento da contratação, haja vista a natureza do procedimento e a não obrigatoriedade vinculativa, sobretudo, ocasionado pela imprevisibilidade de eventuais contratações.

## **12. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

### **12.1. PROCEDIMENTOS DE FORMALIZAÇÃO:**

12.1.1. Homologada a licitação pela autoridade competente, o Município de AQUIRAZ - CE convocará o proponente vencedor para assinatura da Ata de Registro de Preços, que firmará o compromisso para futura contratação entre as partes, pelo prazo previsto, nos termos do modelo que integra este Edital.

12.1.2. As obrigações decorrentes da presente licitação serão formalizadas mediante lavratura da respectiva ata de registro de preços, subscrita pelo município, através do órgão Gerenciador, representada pelo(a) Ordenador(a) de Despesa, e o proponente vencedor, que observará os termos deste edital e seus anexos, do Decreto Municipal Nº 067, de 23 de agosto de 2023 da Prefeitura Municipal de Aquiraz e a Lei Federal nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021.

12.1.3. O Proponente Vencedor terá o prazo de 05 (cinco) dias, contado a partir da convocação, para subscrever a Ata de Registro de Preços.

12.1.4. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pelo Município de AQUIRAZ - CE.

12.1.5. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado a vantajosidade.

12.1.6. Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato ou a ata de registro de preços, ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação ou a ata de registro de preços, ou instrumento equivalente, nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na 14.133/2021 de 1º de abril de 2021, e em outras legislações aplicáveis.

### **12.2. DO CADASTRO RESERVA**

12.2.1. Após a homologação da licitação deverão ser observadas as condições para a formalização da ata de registro de preços e o respectivo cadastro reserva, de modo que será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

- a) Dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
- b) Dos licitantes ou dos fornecedores que mantiverem sua proposta original.

12.2.2. No caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata, preferencialmente, será observada a existência de formação de cadastro de reserva.

12.2.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se referem o subitem anterior somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

- a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
- b) Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas da ARP em Lei.

### **12.3. DA CONVOCAÇÃO DE REMANESCENTES:**

12.3.1. Caso nenhum dos licitantes aceitem a contratação, verificada a inexistência ou o não êxito quanto ao cadastro reserva, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, poderá:

- a) Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário.
- b) Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12.3.2. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

12.4. A recusa injustificada ou a carência de justo motivo por parte da vencedora, passível de análise pela Administração, em não formalizar a Ata de Registro de Preços, no prazo estabelecido, sujeitará a Proponente à aplicação das penalidades previstas neste Edital.

12.5. Os proponentes além das obrigações resultantes da observância da Lei Federal nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal Nº 067, de 23 de agosto de 2023, da Prefeitura Municipal de Aquiraz, deverão obedecer às disposições e obrigações específicas elencadas na Ata de Registro de Preços (anexo IV) do edital.

## **13. DA FORMALIZAÇÃO DAS CONTRATAÇÕES**

### **13.1. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL:**

13.2. Dentro da validade da ARP, o adjudicatário registrado poderá ser convocado para comparecer perante o órgão ou entidade para firmar contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços.

13.3. A Administração convocará o adjudicatário para assinatura, mediante correspondência meio eletrônico ou publicação no Quadro de Avisos e Publicações, para que seja assinado no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento da convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.4. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

13.5. O prazo de vigência da contratação será aquele estipulado no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

13.6. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.



13.7. Incumbirá à Administração providenciar a publicação do extrato do contrato nos termos do parágrafo único art. 61 da Lei nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021.

#### **14. DO PAGAMENTO E DEMAIS CONDIÇÕES DO OBJETO**

14.1. As condições de pagamento, obrigações, detalhamentos e demais especificidades quanto ao objeto e não abordados na parte geral desse edital, serão aquelas constantes do Termo de Referência e seus anexos.

#### **15. DAS SANÇÕES**

15.1. Ficarão sujeitos às penalidades previstas na Lei nº 12.846/2013 aqueles que cometerem atos lesivos à administração pública, assim definidos, no tocante a licitações e contratos:

- a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
- b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
- c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
- e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
- f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.

15.2. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o licitante/adjudicatário que, com dolo ou culpa:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- b) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
  - b.1) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
  - b.2) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
  - b.3) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
  - b.4) deixar de apresentar amostra;
  - b.5) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- c) não celebrar ata de registro de preços e o contrato ou não entregar a documentação exigida para a assinatura de tais instrumentos, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- d) recusar-se, sem justificativa, a assinar a ata de registro de preço ou contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- e) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- f) fraudar a licitação;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- h) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

- i) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- j) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

15.3. Nos termos dos arts. 155, 156 e 162 da Lei 14.133/2021 e das disposições constantes do Termo de referência, após regular Procedimento Administrativo de Apuração de Responsabilidade - PAAR, serão apenadas de acordo com a seguinte dosimetria, sem prejuízo das multas eventualmente previstas no Termo de Referência e das demais penalidades legais, assegurado a prévia e ampla defesa:

| Ocorrência   | Penalidade   |
|--|--|
| a) Dar causa a inexecução parcial do objeto.   | Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave   |
| b) Dar causa à inexecução parcial do objeto que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.                 | Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União pelo período de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave                |
| c) Dar causa à inexecução total do objeto.   | Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União pelo período de 1 (um) ano a 3 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.                   |
| d) Deixar de entregar documentação exigida para o certame.   | Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União pelo período de 1 mês a 6 meses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.                              |
| e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.  | Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União pelo período de 2 (dois) meses a 1 (um) ano, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.                  |
| f) Não celebrar a ata de registro de preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta | Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União pelo período de 3 (três) meses a 2 (dois) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.               |
| g) Ensejar o retardamento da execução do objeto ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado  | Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União pelo período de 3 (três) meses a 1 (um) ano e 6 (seis) meses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave. |
| h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do objeto                      | Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos   |
| i) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do objeto   | Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos   |
| j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza  | Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos   |
| k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os   | Declaração de inidoneidade para licitar ou   |



| Ocorrência   | Penalidade  |
|--|---|
| objetivos da licitação   | contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos   |
| I) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 | Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos. |

15.4. Nas condutas previstas nas letras "b", "c", "d", "e", "f" e "g" do item 15.3, quando justificada a imposição de penalidade mais grave, será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

15.5. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO: As sanções serão aplicadas após regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório.

15.6. Para todo ato inconveniente ou ilícito que tenha indício de causar danos ou prejuízo a Administração Pública ou ao erário deverá inaugurar um procedimento administrativo de apuração dos fatos. Os casos ocorridos durante os procedimentos de contratação serão comunicados oficialmente e formalmente pela Pregoeira ou por qualquer outro servidor ao qual presencie o cometimento do ato, o qual devem ser reportados à Assessoria Jurídica para a devida apuração.

15.7. As penalidades somente deixarão de ser aplicadas mediante comprovação, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento da obrigação e/ou manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis à Administração.

15.8. Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado a apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções à proponente, em decorrência de conduta vedada neste Pregão, as comunicações à proponente serão efetuadas por meio do endereço de correio eletrônico ("e-mail") declarado ou apresentado nos documentos do processo.

15.9. A proponente deverá manter atualizado o endereço de correio eletrônico ("e-mail") cadastrado junto ao SICAF e confirmar o recebimento das mensagens provenientes do município de Aquiraz/CE, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

15.10. Quando a ação ou omissão ensejar a prática de mais de uma infração, será aplicada a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de 1/3 até metade, justificadamente, em decorrência da gravidade da conduta.

15.11. A penalidade resultante da aplicação do item anterior não poderá ser maior do que as penalidades consideradas cumulativamente.

15.12. O cometimento reiterado de atrasos injustificados dos prazos previstos para a execução do objeto poderá resultar no cancelamento do registro de preços do Fornecedor.

15.13. Será considerado em estado de reiterado cometimento de atrasos dos prazos o Fornecedor que incorrer no terceiro atraso injustificado, ao longo da vigência da Ata.

15.14. A multa, calculada na forma do Anexo II - Termo de Referência, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor da ata de registro de preços e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei n. 14.133/2021.

15.15. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao Fornecedor, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

15.16. Se a garantia contratual exigida for prestada por seguradora, essa será notificada da abertura de processo de apuração de responsabilidade do qual possa resultar na aplicação da penalidade de multa ao Fornecedor.

15.17. O licitante ou o Adjudicatário será notificado para apresentar defesa prévia no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da notificação. Da decisão que aplicar as sanções de advertência, multas e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso administrativo no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação do ato.

15.18. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

15.19. A aplicação das sanções previstas de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, cumuladas ou não com multa, requererá a instauração de Procedimento Administrativo de Apuração de Responsabilidade - PAAR, a ser conduzido por comissão composta de no mínimo 2 (dois) servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o fornecedor para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

15.20. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o Fornecedor poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 dias úteis, contado da data da intimação.

15.21. Serão indeferidas pela Comissão de PAR, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

15.22. A prescrição da pretensão de aplicação das sanções ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será interrompida e suspensa na forma da Lei.

15.23. Excepcionalmente, desde que justificado pelo gestor da ata, no Procedimento Administrativo de Apuração de Responsabilidade - PAAR, o município poderá, ad cautelam, efetuar a retenção do valor da multa presumida, em conformidade com o instrumento convocatório, Termo de Referência, ou ata de registro de preços, e instaurar de imediato o procedimento administrativo para apuração de responsabilidade por descumprimento, que deverá ter tramitação prioritária.

15.24. Todas as penalidades serão registradas, para efeito de publicidade, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), no cadastro Consolidado de Pessoa Jurídica do TCU, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas (CEIS), no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) e demais sistemas internos, no prazo máximo de 15 dias úteis, contado da data de aplicação da sanção.

15.25. No caso de provimento do recurso ou de reconsideração da decisão, os autos serão remetidos à Secretaria de Finanças para devolução ao fornecedor dos valores eventualmente retidos.

15.26. Os instrumentos de requerimentos, de defesas prévias e de recursos eventualmente interpostos pelos licitantes, adjudicatários e/ou por quaisquer interessados deverão ser instruídos com os documentos hábeis à prova das alegações neles contidas. Referidos documentos probatórios deverão ser apresentados em suas versões originais e/ou em versões conferidas com o original por servidores da Administração Pública, sob pena de, a critério exclusivo do município, não serem avaliados. Caso o fornecimento de cópias de documentos seja requerido ao município, as despesas correspondentes deverão ser ressarcidas previamente, em Documento de Arrecadação Municipal - DAM.

## **16. FRAUDE E CORRUPÇÃO**

16.1. As proponentes deverão observar os mais altos padrões éticos durante o processo licitatório e a execução do contrato, estando sujeitas às sanções previstas na legislação brasileira. Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

- a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;



c) “prática conluída”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre duas ou mais proponentes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando a influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) “prática obstrutiva”:

(1) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista neste subitem;

(2) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

16.2. A contratante, garantida a prévia defesa, aplicará as sanções administrativas pertinentes, previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, se comprovar o envolvimento de representante da empresa ou da pessoa física contratada em práticas corruptas, fraudulentas, conluídas ou coercitivas, no decorrer da licitação ou na execução do contrato financiado por organismo financeiro multilateral, sem prejuízo das demais medidas administrativas, criminais e cíveis.

## **17. DOS ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES, DILIGÊNCIAS, REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO**

### **DAS SOLICITAÇÕES DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÕES**

17.1. Qualquer pessoa física ou jurídica poderá, no prazo de até **03 (três) dias úteis** antes da data fixada para recebimento das Propostas de Preços, solicitar esclarecimento e ou impugnar o ato convocatório deste Pregão.

17.2. Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a Administração aquele que não o fizer dentro do prazo fixado neste subitem, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

17.3. Impugnação feita tempestivamente pelo proponente não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

17.4. Somente serão aceitas solicitações de esclarecimentos, providências ou impugnações mediante petição em meio digital, bem como, acompanhados dos documentos comprobatórios a demandante, desde que devidamente protocolados via e-mail, informado no quadro de resumo deste edital, que preencham os seguintes requisitos:

17.4.1. O endereçamento a Pregoeira da Prefeitura de AQUIRAZ;

17.4.2. A identificação precisa e completa do autor e seu representante legal (acompanhado dos documentos comprobatórios) se for o caso, contendo o nome, prenome, estado civil, profissão, domicílio, número do documento de identificação, devidamente datada e assinada dentro do prazo editalício;

17.4.3. O fato e o fundamento jurídico de seu pedido, indicando quais os itens ou subitens discutidos;

17.4.4. O pedido, com suas especificações;

17.5. A proponente deverá juntar cópia do ato constitutivo, bem como, documento de identificação (com foto) válido na forma da Lei do responsável legal pela mesma e, ainda, deverá apresentar prova de mandato, se for o caso.

17.6. A Pregoeira poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.

17.6.1. Caberá a Pregoeira decidir e divulgar em sítio eletrônico oficial no prazo de até **03 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

17.6.2. A resposta do Município de AQUIRAZ - CE será disponibilizada a todos os interessados mediante afixação de cópia da íntegra do ato proferido pela Administração no sítio virtual: <https://municipios-licitacoes.tce.ce.gov.br/>.

17.6.3. O aditamento prevalecerá sempre em relação ao que for aditado.

17.6.4. Acolhida a petição de impugnação contra o ato convocatório que importe em modificação dos termos do edital será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das Propostas de Preços.

17.6.5. Qualquer modificação neste edital será divulgada pela mesma forma que se deu ao texto original.

### **DILIGÊNCIA, REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO**

17.7. **DILIGÊNCIA:** Em qualquer fase do procedimento licitatório, a Pregoeira ou a autoridade superior, poderá promover diligências no sentido de obter esclarecimentos, confirmar informações ou permitir sejam sanadas falhas formais de documentação que complementem a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da Proposta ou da Habilitação, fixando o prazo para a resposta.

17.7.1. Os proponentes notificados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pela Pregoeira, sob pena de desclassificação/inabilitação.

17.8. **REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO:** A autoridade competente para adjudicar/homologar o procedimento licitatório poderá revogá-lo somente em razão do interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a revogação, e deverá anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, por meio de ato escrito e fundamentado.

### **18. DISPOSIÇÕES GERAIS**

18.1. As normas que disciplinam este Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, atendidos o interesse público, sem comprometimento da segurança e do regular funcionamento da administração.

18.2. Os casos omissos poderão ser resolvidos pela Pregoeira durante a sessão e pela(s) autoridade(s) competente(s), em outros casos, mediante aplicação do Decreto Municipal Nº 067, de 23 de agosto de 2023, da PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIRAZ e a Lei nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021.

18.3. Nenhuma indenização será devida às proponentes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente edital, nem em relação às expectativas de contratações dela decorrentes.

18.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, exclui-se o dia de início de contagem e inclui-se o dia do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal no Município, exceto quando for expressamente estabelecido em contrário.

18.5. Os avisos de prosseguimento das sessões, a decisão sobre os recursos interpostos, a Anulação ou revogação serão feitos aos interessados mediante publicação no Quadro de Avisos e Publicações da Prefeitura Municipal de AQUIRAZ, conforme disposto na Lei Orgânica do Município e no "chat" do [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br).



18.6. Quaisquer informações poderão ser obtidas das 08:00h às 12:00h, na sede da Comissão de Pregões da Prefeitura de Aquiraz, situada na Rua da Integração, S/N, Centro, Aquiraz/CE, CEP: 61.700-000 ou através do telefone 85 4062.8090 (ramal 9184).

18.7. O referido edital e seus ANEXOS estão disponíveis no seguinte sítio virtual: <https://municipios-licitacoes.tce.ce.gov.br>, nos termos da IN 04/2015-TCM/CE.

18.8. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente edital será competente o Foro da Comarca de Aquiraz - CE.

Aquiraz/CE, 08 de maio de 2026.



Maria Brena Alves dos Santos Costa  
Pregoeira do Município

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP**

Nº 2026.03.06.01 - ETP.

**OBJETO:** Registro de preços para aquisição de equipamentos de proteção individual para utilização dos servidores na limpeza e higienização, de interesse da Secretaria de Educação de Aquiraz - CE.

**1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERADO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO (ART.18º, §1º, INCISO I DA LEI FEDERAL N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021).**

A Secretaria Municipal de Educação de Aquiraz identifica a necessidade de realizar a contratação para aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's), materiais de higiene e insumos destinados à limpeza e assepsia, com o objetivo de garantir condições adequadas de segurança e saúde aos servidores que desempenham atividades de limpeza e higienização nas unidades escolares e prédios administrativos vinculados à rede municipal de ensino.

As atividades de limpeza, conservação e higienização dos ambientes escolares envolvem o manuseio frequente de produtos químicos, exposição a agentes biológicos, contato com resíduos e utilização de utensílios que podem oferecer riscos à integridade física dos trabalhadores. Nesse contexto, a disponibilização de equipamentos de proteção adequados constitui medida indispensável para a prevenção de acidentes de trabalho, redução de riscos ocupacionais e preservação da saúde dos servidores públicos.

Atualmente, aproximadamente 434 servidores vinculados à Secretaria de Educação executam atividades relacionadas à limpeza, higienização e manutenção de ambientes nas unidades escolares, centros de educação infantil, cozinhas, refeitórios, banheiros e demais dependências das instituições de ensino. Tais profissionais necessitam da utilização contínua de equipamentos de proteção e insumos adequados para o desempenho seguro de suas funções.

A ausência ou insuficiência desses equipamentos pode ocasionar exposição indevida a riscos ocupacionais, comprometendo a segurança dos trabalhadores e podendo resultar em afastamentos laborais, acidentes de trabalho e prejuízos à continuidade dos serviços essenciais de limpeza e conservação dos ambientes escolares.

Além disso, a manutenção de ambientes limpos e higienizados nas unidades de ensino é fundamental para assegurar condições adequadas de salubridade, bem-estar e saúde para estudantes, servidores e toda a comunidade escolar, contribuindo diretamente para a qualidade do ambiente educacional e para a prevenção de doenças.

Nesse sentido, a presente contratação também visa atender às exigências legais relacionadas à segurança e saúde no trabalho, especialmente aquelas previstas nas Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, em especial a NR-6, que trata dos Equipamentos de Proteção Individual, as quais estabelecem a obrigatoriedade do fornecimento de equipamentos adequados aos trabalhadores expostos a riscos ocupacionais.



Adicionalmente, a aquisição dos materiais de higiene e assepsia se mostra essencial para garantir a adequada limpeza dos ambientes escolares, reforçando as medidas de prevenção sanitária e contribuindo para a manutenção de condições adequadas de funcionamento das unidades educacionais.

Assim, sob a perspectiva do interesse público, a contratação busca assegurar:

- A proteção da integridade física e da saúde dos servidores que atuam nos serviços de limpeza e higienização;
- A continuidade e a qualidade dos serviços de limpeza nas unidades escolares da rede municipal;
- A manutenção de ambientes educacionais seguros, limpos e salubres;
- O cumprimento das normas de segurança do trabalho e das boas práticas de saúde ocupacional na Administração Pública.

Dessa forma, a contratação pretendida se mostra necessária, adequada e alinhada aos princípios da eficiência, da prevenção de riscos ocupacionais e da proteção à saúde dos trabalhadores, contribuindo diretamente para o bom funcionamento da rede municipal de ensino e para a garantia de condições dignas de trabalho aos servidores da Secretaria de Educação do Município de Aquiraz.

**2. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL, SEMPRE QUE ELABORADO, DE MODO A INDICAR O SEU ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO (ART.18º, §1º, INCISO II DA LEI FEDERAL N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021).**

**Número do Plano de Contratação Anual – PCA 2026:** A DFD que embasam a presente solicitação foram extraídas do Plano de Contratação Anual – PCA para o exercício de 2026 de n. 29987149000198-0-000001/2026 – LINK: <https://pncp.gov.br/app/pca/29987149000198/2026>

**Documento de Formalização da Demanda - DFD relacionada ao objeto:** A presente solicitação foi confeccionada com base na DFD de n.º 26.02.23.054-02, constantes do Plano de Contratação Anual – PCA.

**3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (ART. 18º, §1º, INCISO III DA LEI FEDERAL N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021).**

**a) Requisitos da contratação:**

**Requisitos técnicos:**

- Os produtos deverão atender integralmente às especificações constantes no campo “ESPECIFICAÇÃO” da tabela descritiva constante do Termo de Referência, observando rigorosamente os padrões de qualidade, durabilidade e segurança aplicáveis.

- O design do **Item 2 do Lote 01 – AVENTAL DE NAPA BAGUM** deverá contemplar integralmente o **layout constante no anexo** que acompanha esta peça, garantindo conformidade estética e funcional conforme o modelo definido pela Administração.
- O design do **Item 4 do Lote 02 – TOALHA** deverá contemplar integralmente o **layout constante no anexo** que acompanha esta peça, garantindo conformidade estética e funcional conforme o modelo definido pela Administração.

**Requisitos operacionais:**

- O fornecimento deverá ocorrer por meio de Sistema de Registro de Preços, possibilitando aquisições graduais, conforme demanda de 2026 e 2027.
- Os produtos deverão ser entregues em prazos compatíveis com as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, em local previamente definido pela Administração.
- O fornecedor deverá prestar garantia mínima de conformidade dos itens entregues, substituindo aqueles que apresentarem defeitos de fabricação.
- Será exigida a apresentação de amostras para conferência de qualidade e aderência às especificações antes da entrega definitiva.

**Requisitos de Transporte e Armazenamento**

- Os EPIs deverão ser transportados em caminhão tipo baú, devidamente higienizado e adequado ao transporte de materiais de uso pessoal, não podendo conter qualquer substância que possa ocasionar lesão física, química ou biológica aos produtos.
- Os materiais deverão ser sobrepostos em paletes e/ou acondicionados em caixas de polietileno higienizadas, sempre que necessário, a fim de preservar a integridade e a qualidade dos itens durante o transporte e o armazenamento.

**Requisitos de Entrega e Conduta dos Entregadores**

- Os entregadores deverão estar devidamente identificados com o nome da empresa fornecedora, uniformizados, apresentando hábitos de higiene satisfatórios e conduta adequada no local de entrega, zelando pela boa imagem e segurança do processo.
- Caso seja detectada falha no fornecimento ou entrega em desconformidade com as especificações estabelecidas, a empresa deverá realizar a substituição dos produtos no prazo máximo de 10 (cinco) dias úteis, contados da notificação, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis.
- A entrega dos EPIs ocorrerá de forma parcelada, conforme a necessidade e solicitação da Secretaria Municipal de Educação, garantindo o atendimento contínuo e adequado às demandas do serviço público.

**b) Requisitos de habilitação:**

Os documentos de habilitação poderão ser aqueles exigidos no art. 62 da Lei Federal n.º 14.133/21, contudo, a relação detalhada dos documentos os quais serão requisitados para fins de habilitação no certame, serão aqueles constantes do termo de referência, a ser confeccionado



tomando como base as perspectivas, especificidades, requisitos e demais informações trazidas e abordadas neste estudo.

**4. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHEM DÃO SUPORTE, QUE CONSIDEREM INTERDEPENDÊNCIAS COM OUTRAS CONTRATAÇÕES, DE MODO A POSSIBILITAR ECONOMIA DE ESCALA (ART.18º, §1º, INCISO IV DA LEI FEDERAL N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021).**

A estimativa das quantidades necessárias à presente contratação foi elaborada com base em levantamento técnico realizado pela Secretaria Municipal de Educação de Aquiraz, considerando a natureza das atividades desempenhadas pelos servidores responsáveis pelos serviços de limpeza e higienização nas unidades escolares e prédios administrativos da rede municipal de ensino.

Para o dimensionamento da demanda foram considerados, entre outros fatores:

- O quantitativo estimado de 434 servidores que desempenham atividades de conservação e higienização nas unidades educacionais;
- A frequência de utilização e reposição dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI's), em razão do desgaste natural decorrente do uso contínuo;
- O consumo médio histórico de materiais de higiene e assepsia utilizados nas rotinas de limpeza das unidades escolares;
- A previsão de atendimento da demanda para os exercícios de 2026 e 2027, garantindo continuidade no fornecimento dos insumos necessários;
- A necessidade de manutenção de estoque de segurança, visando evitar desabastecimento e interrupção das atividades operacionais;

A metodologia adotada buscou garantir que os quantitativos estimados sejam compatíveis com a realidade operacional da rede municipal de ensino, permitindo o adequado atendimento das necessidades administrativas ao longo do período de vigência da futura Ata de Registro de Preços.

**Estimativa de Equipamentos de Proteção Individual por servidor**

Os quantitativos de Equipamentos de Proteção Individual foram estimados considerando a média de reposição semestral por servidor, bem como o período de planejamento correspondente a 24 (vinte e quatro) meses, abrangendo os exercícios de 2026 e 2027.

**Óculos de proteção**

A estimativa considerou a reposição média de aproximadamente 2 unidade por servidor a cada ano, considerando perdas, avarias ou necessidade de substituição decorrente do uso contínuo.

**Memória de cálculo:**

$434 \text{ servidores} \times 1 \text{ óculos} \times 4 \text{ semestres} = 1.736 \text{ unidades}$

Aplicando margem técnica aproximada de 73% para formação de estoque de segurança, reposições extraordinárias, substituições por avarias, perdas, variações de demanda entre unidades escolares e eventual ampliação do quadro de servidores, obtém-se:

$1.736 \times 1,73 \approx 3.003 \text{ unidades aproximadamente.}$

Assim, adotou-se o quantitativo estimado de 3.000 unidades, considerando o arredondamento técnico e a padronização do quantitativo para fins de planejamento da contratação e garantia de disponibilidade contínua dos equipamentos de proteção individual durante o período estimado da contratação.

#### **Aventais de proteção**

Considerando o desgaste decorrente da manipulação frequente de produtos de limpeza e agentes químicos, estimou-se a reposição média de 3 aventais por servidor por semestre.

Memória de cálculo:

$434 \text{ servidores} \times 3 \text{ aventais} \times 4 \text{ semestres} = 5.208 \text{ unidades}$

Com a inclusão de margem técnica para substituições extraordinárias e formação de estoque de segurança:

$5.208 \times 1,15 \approx 6.000 \text{ unidades}$

Portanto, adotou-se o quantitativo estimado de 6.000 unidades.

#### **Máscaras PFF2**

Considerando o uso periódico em determinadas atividades que envolvem exposição a poeiras, vapores ou produtos químicos, estimou-se o consumo médio de 10 máscaras por servidor por semestre.

Memória de cálculo:

$434 \text{ servidores} \times 10 \text{ máscaras} \times 4 \text{ semestres} = 17.360 \text{ unidades}$

Com ajuste para variações operacionais e estoque mínimo:

$17.360 + \text{margem técnica} \approx 18.000 \text{ unidades}$

#### **Luvas de proteção**

As luvas de proteção possuem maior rotatividade em razão do desgaste natural durante as atividades de limpeza.

Memória de cálculo:

$434 \text{ servidores} \times 17 \text{ pares por semestre} \times 4 \text{ semestres} = 29.512 \text{ pares}$

Aplicando arredondamento técnico e estoque de segurança:

Quantidade estimada: 30.000 pares

#### **Toucas descartáveis**

As toucas descartáveis possuem uso concentrado principalmente em ambientes de manipulação de alimentos, cozinhas escolares e áreas que exigem maior controle sanitário.

O quantitativo estimado foi de 600 caixas contendo 100 unidades cada, totalizando 60.000 unidades para o período de 24 meses.

O consumo médio estimado corresponde a aproximadamente:

$60.000 \text{ unidades} \div 24 \text{ meses} \approx 2.500 \text{ unidades mensais}$

Esse quantitativo mostra-se compatível com a demanda operacional das unidades escolares e setores de manipulação de alimentos.

#### **Estimativa de consumo de materiais de higiene e assepsia**

Os quantitativos relativos aos materiais de higiene e assepsia foram definidos com base no consumo médio global das unidades escolares e prédios administrativos vinculados à Secretaria de Educação.





Os quantitativos constantes da solicitação contemplam o atendimento do período de 24 meses, correspondendo ao dobro da estimativa anual constante da DFD.

**Sabonete líquido**

Quantidade total estimada: 25.000 litros

Consumo médio estimado:

- aproximadamente 12.500 litros por ano
- aproximadamente 1.041 litros por mês

**Álcool em gel 70%**

Quantidade total estimada: 5.000 litros

Consumo médio estimado:

- aproximadamente 2.500 litros por ano
- aproximadamente 208 litros por mês

**Álcool etílico 70%**

Quantidade total estimada: 9.000 litros

Consumo médio estimado:

- aproximadamente 4.500 litros por ano
- aproximadamente 375 litros por mês

**Papel toalha**

Quantidade total estimada: 1.500 pacotes

Consumo médio estimado:

- aproximadamente 750 pacotes por ano
- aproximadamente 62 pacotes por mês

**Estoque de segurança**

A formação de estoque de segurança foi considerada necessária em razão da natureza contínua dos serviços de limpeza e higienização realizados nas unidades escolares.

A adoção desse estoque técnico visa mitigar riscos relacionados a:

- aumento eventual de consumo;
- desgaste acelerado dos equipamentos;
- perdas, avarias ou defeitos de fabricação;
- variações na demanda entre unidades;
- atrasos logísticos no fornecimento.

Como parâmetro técnico, foram adotadas margens de segurança variando entre 3% e 15%, conforme a natureza e a rotatividade de cada item.

Tal medida visa garantir a continuidade dos serviços públicos essenciais, evitando desabastecimento e assegurando disponibilidade imediata dos materiais necessários às atividades operacionais.



### Justificativa do quantitativo de calçados de segurança

O quantitativo estimado de 3.000 pares de calçados ocupacionais antiderrapantes foi definido considerando a necessidade de proteção dos servidores que atuam em ambientes com presença de umidade, pisos lisos, manipulação de líquidos e utilização de produtos de limpeza.

Embora a reposição ordinária estimada indique necessidade inferior ao quantitativo total previsto, a Administração considerou fatores adicionais que justificam a ampliação do quantitativo, tais como:

- necessidade de fornecimento inicial e reposição periódica em razão do desgaste natural do solado antiderrapante;
- variação de numeração dos servidores, exigindo disponibilidade para trocas;
- possibilidade de substituição por defeito ou perda de eficiência do equipamento;
- formação de estoque técnico de segurança;
- atendimento de servidores vinculados a diferentes ambientes operacionais, incluindo cozinhas escolares, refeitórios, áreas de limpeza e manutenção predial.

Dessa forma, o quantitativo estimado foi dimensionado de forma a assegurar disponibilidade contínua de equipamentos adequados, garantindo segurança ocupacional e continuidade das atividades operacionais ao longo do período de planejamento.

### Conclusão da estimativa de quantitativos

As estimativas apresentadas foram definidas com base em critérios técnicos e administrativos que consideram:

- número de servidores beneficiados;
- horizonte de planejamento da contratação;
- frequência de reposição dos equipamentos;
- consumo médio de materiais de higiene;
- necessidade de estoque de segurança;
- continuidade das atividades de limpeza e higienização nas unidades escolares.



Dessa forma, os quantitativos estimados mostram-se compatíveis com as necessidades operacionais da Secretaria de Educação, estando devidamente fundamentados nos documentos que instruem o processo administrativo e alinhados aos princípios da eficiência, economicidade e planejamento da contratação pública.

| LOTE 01 – EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI's) PARA SERVIDORES DA LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO |            |                     |  |         |       |
|---|------------|---------------------|--|---------|-------|
| ITEM  | ID DO ITEM | CÓDIGO CLASSE/GRUPO | ESPECIFICAÇÃO  | UND     | QTDE  |
| 1   | 15118      | 4240                | ÓCULOS DE PROTEÇÃO INCOLOR SEGURANÇA EPI<br>- ESPECIFICAÇÃO: ÓCULOS DE SEGURANÇA CONFECCIONADO EM POLICARBONATO ÓPTICO, COM TRATAMENTO ANTIRISCO, HASTES COM | UNIDADE | 3.000 |





|   |            |                     | COMPRIMENTO REGULÁVEL, FILTRA RAIOS UVA E UVB.  |         |        |
|---|------------|---------------------|---|---------|--------|
| 2   | 15114      | 8465                | <b>AVENTAL DE NAPA BAGUM</b> - ESPECIFICAÇÃO: COR LARANJA, COM BAINHAS COSTURADAS COM 1CM, VIRADAS 1 VEZ. COLOCAÇÃO DE DEBRUM DE BRIM, 100% ALGODÃO DE 1CM, (COLOCADO) EM TODA A EXTENSÃO DA CAVA DO AVENTAL, SENDO QUE NA PARTE SUPERIOR FICA 42CM PARA AMARRAÇÃO DO PESCOÇO E NA PARTE INFERIOR 57CM, PARA AMARRAÇÃO DA CINTURA. TODAS AS COSTURAS DEVEM SER REALIZADAS COM A LINHA DA COR DO TECIDO. O AVENTAL DEVERÁ TER A LOGOMARCA DO MUNICÍPIO NAS CORES ORIGINAL, EM ETIQUETA TAFETÁ ALTA DEFINIÇÃO, CONTORNADA BORDADA COMPUTADORIZADA, MEDINDO ALTURA DE 7,6CM X 8CM. A PEÇA DEVERÁ ESTAR LIMPA, ISENTA DE QUALQUER DEFEITO QUE COMPROMETA SUA APRESENTAÇÃO. AS INFORMAÇÕES DE CNPJ, INSTRUÇÃO DE LAVAGEM, COMPOSIÇÃO, TAMANHO E NOME DA EMPRESA. CONFORME LAYOUT EM ANEXO. | UNIDADE | 6.000  |
| 3   | 15117      | 7099                | <b>MASCARA DESCARTÁVEL COM VÁLVULA AZUL ELÁSTICO NUCA</b> - ESPECIFICAÇÃO: MÁSCARA DESCARTÁVEL CLASSE PFF2, MODELO DOBRÁVEL, OFERECE PROTEÇÃO CONTRA POEIRAS, NEVOAS NÃO OLEOSAS E FUMOS, POSSUI VÁLVULA DE EXALAÇÃO QUE FACILITA A EXALAÇÃO E REDUZ O CALOR DO RESPIRADOR, COM ELÁSTICO QUE PROPORCIONAM MELHOR AJUSTE.  | UNIDADE | 18.000 |
| 4   | 15116      | 7099                | <b>LUVA LÁTEX MULTIUSO LIMPEZA GERAL</b> - ESPECIFICAÇÃO: LUVA CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL, FORRADA INTERNAMENTE COM FLOCOS DE ALGODÃO, ANTIDERRAPANTE NA PALMA, FACE PALMAR NOS DEDOS, ACABAMENTO DO PUNHO EM VIROLA.   | PAR     | 30.000 |
| 5   | 15125      | 7099                | <b>TOUCA DESCARTÁVEL</b> - ESPECIFICAÇÃO: TOUCA DESCARTÁVEL EM TNT, TAMANHO ÚNICO SANFONADA, COM ELÁSTICO, COR BRANCA, PACOTE COM 100 UNIDADES.   | CAIXA   | 600    |
| <b>LOTE 02 – MATERIAIS DE HIGIENE E CONSUMÍVEIS PARA LIMPEZA E ASSEPSIA</b> |            |                     |   |         |        |
| ITEM  | ID DO ITEM | CÓDIGO CLASSE/GRUPO | ESPECIFICAÇÃO   | UND     | QTDE   |
|   |            |                     | <b>SABONETE LIQUIDO 1 LT</b> – ESPECIFICAÇÃO: SABONETE LÍQUIDO FRAGÂNCIAS VARIADOS, LÍMPIDO TRANSLÚCIDO E LIVRE DE SEDIMENTOS. POSSUI INGREDIENTES COMO: ÁGUA, ÁCIDO  | LITRO   | 25000  |



|   |       |      |  |       |      |
|---|-------|------|--|-------|------|
| 1 | 15121 | 8530 | CÍTRICO (PARA REGULAR O PH), CONSERVANTES SEGUROS (COMO METHYLISOTHIAZOLINONE) E SUBSTÂNCIAS QUE AUXILIAM NA LIMPEZA, COMO O SODIUM LAURYL SULFATE. VISCOSIDADE: 1.000 – 2500 CP A 20 °C. EMBALAGEM 1LITRO.  |       |      |
| 2 | 15112 | 8530 | <b>ÁLCOOI EM GEL 70%</b> - ESPECTFTCAÇÃO: ÁLCOOI EM GEL ANTSSÉPTICO, CONCENTRAÇÃO DE 70º INPM, EMBALAGEM PLÁSTICA COM 1 LITRO, INDICADO PARA ANTISSEPSIA IMEDIATA DAS MÃOS, LIMPA E HIDRATA DELICADAMENTE. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE O NÚMERO DO LOTE, A DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. COMPOSIÇÃO: ALCOHOL, AQUA, CARBOMER, AMINOMETHYL PROPANOL. PH; 6,8 A 8,2, DENSIDADE: 0,91 A 0,96 G/ML SOLUBILIDADE: SOLÚVEL EM ÁCUA. TEOR DE ÁLCOOL' 69 A 70'INPM. EMALAGEM 1 LT. | LITRO | 5000 |
| 3 | 15113 | 7930 | <b>ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO 70 INPM 1 LT</b> – ESPECIFICAÇÃO – ALCOOL LIQUIDO 70, USADO NA DESINFECÇÃO DE SUPERFÍCIES FIXAS DE AMBIENTES HOSPITALARES E ESTABELECIMENTOS RELACIONADOS COM O ATENDIMENTO À SAÚDE, COMO PISOS, PAREDES, MOBILIÁRIOS, BANCADAS, ETC. DEVERA CONTER DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE NA EMBALAGEM.  | LITRO | 9000 |
| 4 | 15124 | 8305 | <b>TOALHA</b> - ESPECIFICAÇÃO: TOALHA 100% ALGODÃO, COM BARRA. MEDIDAS APROXIMADAS: 36CMX23CM, NA COR BRANCA. TOALHA DEVERÁ CONTER UMA ETIQUETA TAFETÁ BORDADA ALTA DEFINIÇÃO COM LOGOMARCA DO MUNICÍPIO EM SUAS CORES ORIGINAIS MEDINDO 5CM(LARGURA) X 5CM(ALTURA), BORDADO COMPUTADORIZADO. CONFORME LAYOUT EM ANEXO.  | UND   | 8000 |
| 5 | 15120 | 8540 | <b>PAPEL TOALHA</b> - ESPECIFICAÇÃO: PAPEL TOALHA, MEDINDO 23 X 22 CM, FOLHAS SIMPLES. FIBRAS RECICLADAS. COMPOSIÇÃO: 100% NATURAL. COR CREME INTERCALADAS TIPO INTERFOLHAS, MACIAS E ABSORVENTES, PACOTE COM 2400 FOLHAS.   | PCT   | 1500 |
| 6 | 15119 | 9999 | <b>PANO MULTIUSO 28CM X 300M</b> - ESPECIFICAÇÃO: PANO MULTIUSO 28CM X 300M PICOTADO, POSSUI ALTA ABSORÇÃO, SENDO UM GRANDE ALIADO PARA DIVERSAS NECESSIDADES. É UM PRODUTO VERSÁTIL: LAVA, SECA, TIRA O PÓ E DA BRILHO. PODE SER UTILIZADO PARA LIMPEZA GERAL NOS MAIS VARIADOS AMBIENTES COMO: INDÚSTRIAS, RESTAURANTES, BARES, AÇOUGUES, HOTÉIS E ETC. COMPOSIÇÃO: FALSO TECIDO: 50% CELULOSE E 50% POLIÉSTER CORES VARIADAS.MEDIDAS DO   | ROLO  | 850  |





|   |            |                     | ROLO: 28CM X 300M. QUANTIDADE DE PANOS NO ROLO: 600 PANOS.  |     |       |
|---|------------|---------------------|---|-----|-------|
| 7   | 15123      | 9999                | <b>SUPORE PARA PANO MULTIUSO</b> - ESPECIFICAÇÃO -SUPORE METÁLICO PARA PANO MULTIUSO EM ROLO (TIPO PAREDE). IDEAL PARA ROLOS DE PANO MULTIUSO DE ATÉ 300M. FÁCIL SISTEMA DE REPOSIÇÃO. SUPER-RESISTENTE. CONTÉM: 1 DESTACADOR, 1 SUPORE TUBO, 2 PARAFUSOS, 2 BUCHAS. NÃO ACOMPANHA PANO MULTIUSO.   | UND | 100   |
| <b>LOTE 03 – CALÇADOS DE SEGURANÇA TIPO SAPATO OCUPACIONAL ANTIDERRAPANTE (EPI)</b> |            |                     |   |     |       |
| ITEM  | ID do item | CÓDIGO CLASSE/GRUPO | ESPECIFICAÇÃO   | UND | QTDE  |
| 1   | 15122      | 8430                | <b>SAPATO ANTIDERRAPANTE PROFISSIONAL EMBORRACHADO PARA TRABALHO EPI, COZINHA, LIMPEZA, ENFERMAGEM E POSTOS DE COMBUSTÍVEL</b> - ESPECIFICAÇÃO: SAPATO CONFECCIONADO EM MATERIAL POLIMERICO (EVA), COM SOLADO SUPER GRIP ANTIDERRAPANTE, COM RESISTÊNCIA A ABSORÇÃO DE ENERGIA NO CALCANHAR, AO OLEO COMBUSTIVEL, AO ESCORREGAMENTO NO PISO CERÂMICO E PISO DE AÇO (CATEGORIA SRC), COM PALMILHA HIGIÊNICA SOFT COMFORT EM EVA ANTIFUNGO/ANTIBACTERIANA, COMPOSTA DE MICROPONTOS QUE PROPORCIONAM ABSORÇÃO E DESSORÇÃO DE SUOR. | PAR | 3.000 |

**5. LEVANTAMENTO DE MERCADO, QUE CONSISTE NA ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS, E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR (ART.18º, §1º, INCISO V DA LEI FEDERAL N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021).**

O levantamento de mercado tem por finalidade identificar as soluções disponíveis no mercado capazes de atender à necessidade da Administração Pública, bem como analisar a viabilidade técnica e econômica das alternativas possíveis para o atendimento da demanda identificada.

No caso em análise, a necessidade consiste no fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's), materiais de higiene e consumíveis destinados às atividades de limpeza e higienização das unidades escolares e prédios administrativos da Secretaria de Educação do Município de Aquiraz, garantindo a segurança ocupacional dos servidores e a manutenção das condições adequadas de salubridade nos ambientes escolares.

A análise de mercado demonstrou que os itens pretendidos são bens de natureza comum, amplamente disponíveis no mercado nacional e comercializados por diversos fornecedores especializados no fornecimento de equipamentos de segurança do trabalho, materiais de limpeza institucional e insumos de higiene.



Nesse contexto, foram avaliadas as seguintes alternativas de solução:

**Aquisição individualizada de itens por meio de contratações isoladas**

Essa alternativa consistiria na realização de múltiplos procedimentos de contratação para aquisição individual de cada grupo de itens, conforme a necessidade específica de cada unidade administrativa.

Vantagens:

- possibilidade de contratações pontuais conforme demanda imediata;
- menor volume inicial de aquisição.

Desvantagens:

- aumento significativo da carga administrativa decorrente da condução de diversos procedimentos licitatórios;
- maior risco de descontinuidade no fornecimento dos materiais;
- redução do poder de negociação da Administração, com possível aumento dos preços unitários;
- dificuldade de padronização dos equipamentos de proteção individual utilizados pelos servidores.

Dessa forma, essa alternativa mostrou-se menos eficiente sob a perspectiva administrativa e econômica, não sendo considerada a solução mais adequada.

**Aquisição por meio de contratação direta eventual**

Outra alternativa analisada seria a realização de contratações diretas para atendimento de demandas emergenciais ou pontuais.

Vantagens:

- rapidez na aquisição em situações excepcionais;
- menor formalidade em casos específicos previstos em lei.

Desvantagens:

- impossibilidade de utilização rotineira para demandas previsíveis e contínuas;
- limitação dos valores permitidos para contratação direta;
- ausência de ampla competição entre fornecedores;
- risco de fragmentação da despesa e perda de economia de escala.

Considerando que a demanda em questão é previsível, recorrente e de caráter continuado, essa alternativa não se mostrou juridicamente adequada nem economicamente vantajosa.

**Aquisição por meio de processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços**

A terceira alternativa analisada consiste na realização de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, utilizando-se o Sistema de Registro de Preços, para aquisição parcelada dos itens conforme necessidade da Administração.

Vantagens:

- ampla competitividade entre fornecedores em âmbito nacional;
- possibilidade de obtenção de preços mais vantajosos em razão do maior volume estimado da contratação;
- flexibilidade para aquisição dos itens conforme a demanda da Administração durante a vigência da Ata de Registro de Preços;



- redução do risco de desabastecimento de materiais essenciais às atividades de limpeza e higienização;
- simplificação administrativa, evitando a necessidade de múltiplos procedimentos licitatórios para aquisição dos mesmos itens;
- padronização dos equipamentos de proteção individual fornecidos aos servidores.

**Desvantagens:**

- necessidade de planejamento prévio para estimativa dos quantitativos.

Entretanto, essa desvantagem é mitigada pela utilização de estimativas baseadas em dados históricos de consumo e pela possibilidade de fornecimento parcelado durante a vigência da ata.

**Justificativa da solução escolhida**

Após análise das alternativas disponíveis, conclui-se que a solução mais adequada, sob os aspectos técnico, operacional e econômico, consiste na realização de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico para Sistema de Registro de Preços, para aquisição de Equipamentos de Proteção Individual, materiais de higiene e consumíveis destinados às atividades de limpeza e higienização da rede municipal de ensino.

Essa solução apresenta-se como a mais vantajosa para a Administração, pois permite:

- garantir maior competitividade entre fornecedores;
- assegurar a obtenção de preços mais vantajosos para a Administração;
- possibilitar o fornecimento parcelado dos itens conforme a necessidade das unidades administrativas;
- evitar desabastecimento de materiais essenciais às atividades operacionais;
- promover maior eficiência na gestão das aquisições públicas.

Além disso, o Sistema de Registro de Preços mostra-se particularmente adequado para contratações de natureza continuada e com demanda variável, permitindo à Administração realizar aquisições de forma gradual durante o período de vigência da ata, conforme suas necessidades operacionais.

Dessa forma, conclui-se que a adoção do Pregão Eletrônico para Sistema de Registro de Preços constitui a alternativa mais eficiente e economicamente vantajosa para atendimento da necessidade administrativa identificada.

**6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADA DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, QUE PODERÃO CONSTAR DE ANEXO CLASSIFICADO, SE A ADMINISTRAÇÃO OPTAR POR PRESERVAR O SEU SIGILO ATÉ A CONCLUSÃO DA LICITAÇÃO (ART.18º, §1º, INCISO VI DA LEI FEDERAL N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021).**

A análise de mercado foi realizada em conformidade com o procedimento administrativo de coleta de preços, proferida pela Comissão de Compras, designadas especificamente a este fim.

Nos termos do Decreto Municipal n.º 005/2023 de 30 de janeiro de 2023, o procedimento de coleta de preços deve obedecer a regramento específico no que tange as formalidades, meios, ordem e mecanismos de coleta, cabendo à Comissão de Compras, por ser o ente designado a este fim, a observância a estes procedimentos mínimos.

Deste modo, após o procedimento de coleta de preços, originou-se o mapa de preços conforme anexo aos autos, apresentando-se, assim, a estimativa para o objeto, de modo que este será o parâmetro a ser seguido para fins de limite do gasto e para balizamento quando do julgamento do certame.

**PESQUISA N°: 202602270001**

**DADOS DO SISTEMA DE COLETA:**

DADOS COLETADOS NO SISTEMA ELETRÔNICO DE COLETA DE PREÇOS M2A TECNOLOGIA, ATRAVÉS DO LINK:

[http://precodereferencia.m2atecnologia.com.br/preco\\_de\\_referencia/cotacao/172171/#item\\_cotacao](http://precodereferencia.m2atecnologia.com.br/preco_de_referencia/cotacao/172171/#item_cotacao)

| EMP. | RAZÃO SOCIAL  | CNPJ               | DOMÍNIO   |                  |                    |
|------|---|--------------------|---|------------------|--------------------|
| 1    | SISTEMA ELETRÔNICO DE COLETA DE PREÇOS M2A TECNOLOGIA   | 19.337.907/0001-79 | <a href="http://precodereferencia.m2atecnologia.com.br/preco_de_referencia">http://precodereferencia.m2atecnologia.com.br/preco_de_referencia</a> |                  |                    |
| ITEM | ESPECIFICAÇÕES  | UNIDADE            | QTE   | VALOR MÉDIO UNIT | VALOR MÉDIO GLOBAL |
| 1    | ÓCULOS DE PROTEÇÃO INCOLOR SEGURANÇA EPI - ESPECIFICAÇÃO: ÓCULOS DE SEGURANÇA CONFECCIONADO EM POLICARBONATO ÓPTICO, COM TRATAMENTO ANTIRISCO, HASTES COM COMPRIMENTO REGULÁVEL, FILTRA RAIOS UVA E UVB. AVENTAL DE NAPA BAGUM - ESPECIFICAÇÃO: COR LARANJA, COM BAINHAS COSTURADAS COM 1CM, VIRADAS 1 VEZ. COLOCAÇÃO DE DEBRUM DE BRIM, 100% ALGODÃO DE 1CM, (COLOCADO) EM TODA A EXTENSÃO DA CAVA DO AVENTAL, SENDO QUE NA PARTE SUPERIOR FICA 42CM PARA AMARRAÇÃO DO PESCOÇO E NA PARTE INFERIOR 57CM, PARA AMARRAÇÃO DA CINTURA. TODAS AS COSTURAS DEVEM SER REALIZADAS COM A LINHA DA COR DO TECIDO. O AVENTAL DEVERÁ TER A LOGOMARCA DO MUNICÍPIO NAS CORES ORIGINAL, EM ETIQUETA TAFETÁ ALTA DEFINIÇÃO, CONTORNADA BORDADA | UNIDADE            | 3.000   | 11,77            | R\$ 35.310,00      |
| 2    | AMARRAÇÃO DO PESCOÇO E NA PARTE INFERIOR 57CM, PARA AMARRAÇÃO DA CINTURA. TODAS AS COSTURAS DEVEM SER REALIZADAS COM A LINHA DA COR DO TECIDO. O AVENTAL DEVERÁ TER A LOGOMARCA DO MUNICÍPIO NAS CORES ORIGINAL, EM ETIQUETA TAFETÁ ALTA DEFINIÇÃO, CONTORNADA BORDADA  | UNIDADE            | 6.000   | 42,67            | R\$ 256.020,00     |







|   |  |         |        |       |                |
|---|--|---------|--------|-------|----------------|
|   | <p>COMPUTADORIZADA,<br/>MEDINDO ALTURA DE<br/>7,6CM X 8CM. A PEÇA<br/>DEVERÁ ESTAR LIMPA,<br/>ISENTA DE QUALQUER<br/>DEFEITO QUE<br/>COMPROMETA SUA<br/>APRESENTAÇÃO. AS<br/>INFORMAÇÕES DE CNPJ,<br/>INSTRUÇÃO DE<br/>LAVAGEM,<br/>COMPOSIÇÃO,<br/>TAMANHO E NOME DA<br/>EMPRESA. CONFORME<br/>LAYOUT EM ANEXO.<br/>MASCARA DESCARTÁVEL<br/>COM VÁLVULA AZUL<br/>ELÁSTICO NUCA -<br/>ESPECIFICAÇÃO:<br/>MÁSCARA DESCARTÁVEL<br/>CLASSE PFF2, MODELO<br/>DOBRÁVEL, OFERECE<br/>PROTEÇÃO CONTRA</p> | UNIDADE | 18.000 | 4,73  | R\$ 85.140,00  |
| 3 | <p>POEIRAS, NEVOAS NÃO<br/>OLEOSAS E FUMOS,<br/>POSSUI VÁLVULA DE<br/>EXALAÇÃO QUE FACILITA<br/>A EXALAÇÃO E REDUZ O<br/>CALOR DO RESPIRADOR,<br/>COM ELÁSTICO QUE<br/>PROPORCIONAM<br/>MELHOR AJUSTE.</p>   |         |        |       |                |
|   | <p>LUVA LÁTEX MULTIUSO<br/>LIMPEZA GERAL -<br/>ESPECIFICAÇÃO: LUVA<br/>CONFECCIONADA EM<br/>LÁTEX NATURAL,<br/>FORRADA</p>   |         |        |       |                |
| 4 | <p>INTERNAMENTE COM<br/>FLOCOS DE ALGODÃO,<br/>ANTIDERRAPANTE NA<br/>PALMA, FACE PALMAR<br/>NOS DEDOS,<br/>ACABAMENTO DO<br/>PUNHO EM VIROLA.</p>  | PAR     | 30.000 | 7,31  | R\$ 219.300,00 |
|   | <p>TOUCA DESCARTÁVEL -<br/>ESPECIFICAÇÃO: TOUCA<br/>DESCARTÁVEL EM TNT,<br/>TAMANHO ÚNICO</p>  |         |        |       |                |
| 5 | <p>SANFONADA, COM<br/>ELÁSTICO, COR BRANCA,<br/>PACOTE COM 100<br/>UNIDADES.</p>   | CAIXA   | 600    | 23,67 | R\$ 14.202,00  |



|   |   |       |        |       |                |
|---|---|-------|--------|-------|----------------|
| 6 | <p>SABONETE LIQUIDO 1 LT<br/>- ESPECIFICAÇÃO:<br/>SABONETE LÍQUIDO<br/>FRAGÂNCIAS VARIADOS,<br/>LÍMPIDO TRANSLÚCIDO E<br/>LIVRE DE SEDIMENTOS.<br/>POSSUI INGREDIENTES<br/>COMO: ÁGUA, ÁCIDO<br/>CÍTRICO (PARA REGULAR<br/>O PH), CONSERVANTES<br/>SEGUROS (COMO<br/>METHYLISOTHIAZOLINO<br/>NE) E SUBSTÂNCIAS QUE<br/>AUXILIAM NA LIMPEZA,<br/>COMO O SODIUM<br/>LAURYL SULFATE.<br/>VISCOSIDADE: 1.000 -<br/>2500 CP A 20 °C.<br/>EMBALAGEM 1LITRO.<br/>ÁLCOOL EM GEL 70% -<br/>ESPECIFICAÇÃO:<br/>ÁLCOOL EM GEL<br/>ANTTSSÉPTICO,<br/>CONCENTRAÇÃO DE 70%<br/>INPM, EMBALAGEM<br/>PLÁSTICA COM 1 LITRO,<br/>INDICADO PARA<br/>ANTISSEPSIA IMEDIATA<br/>DAS MÃOS, LIMPA E<br/>HIDRATA<br/>DELICADAMENTE. A<br/>EMBALAGEM DEVERÁ<br/>CONTER EXTERNAMENTE<br/>O NÚMERO DO LOTE, A<br/>DATA DE FABRICAÇÃO E<br/>VALIDADE.<br/>COMPOSIÇÃO:<br/>ALCOHOL, AQUA,<br/>CARBOMER,<br/>AMINOMETHYL<br/>PROPANOL. PH: 6,8 A 8,2,<br/>DENSIDADE: 0,91 A 0,96<br/>G/ML SOLUBILIDADE:<br/>SOLÚVEL EM ÁGUA.<br/>TEOR DE ÁLCOOL 69 A<br/>70% INPM. EMBALAGEM 1<br/>LT.</p> | LITRO | 25.000 | 19,55 | R\$ 488.750,00 |
| 7 | <p>ÁLCOOL ETÍLICO<br/>HIDRATADO 70 INPM 1<br/>LT - ESPECIFICAÇÃO -<br/>ALCOOL LIQUIDO 70,<br/>USADO NA DESINFECÇÃO<br/>DE SUPERFÍCIES FIXAS DE<br/>AMBIENTES</p>  | LITRO | 5.000  | 20,33 | R\$ 101.650,00 |
| 8 |   | LITRO | 9.000  | 12,19 | R\$ 109.710,00 |







|    |  |         |       |        |  |                |
|----|--|---------|-------|--------|--|----------------|
|    | HOSPITALARES E ESTABELECIMENTOS RELACIONADOS COM O ATENDIMENTO À SAÚDE, COMO PISOS, PAREDES, MOBILIÁRIOS, BANCADAS, ETC. DEVERA CONTER DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE NA EMBALAGEM.   |         |       |        |  |                |
|    | TOALHA - ESPECIFICAÇÃO: TOALHA 100% ALGODÃO, COM BARRA. MEDIDAS APROXIMADAS: 36CMX23CM, NA COR BRANCA. TOALHA DEVERÁ CONTER UMA ETIQUETA TAFETÁ BORDADA ALTA   |         |       |        |  |                |
| 9  | DEFINIÇÃO COM LOGOMARCA DO MUNICÍPIO EM SUAS CORES ORIGINAIS MEDINDO 5CM(LARGURA) X 5CM(ALTURA), BORDADO COMPUTADORIZADO. CONFORME LAYOUT EM ANEXO. PAPEL TOALHA - ESPECIFICAÇÃO: PAPEL TOALHA, MEDINDO 23 X 22 CM, FOLHAS SIMPLES. FIBRAS RECICLADAS.   | UNIDADE | 8.000 | 15,26  |  | R\$ 122.080,00 |
| 10 | COMPOSIÇÃO: 100% NATURAL. COR CREME INTERCALADAS TIPO INTERFOLHAS, MACIAS E ABSORVENTES, PACOTE COM 2400 FOLHAS. PANO MULTIUSO 28CM X 300M - ESPECIFICAÇÃO: PANO MULTIUSO 28CM X 300M PICOTADO, POSSUI ALTA ABSORÇÃO, SENDO UM GRANDE ALIADO PARA DIVERSAS NECESSIDADES. É UM PRODUTO VERSÁTIL: LAVA, SECA, TIRA O PÓ E DA BRILHO. PODE SER UTILIZADO PARA | PACOTE  | 1.500 | 169,74 |  | R\$ 254.610,00 |
| 11 |  | ROLO    | 850   | 211,27 |  | R\$ 179.579,50 |

|  |                        |  |  |  |  |  |
|--|------------------------|--|--|--|--|--|
|  | LIMPEZA GERAL NOS      |  |  |  |  |  |
|  | MAIS VARIADOS          |  |  |  |  |  |
|  | AMBIENTES COMO:        |  |  |  |  |  |
|  | INDÚSTRIAS,            |  |  |  |  |  |
|  | RESTAURANTES, BARES,   |  |  |  |  |  |
|  | AÇOUGUES, HOTÉIS E     |  |  |  |  |  |
|  | ETC. COMPOSIÇÃO:       |  |  |  |  |  |
|  | FALSO TECIDO: 50%      |  |  |  |  |  |
|  | CELULOSE E 50%         |  |  |  |  |  |
|  | POLIÉSTER CORES        |  |  |  |  |  |
|  | VARIADAS.MEDIDAS DO    |  |  |  |  |  |
|  | ROLO: 28CM X           |  |  |  |  |  |
|  | 300M.QUANTIDADE DE     |  |  |  |  |  |
|  | PANOS NO ROLO: 600     |  |  |  |  |  |
|  | PANOS.                 |  |  |  |  |  |
|  | SUPORTE PARA PANO      |  |  |  |  |  |
|  | MULTIUSO -             |  |  |  |  |  |
|  | ESPECIFICAÇÃO -        |  |  |  |  |  |
|  | SUPORTE METÁLICO       |  |  |  |  |  |
|  | PARA PANO MULTIUSO     |  |  |  |  |  |
|  | EM ROLO (TIPO PAREDE). |  |  |  |  |  |
|  | IDEAL PARA ROLOS DE    |  |  |  |  |  |
|  | PANO MULTIUSO DE ATÉ   |  |  |  |  |  |
|  | 300M. FÁCIL SISTEMA DE |  |  |  |  |  |
|  | REPOSIÇÃO. SUPER-      |  |  |  |  |  |
|  | RESISTENTE. CONTÉM: 1  |  |  |  |  |  |
|  | DESTACADOR, 1          |  |  |  |  |  |
|  | SUPORTE TUBO, 2        |  |  |  |  |  |
|  | PARAFUSOS, 2 BUCHAS.   |  |  |  |  |  |
|  | NÃO ACOMPANHA PANO     |  |  |  |  |  |
|  | MULTIUSO.              |  |  |  |  |  |
|  | SAPATO                 |  |  |  |  |  |
|  | ANTIDERRAPANTE         |  |  |  |  |  |
|  | PROFISSIONAL           |  |  |  |  |  |
|  | EMBORRACHADO PARA      |  |  |  |  |  |
|  | TRABALHO EPI,          |  |  |  |  |  |
|  | COZINHA, LIMPEZA,      |  |  |  |  |  |
|  | ENFERMAGEM E POSTOS    |  |  |  |  |  |
|  | SAPATO                 |  |  |  |  |  |
|  | ANTIDERRAPANTE         |  |  |  |  |  |
|  | PROFISSIONAL           |  |  |  |  |  |
|  | EMBORRACHADO PARA      |  |  |  |  |  |
|  | TRABALHO EPI,          |  |  |  |  |  |
|  | COZINHA, LIMPEZA,      |  |  |  |  |  |
|  | ENFERMAGEM E POSTOS    |  |  |  |  |  |
|  | DE COMBUSTÍVEL -       |  |  |  |  |  |
|  | ESPECIFICAÇÃO: SAPATO  |  |  |  |  |  |
|  | CONFECCIONADO EM       |  |  |  |  |  |
|  | MATERIAL POLIMERICO (  |  |  |  |  |  |
|  | EVA ), COM SOLADO      |  |  |  |  |  |
|  | SUPER GRIP             |  |  |  |  |  |
|  | ANTIDERRAPANTE, COM    |  |  |  |  |  |
|  | RESISTÊNCIA A          |  |  |  |  |  |
|  | ABSORÇÃO DE ENERGIA    |  |  |  |  |  |







NO CALCANHAR, AO  
OLEO COMBUSTIVEL, AO  
ESCORREGAMENTO NO  
PISO CERÂMICO E PISO  
DE AÇO (CATEGORIA  
SRC), COM PALMILHA  
HIGIÊNICA SOFT  
COMFORT EM EVA  
ANTIFUNGO/ANTIBACTE  
RIANA, COMPOSTA DE  
MICROPONTOS QUE  
PROPORCIONAM  
ABSORÇÃO E  
DESSORÇÃO DE SUOR.

VALOR MÉDIO GLOBAL R\$ 2.203.856,50

VALOR MÉDIO GLOBAL R\$ 2.203.856,50 (DOIS MILHÕES, DUZENTOS E TRÊS MIL, OITOCENTOS E CINQUENTA E SEIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)

**7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO (ART.18º, §1º, INCISO VII DA LEI FEDERAL N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021), conforme informações gerais a serem seguidas quanto ao procedimento:**

|                               |   |
|-------------------------------|---|
| <b>MODALIDADE</b>             | Pregão Eletrônico para Registro De Preços |
| <b>TIPO</b>                   | Menor Preço                               |
| <b>CRITÉRIO DE JULGAMENTO</b> | Por Lote                                  |
| <b>FORMA DE FORNECIMENTO</b>  | De forma fracionada, conforme demanda.    |

A solução proposta para atendimento da necessidade administrativa consiste na realização de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, utilizando o Sistema de Registro de Preços, destinado à aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's), materiais de higiene e consumíveis para limpeza e assepsia, bem como calçados ocupacionais de segurança, a serem utilizados pelos servidores responsáveis pelas atividades de limpeza e higienização nas unidades escolares e prédios administrativos vinculados à Secretaria Municipal de Educação de Aquiraz.

A contratação visa assegurar a disponibilização contínua dos materiais necessários à execução das atividades operacionais de limpeza e conservação dos ambientes escolares, garantindo a segurança ocupacional dos servidores e a manutenção de condições adequadas de salubridade nas unidades educacionais da rede municipal de ensino.

A solução contempla o fornecimento dos itens organizados em três lotes, estruturados de modo a otimizar a logística de fornecimento, facilitar a gestão contratual e ampliar a competitividade do certame, conforme descrito a seguir:

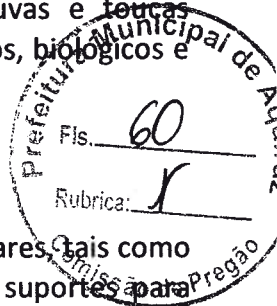
**LOTE 01 – Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) para servidores da limpeza e higienização**



Compreende itens destinados à proteção dos trabalhadores durante a execução de suas atividades, incluindo óculos de proteção, aventais de proteção, máscaras, luvas e toucas descartáveis, os quais visam reduzir a exposição dos servidores a agentes químicos, biológicos e outros riscos ocupacionais presentes nas atividades de limpeza.

**LOTE 02 – Materiais de higiene e consumíveis para limpeza e assepsia**

Compreende materiais utilizados nas rotinas de higienização dos ambientes escolares, tais como sabonete líquido, álcool em gel, álcool etílico, papel toalha, panos multiuso e suportes para dispensação desses materiais, garantindo a manutenção da limpeza e das condições sanitárias adequadas nas unidades educacionais.



**LOTE 03 – Calçados ocupacionais de segurança tipo antiderrapante**

Compreende calçados profissionais destinados aos servidores que atuam em ambientes com presença de umidade, pisos lisos ou manipulação de líquidos, proporcionando maior segurança no deslocamento e reduzindo riscos de acidentes de trabalho relacionados a escorregamentos ou quedas.

O fornecimento dos itens ocorrerá de forma parcelada, conforme a necessidade da Secretaria de Educação, mediante emissão de ordens de compra ou autorizações de fornecimento ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços, garantindo maior flexibilidade na gestão dos estoques e evitando aquisições desnecessárias.

Os produtos deverão atender integralmente às especificações técnicas constantes no Termo de Referência, bem como às normas técnicas aplicáveis, especialmente aquelas relacionadas à segurança do trabalho e à qualidade dos Equipamentos de Proteção Individual.

Os itens deverão ser entregues devidamente acondicionados, embalados e identificados, garantindo a integridade dos materiais durante o transporte e armazenamento, bem como a rastreabilidade quanto à fabricação, lote e validade, quando aplicável.

No que se refere às exigências relacionadas à manutenção e assistência técnica, destaca-se que o objeto da contratação refere-se predominantemente ao fornecimento de bens de consumo e equipamentos de uso individual, não havendo necessidade de manutenção técnica especializada.

Entretanto, a contratada deverá garantir a qualidade e a conformidade dos produtos fornecidos, responsabilizando-se pela substituição de quaisquer itens que apresentem defeitos de fabricação, avarias ou desconformidade com as especificações estabelecidas no instrumento convocatório, sem qualquer ônus adicional para a Administração.



Dessa forma, a solução proposta apresenta-se como adequada para garantir o fornecimento contínuo dos materiais necessários às atividades de limpeza e higienização da rede municipal de ensino, assegurando condições adequadas de trabalho aos servidores e contribuindo para a manutenção de ambientes escolares seguros, limpos e salubres.

**8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (ART.18º, §1º, INCISO VIII DA LEI FEDERAL N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021).**

Nos termos do princípio do parcelamento previsto na legislação de contratações públicas, a Administração Pública deve avaliar a possibilidade de divisão do objeto em partes, sempre que tal medida se mostrar técnica e economicamente viável, com o objetivo de ampliar a competitividade do certame e possibilitar maior participação de fornecedores.

No caso em análise, verificou-se que os itens que compõem o objeto da contratação possuem características distintas, podendo ser agrupados de acordo com sua natureza e finalidade de uso, sem prejuízo à execução do objeto e à eficiência da gestão contratual.

Dessa forma, optou-se pelo parcelamento da contratação por lotes, estruturados conforme a natureza dos produtos e sua aplicação nas atividades desenvolvidas pela Secretaria de Educação, conforme detalhado a seguir:

**LOTE 01 – Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) para servidores da limpeza e higienização**

Compreende itens destinados à proteção dos trabalhadores durante a execução das atividades de limpeza, incluindo óculos de proteção, aventais de proteção, máscaras, luvas e toucas descartáveis, cuja finalidade é reduzir a exposição dos servidores a agentes químicos, biológicos e outros riscos ocupacionais.

**LOTE 02 – Materiais de higiene e consumíveis para limpeza e assepsia**

Abrange materiais utilizados nas rotinas de higienização e assepsia dos ambientes escolares, tais como sabonete líquido, álcool em gel, álcool etílico, papel toalha, panos multiuso e suportes para dispensação desses materiais.

**LOTE 03 – Calçados ocupacionais de segurança tipo antiderrapante**

Compreende calçados profissionais destinados aos servidores que atuam em ambientes com presença de umidade, manipulação de líquidos ou pisos escorregadios, contribuindo para a redução de riscos de acidentes de trabalho.

O agrupamento dos itens em lotes foi definido com base na similaridade funcional dos produtos, na logística de fornecimento e na necessidade de padronização dos materiais utilizados pelos servidores da rede municipal de ensino.



Além disso, tal modelagem permite ampliar a competitividade do certame, possibilitando a participação de fornecedores especializados em cada grupo de produtos, ao mesmo tempo em que evita excessiva fragmentação do objeto, a qual poderia comprometer a eficiência administrativa e aumentar a complexidade da gestão contratual.

Assim, conclui-se que o parcelamento da contratação por lotes apresenta-se como a solução mais adequada sob os aspectos técnico, operacional e econômico, garantindo equilíbrio entre ampliação da competitividade e eficiência na execução contratual.

Dessa forma, a modelagem adotada encontra-se em conformidade com os princípios da economicidade, eficiência e competitividade, previstos na legislação de contratações públicas.

**9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS (ART.18º, §1º, INCISO IX DA LEI FEDERAL N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021).**

A contratação pretendida tem por objetivo assegurar o fornecimento adequado e contínuo de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's), materiais de higiene e consumíveis destinados às atividades de limpeza e higienização, garantindo condições adequadas de trabalho aos servidores da Secretaria Municipal de Educação e contribuindo para a manutenção da salubridade das unidades escolares da rede municipal de ensino.

Nesse contexto, os resultados pretendidos com a presente contratação podem ser demonstrados sob os aspectos da economicidade, eficiência administrativa e melhor aproveitamento dos recursos públicos, conforme descrito a seguir.

**Economicidade na aquisição dos materiais**

A realização do procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, por meio do Sistema de Registro de Preços, permitirá a ampliação da competitividade entre fornecedores e a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração Pública.

Além disso, a consolidação da demanda da Secretaria de Educação em um único procedimento licitatório possibilita ganhos de economia de escala, contribuindo para a redução dos preços unitários praticados no mercado e para o melhor aproveitamento dos recursos financeiros disponíveis.

A possibilidade de aquisição parcelada durante a vigência da Ata de Registro de Preços também contribui para evitar compras desnecessárias e desperdício de recursos, permitindo que a Administração adquira os itens conforme sua real necessidade operacional.

**Melhoria das condições de trabalho e segurança ocupacional**

A disponibilização adequada de Equipamentos de Proteção Individual aos servidores que atuam nas atividades de limpeza e higienização contribuirá diretamente para a redução de riscos ocupacionais, prevenindo acidentes de trabalho e protegendo a saúde dos trabalhadores.

Com isso, espera-se reduzir eventuais afastamentos laborais decorrentes de acidentes ou doenças ocupacionais, contribuindo para maior estabilidade na execução das atividades operacionais e melhor aproveitamento dos recursos humanos disponíveis.



### Otimização da gestão administrativa

A realização de um único procedimento licitatório para aquisição dos itens necessários às atividades de limpeza e higienização permite maior eficiência na gestão das contratações públicas, evitando a necessidade de múltiplos processos administrativos para aquisição dos mesmos produtos.

Essa centralização da contratação contribui para:

- redução da carga administrativa associada à condução de diversos procedimentos licitatórios;
- simplificação do acompanhamento contratual;
- maior controle sobre os estoques e consumo dos materiais;
- padronização dos equipamentos e insumos utilizados nas unidades escolares.



### Manutenção de ambientes escolares seguros e salubres

Outro resultado relevante esperado com a contratação é a melhoria das condições de limpeza e higienização das unidades escolares, assegurando ambientes adequados para o desenvolvimento das atividades educacionais.

A disponibilização contínua de materiais de higiene e assepsia contribui para a manutenção de condições sanitárias adequadas nos ambientes escolares, promovendo o bem-estar de estudantes, professores, servidores e demais membros da comunidade escolar.

#### 9.5 Melhor aproveitamento dos recursos materiais e financeiros

A adoção do Sistema de Registro de Preços possibilita maior controle sobre o consumo dos materiais e permite à Administração ajustar as aquisições conforme a necessidade real de cada período.

Tal mecanismo evita a formação de estoques excessivos, reduz riscos de desperdício e assegura que os recursos financeiros sejam utilizados de forma planejada e eficiente.

Dessa forma, a contratação proposta contribuirá para:

- Maior eficiência na aplicação dos recursos públicos;
- Melhoria das condições de trabalho dos servidores;
- Continuidade das atividades de limpeza e higienização nas unidades escolares;
- Manutenção de ambientes educacionais seguros e adequados.



Assim, os resultados pretendidos demonstram que a solução escolhida apresenta vantagens operacionais, administrativas e econômicas, estando alinhada aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público, que regem a Administração Pública.

**10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (ART.18º, §1º, INCISO X DA LEI FEDERAL N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021).**

Para a adequada execução da contratação pretendida, a Administração deverá adotar previamente uma série de providências administrativas e operacionais, com o objetivo de garantir a correta gestão contratual, o acompanhamento do fornecimento dos produtos e a fiscalização da execução das obrigações assumidas pela futura contratada.



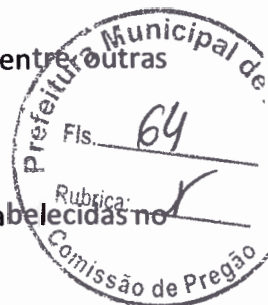
Inicialmente, deverá ser assegurada a adequada instrução do processo administrativo de contratação, com a elaboração e aprovação dos documentos que compõem a fase preparatória da licitação, incluindo o Estudo Técnico Preliminar, o Termo de Referência, a estimativa do valor da contratação, o edital e demais peças necessárias à realização do procedimento licitatório.

Concluído o procedimento licitatório e homologado o resultado, a Administração deverá adotar as medidas necessárias à formalização da Ata de Registro de Preços e dos instrumentos contratuais decorrentes, observando-se as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e da regulamentação municipal aplicável.

No âmbito da gestão e fiscalização contratual, deverão ser designados formalmente servidores responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato, nos termos da legislação vigente, os quais terão a atribuição de acompanhar a execução do objeto contratado, verificar o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada e atestar o recebimento dos produtos fornecidos.

Esses servidores deverão atuar no controle da execução contratual, realizando, entre outras atividades:

- Acompanhamento das entregas realizadas pela contratada;
- Verificação da conformidade dos produtos com as especificações técnicas estabelecidas no instrumento convocatório e no contrato;
- Controle das quantidades entregues e dos prazos de fornecimento;
- Registro de ocorrências relacionadas à execução contratual;
- Adoção das providências administrativas cabíveis em caso de descumprimento das obrigações contratuais.



Caso necessário, a Administração poderá promover orientação ou capacitação dos servidores designados para a gestão e fiscalização contratual, visando assegurar o adequado desempenho das atividades de acompanhamento e controle da execução do contrato.

Adicionalmente, a Secretaria de Educação deverá organizar previamente os procedimentos internos relacionados à gestão de estoque, armazenamento e distribuição dos materiais adquiridos, de modo a garantir a correta destinação dos Equipamentos de Proteção Individual e dos materiais de higiene às unidades escolares e prédios administrativos da rede municipal de ensino.

Também deverão ser estabelecidos os fluxos internos para emissão de ordens de compra ou autorizações de fornecimento, bem como para o recebimento provisório e definitivo dos produtos, assegurando o controle administrativo das aquisições realizadas no âmbito da Ata de Registro de Preços.

Dessa forma, as providências previamente adotadas pela Administração contribuirão para garantir maior eficiência na execução da contratação, assegurando o adequado acompanhamento do fornecimento dos materiais e a correta aplicação dos recursos públicos destinados à aquisição dos itens necessários às atividades de limpeza e higienização das unidades escolares.



**11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (ART.18º, §1º, INCISO XI).**

Para fins de planejamento da contratação, foi realizada análise acerca da existência de contratações correlatas ou interdependentes que possam impactar direta ou indiretamente a execução do objeto pretendido.

Verificou-se que a contratação em questão possui relação funcional com os serviços de limpeza, conservação e manutenção predial das unidades escolares e prédios administrativos da Secretaria Municipal de Educação, uma vez que os Equipamentos de Proteção Individual (EPI's), os materiais de higiene e os consumíveis de limpeza destinam-se diretamente ao suporte das atividades desempenhadas pelos servidores responsáveis por tais serviços.

Nesse contexto, podem ser consideradas como contratações correlatas aquelas relacionadas ao fornecimento de materiais de limpeza, insumos de higienização e serviços de conservação predial, na medida em que todos esses elementos contribuem conjuntamente para a manutenção das condições adequadas de limpeza, organização e salubridade dos ambientes escolares.

Entretanto, do ponto de vista da execução contratual, não foram identificadas contratações interdependentes cuja inexistência possa comprometer ou impedir a execução do objeto ora pretendido, uma vez que o fornecimento dos Equipamentos de Proteção Individual e dos materiais de higiene pode ocorrer de forma autônoma e independente de outras contratações administrativas.

Ressalta-se que a disponibilização desses equipamentos e insumos constitui medida de apoio às atividades operacionais de limpeza e higienização, não estando condicionada à celebração simultânea de outros contratos administrativos para que sua execução ocorra de forma adequada.

Assim, conclui-se que, embora existam contratações com natureza correlata, especialmente aquelas relacionadas à aquisição de materiais de limpeza e à execução de serviços de conservação e manutenção das unidades escolares, não há contratações interdependentes que condicionem ou inviabilizem a execução da presente contratação.

Dessa forma, o objeto da contratação pode ser executado de forma autônoma e independente, sem prejuízo da sua integração funcional com outras atividades administrativas desenvolvidas no âmbito da Secretaria Municipal de Educação.

**12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS, INCLUÍDOS REQUISITOS DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E DE OUTROS RECURSOS, BEM COMO LOGÍSTICA REVERSA PARA DESFAZIMENTO E RECICLAGEM DE BENS E REFUGOS, QUANDO APLICÁVEL (ART.18º, §1º, INCISO XII).**

A presente contratação tem por objeto a aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's), materiais de higiene e consumíveis destinados às atividades de limpeza e higienização das unidades escolares e prédios administrativos da Secretaria Municipal de Educação, sendo classificada predominantemente como aquisição de bens de consumo.

Embora o objeto não envolva diretamente atividades de grande impacto ambiental, é possível identificar alguns potenciais impactos ambientais associados ao ciclo de vida dos produtos, especialmente no que se refere à utilização, descarte de embalagens e resíduos decorrentes do uso dos materiais.

**Entre os principais impactos ambientais potenciais, destacam-se:**

- Geração de resíduos sólidos provenientes de embalagens plásticas, caixas e invólucros utilizados no acondicionamento dos produtos;
- Descarte de itens descartáveis utilizados nas rotinas de limpeza e higienização;
- Eventual descarte de Equipamentos de Proteção Individual inutilizados ou danificados.

Considerando esses aspectos, a Administração deverá adotar medidas mitigadoras voltadas à redução de impactos ambientais e à promoção de boas práticas de sustentabilidade nas contratações públicas, observando, sempre que possível, os seguintes critérios:

**Adoção de materiais e produtos ambientalmente adequados**

- Sempre que disponível no mercado e tecnicamente viável, os produtos fornecidos deverão
- Possuir embalagens recicláveis ou reutilizáveis;
- Apresentar composição que minimize impactos ambientais;
- Atender às normas sanitárias e ambientais aplicáveis.

**Redução da geração de resíduos**

A Administração deverá incentivar a utilização racional dos materiais adquiridos, evitando desperdícios e promovendo o uso eficiente dos insumos utilizados nas atividades de limpeza e higienização das unidades escolares.

Além disso, os resíduos gerados deverão ser destinados de acordo com as normas locais de coleta e manejo de resíduos sólidos, observando as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei nº 12.305/2010, quando aplicável.

**Destinação adequada de embalagens e resíduos**

As embalagens provenientes do fornecimento dos produtos deverão ser destinadas de forma ambientalmente adequada, priorizando-se:

- Reutilização, quando possível;
- Encaminhamento para programas de coleta seletiva;
- Destinação a processos de reciclagem realizados por cooperativas ou empresas especializadas.

**Logística reversa**

Considerando a natureza dos produtos objeto da contratação, não se identificou, no caso concreto, a obrigatoriedade específica de implementação de sistema formal de logística reversa para os itens adquiridos.

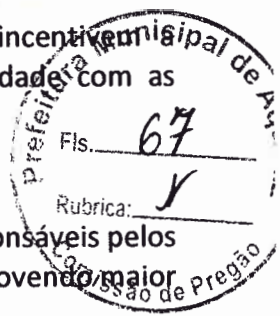




Todavia, sempre que aplicável, a Administração poderá adotar práticas que incentivem a reutilização, devolução ou reciclagem de embalagens e materiais descartados, em conformidade com as diretrizes da legislação ambiental vigente.

#### **Uso eficiente de recursos**

Os produtos adquiridos deverão ser utilizados de forma racional pelas equipes responsáveis pelos serviços de limpeza e higienização, evitando consumo excessivo de insumos e promovendo maior eficiência na utilização dos recursos materiais disponibilizados pela Administração.



Dessa forma, embora os impactos ambientais decorrentes da presente contratação sejam considerados de baixa relevância, a Administração adotará medidas voltadas à redução da geração de resíduos, à destinação ambientalmente adequada das embalagens e à utilização racional dos insumos, contribuindo para a promoção de práticas sustentáveis na gestão pública.

A contratação de equipamentos de proteção individual envolve a utilização de insumos como tecidos, polímeros, couros e metais, os quais podem gerar impactos ambientais em sua produção, transporte e descarte. Entre os principais pontos de atenção, destacam-se: o consumo de recursos naturais na fabricação dos EPIs, a emissão de resíduos sólidos decorrentes do processo produtivo, e o descarte inadequado de materiais inservíveis ao final de sua vida útil, como sapatos.

Para mitigar tais impactos, recomenda-se priorizar fornecedores que adotem processos produtivos sustentáveis, como o uso racional de água e energia, além de práticas de reaproveitamento e reciclagem de resíduos industriais. Na fase de execução contratual, a Administração deverá orientar para que os EPIs substituídos sejam destinados a programas de logística reversa ou encaminhados a cooperativas de reciclagem, quando possível, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Adicionalmente, deverão ser observados requisitos relacionados ao baixo consumo de energia e otimização logística, privilegiando fornecedores que concentrem entregas em lotes programados, reduzindo emissões de transporte. Dessa forma, assegura-se que a aquisição dos materiais, além de atender à necessidade pública de segurança e proteção dos servidores, seja realizada de maneira ambientalmente responsável e sustentável.

### **13. JUSTIFICATIVAS:**

#### **a) Justificativa quanto as amostras**

A exigência de apresentação de amostras no presente procedimento licitatório tem como finalidade permitir à Administração Pública a verificação prévia da conformidade dos produtos ofertados com as especificações técnicas, padrões de qualidade, durabilidade, segurança e características funcionais estabelecidas no Termo de Referência.

Considerando que os itens objeto da contratação serão utilizados diretamente pelos servidores responsáveis pelas atividades de limpeza e higienização das unidades escolares e prédios administrativos da Secretaria de Educação, torna-se imprescindível que os produtos adquiridos

apresentem qualidade compatível com as condições reais de uso, garantindo segurança, resistência e adequada funcionalidade.

Nesse contexto, a apresentação de amostras constitui mecanismo de verificação técnica que possibilita à Administração avaliar, de forma objetiva, se os produtos ofertados pelos licitantes atendem às especificações previstas no instrumento convocatório, evitando a contratação de materiais inadequados ou de qualidade inferior.

Dessa forma, ultrapassada a fase de lances, será aberta a fase de apresentação de amostras, na qual o licitante declarado provisoriamente vencedor deverá apresentar 01 (uma) amostra dos seguintes itens:

- Item 2 – Avental de Napa Bagum, do Lote 01 – Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) para servidores da limpeza e higienização;
- Item 4 – Toalha, do Lote 02 – Materiais de higiene e consumíveis para limpeza e assepsia;
- Item 1 – Sapato antiderrapante profissional emborrachado para trabalho (EPI), do Lote 03 – Calçados de segurança tipo sapato ocupacional antiderrapante (EPI).

A análise das amostras permitirá verificar aspectos essenciais dos produtos, tais como:

- Qualidade dos materiais empregados na fabricação;
- Acabamento, resistência e durabilidade;
- Adequação ao uso nas atividades de limpeza e higienização;
- Conforto e segurança no caso dos equipamentos de proteção individual;
- Conformidade estética e funcional com os modelos definidos pela Administração.



No caso específico do Item 2 – Avental de Napa Bagum do lote 01 e Item 4 – Toalha, do Lote 02, a exigência de amostra mostra-se especialmente necessária, uma vez que o produto deverá observar layout específico definido pela Administração, incluindo a aplicação da logomarca institucional e demais características previstas no Termo de Referência, sendo indispensável a verificação prévia da conformidade do produto com o modelo estabelecido.

Da mesma forma, a avaliação do sapato ocupacional antiderrapante é fundamental para verificar a qualidade do material, a aderência do solado e as condições de segurança oferecidas ao servidor durante a execução de suas atividades, especialmente em ambientes com presença de umidade ou pisos escorregadios.

A exigência de amostras também se mostra necessária para o item toalha, considerando a necessidade de verificação da qualidade do tecido, acabamento, absorção e conformidade com o padrão definido pela Administração.

Ressalta-se que a apresentação de amostras será exigida apenas do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, após a fase de lances, não representando restrição indevida à competitividade do certame.





Tal procedimento encontra respaldo na legislação de contratações públicas e na jurisprudência consolidada dos órgãos de controle, os quais reconhecem a possibilidade de exigência de amostras como instrumento legítimo para garantir que os produtos adquiridos atendam efetivamente às especificações técnicas previstas no edital.

Assim, a exigência de amostras apresenta-se como medida tecnicamente necessária e proporcional, destinada a assegurar a qualidade dos produtos a serem adquiridos, preservando o interesse público e evitar riscos de contratação de materiais incompatíveis com as necessidades da Administração.

**b) Justificativa quanto a subcontratação**

Não será admitida a subcontratação do objeto, haja vista que, considerando a natureza sintética do objeto, não haverá ganho para o presente objeto em relação a eventual subcontratação, sobretudo, pela necessidade de fornecimento constante, conforme demanda, o qual deverá ser dado de forma direta aos órgãos interessados, garantindo um melhor acompanhamento do objeto por parte da Administração e, por conseguinte, maior eficiência na contratação.

Entende-se que a subcontratação se mostra cabível quando o objeto a ser licitado requer execução complexa, de modo que alguma fase/etapa exija a participação de terceiros no fornecimento, haja vista os princípios da especialização e da concentração das atividades, o que não é o caso.

A presente vedação encontra fundamento no §2º do art. 122 da Lei Federal n.º 14.133/21, qual seja:

Art. 122.

§ 2º Regulamento ou edital de licitação poderão vedar, restringir ou estabelecer condições para a subcontratação.

§ 3º Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

Neste sentido, considerando a faculdade legal e a justificativa acima apresentada, entendemos que a subcontratação em questão não é viável.

**c) Justificativa quanto a adoção do SRP:**

Quanto ao prazo, há a possibilidade de utilização de instrumento, qual seja a ata de registro de preços, a qual garantirá a permanência fixa pelo período de 01 (um) ano, podendo, ainda, ser prorrogado por mais 01 (um) ano, nos seguintes termos:

LEI N.º 14.133/21

Art. 84. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

O SRP, segundo Marçal Justen Filho, “apresenta diversas virtudes, propiciando a redução de formalidades e a obtenção de ganhos econômicos para a Administração Pública”. Tal o é que, diante de situação que se amolde às hipóteses previstas no art. 3º do Regulamento, a adoção do Sistema de Registro de Preços constitui-se em verdadeira obrigação para o gestor, devendo apresentar justificativa em caso de não adoção.

Ademais, a utilização do SRP também se demonstra vantajosa pela natural centralização de demandas, sobretudo pela realização e procedimento de intenção de registro de preços, onde, há a consolidação de toda a estimativa para o objeto pelos mais diversos órgãos participantes, culminando, assim, na redução de procedimentos licitatórios distintos, o que propicia o princípio da eficiência, os quais podem gerar riscos de preços mais elevados e, ainda, possibilita a economia de escada quando do certame, posto que as propostas dos fornecedores serão elaboradas de acordo com a previsão total estipulada, ampliando o princípio da economicidade.

Outrossim, a adoção do Sistema de Registro de Preço possibilita o aumento na competitividade, porquanto possibilita a participação das pequenas e médias empresas nas Licitações, levando em conta a possibilidade de parcelamento das compras, obras e serviços a serem viabilizados, de modo que “a adoção do SRP determina, com absoluta certeza, flagrante economia, além do ganho em agilidade e segurança, com pleno atendimento ao princípio da eficiência, recentemente elevado a princípio constitucional da Administração Pública”. (BITTENCOURT, 2003, p. 48).

Por fim, outro ponto a que se merece destaque é o fato que de a utilização do SRP não vincula a necessidade de existência de orçamento prévio por parte da Administração, posto que a garantia do preço será fixada pelo período de vigência da ata e, somente em havendo necessidade, realizar-se-á a devida contratação específica.

Logo, entende-se que a utilização do Sistema de Registro de Preço demonstra-se viável ao objeto.

**g) justificativa quanto ao critério de julgamento por lote:**

O critério de julgamento adotado para a presente contratação será o menor preço por lote, considerando a natureza dos itens que compõem o objeto e a necessidade de garantir maior eficiência logística e administrativa na execução contratual.

Os itens foram agrupados em lotes de acordo com sua similaridade funcional, finalidade de uso e compatibilidade operacional, reunindo produtos que possuem relação direta entre si e que, usualmente, são comercializados por fornecedores do mesmo segmento de mercado.

Tal modelagem permite que empresas especializadas no fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual, materiais de higiene e insumos utilizados nas atividades de limpeza e



higienização participem do certame em condições competitivas, ampliando a disputa entre licitantes e contribuindo para a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração.

**A adoção do critério de julgamento por lote também contribui para:**

- Otimização da logística de fornecimento, reduzindo a fragmentação das entregas e facilitando o controle das remessas;
- Padronização dos materiais fornecidos, garantindo maior uniformidade na utilização dos equipamentos e insumos pelos servidores;
- Simplificação da gestão contratual, evitando a necessidade de acompanhamento de múltiplos contratos para itens de natureza correlata;
- Redução de custos administrativos, tanto na condução do procedimento licitatório quanto no acompanhamento da execução contratual.

Ressalta-se ainda que o agrupamento dos itens em lotes foi realizado de forma tecnicamente justificada e sem restrição indevida à competitividade, uma vez que os produtos agrupados possuem natureza compatível e são normalmente fornecidos de forma conjunta no mercado. Dessa forma, a adoção do critério de julgamento pelo menor preço por lote apresenta-se como solução adequada para garantir equilíbrio entre competitividade, eficiência administrativa e economicidade na contratação pública.

**h) justificativa técnica para a não divisão dos lotes em ampla participação e cota reservada**

Nos termos do disposto nos arts. 4º e 48 da Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 147/2014, a Administração Pública deverá promover tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas, podendo, quando aplicável, reservar cota de até 25% do objeto para contratação exclusiva dessas empresas, desde que a divisão do objeto seja tecnicamente viável.

Entretanto, a mesma legislação estabelece que a adoção da cota reservada não é obrigatória quando sua aplicação não for vantajosa para a Administração Pública ou quando puder comprometer a economia de escala, a eficiência administrativa ou a execução do objeto contratado.

No caso da presente contratação, optou-se pela não divisão dos lotes em ampla participação e cota reservada, em razão das características específicas do objeto e da forma como os itens foram estruturados no processo licitatório.

Inicialmente, destaca-se que os itens foram agrupados em lotes formados por produtos de natureza correlata e complementar, destinados às atividades de limpeza e higienização das unidades escolares e prédios administrativos da Secretaria de Educação. O fracionamento adicional desses lotes poderia gerar dificuldades operacionais relacionadas à logística de fornecimento, ao controle de qualidade dos materiais e à gestão contratual.

A eventual divisão dos lotes em cotas distintas poderia resultar, ainda, na celebração de múltiplos contratos para itens de mesma natureza, o que tenderia a aumentar a complexidade administrativa do acompanhamento contratual, além de potencialmente comprometer a padronização dos equipamentos de proteção individual e dos insumos utilizados pelas equipes responsáveis pelas atividades de limpeza e higienização.

Outro aspecto relevante refere-se à economia de escala obtida com a contratação por lote integral, uma vez que a aquisição consolidada dos itens tende a resultar em melhores condições comerciais, maior competitividade entre fornecedores e redução dos preços unitários praticados no mercado.

Adicionalmente, verifica-se que os produtos objeto da contratação são amplamente comercializados no mercado e podem ser fornecidos por empresas de diversos portes, inclusive microempresas e empresas de pequeno porte, as quais permanecem aptas a participar do certame em igualdade de condições com os demais licitantes.

Dessa forma, conclui-se que a não divisão dos lotes em ampla participação e cota reservada mostra-se tecnicamente mais adequada para a presente contratação, pois preserva a eficiência administrativa, favorece a economicidade da contratação e assegura melhor gestão logística do fornecimento dos produtos.

Assim, a modelagem adotada encontra-se em conformidade com a legislação aplicável e atende ao interesse público, garantindo maior eficiência na execução contratual e melhor aproveitamento dos recursos públicos.

#### **i) Justificativa quanto a vedação de participação de consórcio**

Justifica-se a vedação à participação de interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio, haja vista a plausibilidade da ampliação da competitividade, sobretudo, mediante a possibilidade de participação de empresas de pequeno e médio porte, especialmente pelo objeto tratar-se de aquisição, ou seja, de objeto divisível, onde a pluralidade de empresas pode ser facilmente utilizadas sem que haja a soma de capacidades para o mesmo fim.

Outro ponto quanto a não complexidade do objeto, reforça-se pelas exigências técnicas postuladas no projeto básico/termo de referência e, por conseguinte, neste edital, as quais limitaram, tão somente, as disposições constantes da Lei, condições estas suficientes para a execução de contratos dessa natureza, o que não tornará restrito o universo de possíveis licitantes individuais.

Ademais, entende-se que a ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital, o que não é o caso.

Em outra vertente, com a atual definição postulada, a Administração visa aumentar o universo de possíveis competidores, bem como, a plena satisfação de suas necessidades prospectadas.



É importante destacar que, por sua natureza jurídica e estrutura organizacional, uma cooperativa não se consorcia. Diferente de consórcios, que visam à união de recursos entre empresas para um objetivo comum, cooperativas são associações autônomas de pessoas unidas voluntariamente para satisfazer necessidades econômicas, sociais e culturais por meio de uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente gerida. A legislação e os princípios cooperativistas reforçam essa distinção, impedindo a formação de consórcios que poderiam descaracterizar sua estrutura colaborativa e finalidade específica.

**14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA (ART.18º, §1º, INCISO XIII DA LEI FEDERAL N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021).**

Após a realização dos estudos técnicos necessários e a análise das informações constantes neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação pretendida mostra-se adequada, necessária e plenamente alinhada ao interesse público, apresentando-se como solução eficiente para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Educação do Município de Aquiraz.

A aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's), materiais de higiene e consumíveis destinados às atividades de limpeza e higienização das unidades escolares e prédios administrativos da rede municipal de ensino revela-se essencial para garantir condições adequadas de segurança e saúde aos servidores que desempenham tais atividades, bem como para assegurar a manutenção de ambientes escolares limpos, organizados e salubres.

A análise das alternativas de solução disponíveis no mercado demonstrou que a realização de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, por meio do Sistema de Registro de Preços, constitui a alternativa mais vantajosa para a Administração Pública, pois permite ampliar a competitividade entre fornecedores, obter preços mais vantajosos e possibilitar o fornecimento parcelado dos itens conforme a necessidade da Administração.

Além disso, a estimativa de quantitativos foi elaborada com base em levantamento técnico e memória de cálculo que consideram o número de servidores beneficiados, a frequência de reposição dos equipamentos, o consumo médio de materiais de higiene e a necessidade de manutenção de estoque de segurança, garantindo que os quantitativos estimados sejam compatíveis com as necessidades operacionais da Secretaria de Educação.

Também foram analisados aspectos relacionados à sustentabilidade ambiental, à gestão contratual, à existência de contratações correlatas e às providências administrativas necessárias para a adequada execução do contrato, evidenciando que a contratação proposta encontra-se devidamente planejada e fundamentada.

Dessa forma, conclui-se que a solução proposta atende de maneira satisfatória à necessidade administrativa identificada, contribuindo para a melhoria das condições de trabalho dos



servidores, para a continuidade das atividades de limpeza e higienização nas unidades escolares e para a adequada aplicação dos recursos públicos.

Assim, opina-se favoravelmente pela viabilidade e pela continuidade do procedimento administrativo destinado à realização da contratação, por meio de Pregão Eletrônico para Sistema de Registro de Preços, nos termos da legislação vigente.

**15. RELAÇÃO DE ANEXOS:**

- a) Número total de servidores atendidos (auxiliares de serviços gerais e merendeiros (as)
- b) Layout.

Aquiraz – CE, 06 de março de 2026.

| UNIDADE TÉCNICA/RESPONSÁVEL  | ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA DEMANDA  |
|--|---|
| RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO:<br><br><br>José Jairo de Sousa Ferreira<br>Coordenador de Projetos Especiais<br>SECRETARIA DE EDUCAÇÃO | RESPONSÁVEL/AUTORIDADE COMPETENTE DO ÓRGÃO:<br><br><br>Carlos Robson Soares Leite<br>Secretário de Educação<br>PREFEITURA MUNICIPAL DE AQIRAZ |



**a) Número total de servidores atendidos (auxiliares de serviços gerais e merendeiros (as))**

| Nº | MATRICULA | NOME                           | CARGO                                       | LOTAÇÃO                                       | VÍNCULO            |
|----|-----------|--------------------------------|---|---|--------------------|
| 1  | 191725-0  | ADEVANIA COSTA DIAS            | 903-SUPER DE MERENDA DE UND ESCOLAR DAS-10  | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSIONADO |
| 2  | 144408-5  | AFONSO SOARES ROCHA            | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.118-ENSINO INFANTIL 70% SERV.GERAIS       | 01-ESTATUTARIO     |
| 3  | 154385-7  | AGRIANA DA SILVA VIANA         | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I | 01-ESTATUTARIO     |
| 4  | 191559-2  | AILA DE SOUSA RODRIGUES        | 903-SUPER DE MERENDA DE UND ESCOLAR DAS-10  | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSIONADO |
| 5  | 075457-9  | AILA MARIA SANTIAGO DE QUEIROZ | 059-MERENDEIRO(A)                           | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I | 01-ESTATUTARIO     |
| 6  | 144409-3  | ALDEIDE BARBOSA CAVALCANTE     | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I | 01-ESTATUTARIO     |
| 7  | 154215-0  | ALDERI ALVES DA SILVA          | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I | 01-ESTATUTARIO     |
| 8  | 154433-0  | ALESSANDRO BARROSO MARQUES     | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I | 01-ESTATUTARIO     |
| 9  | 190453-1  | ALEXANDRA MOREIRA DA COSTA     | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSIONADO |
| 10 | 144752-1  | ALEXANDRO FERNANDES BARBOSA    | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I | 01-ESTATUTARIO     |
| 11 | 154230-3  | AMANDA MAIA DOS SANTOS         | 059-MERENDEIRO(A)                           | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I | 01-ESTATUTARIO     |
| 12 | 176629-5  | ANA ALICE BRITO DIAS           | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I | 01-ESTATUTARIO     |

|    |          |                              |   |  |                    |
|----|----------|------------------------------|---|--|--------------------|
| 13 | 190577-5 | ANA CLEIDE SOUSA DE OLIVEIRA | 903-SUPER DE MERENDA DE UND ESCOLAR DAS-10  | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS             | 05-C. COMISSIONADO |
| 14 | 191769-2 | ANA CRISTINA FALCAO SILVA    | 903-SUPER DE MERENDA DE UND ESCOLAR DAS-10  | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS             | 05-C. COMISSIONADO |
| 15 | 154232-0 | ANA KARINE MOREIRA DA COSTA  | 059-MERENDEIRO(A)                           | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I  | 01-ESTATUTARIO     |
| 16 | 191767-6 | ANA KARLA COSTA DE OLIVEIRA  | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS             | 05-C. COMISSIONADO |
| 17 | 190635-6 | ANA KELLY DA SILVA LOPES     | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS             | 05-C. COMISSIONADO |
| 18 | 191500-2 | ANA LUCIA DA SILVA LIMA      | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS             | 05-C. COMISSIONADO |
| 19 | 191738-2 | ANA PAULA DA SILVA INOCENCIA | 903-SUPER DE MERENDA DE UND ESCOLAR DAS-10  | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS             | 05-C. COMISSIONADO |
| 20 | 190833-2 | ANA PAULA DA SILVA VIEIRA    | 903-SUPER DE MERENDA DE UND ESCOLAR DAS-10  | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS             | 05-C. COMISSIONADO |
| 21 | 154328-8 | ANA PAULA GOMES SOUSA        | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.118-ENSINO INFANTIL 70% SERV.GERAIS        | 01-ESTATUTARIO     |
| 22 | 191771-4 | ANA PAULA SOUZA DE OLIVEIRA  | 903-SUPER DE MERENDA DE UND ESCOLAR DAS-10  | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS             | 05-C. COMISSIONADO |
| 23 | 191501-0 | ANA PAULA TAVARES DE PAULA   | 903-SUPER DE MERENDA DE UND ESCOLAR DAS-10  | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS             | 05-C. COMISSIONADO |
| 24 | 190636-4 | ANA VALERIA MARTINS SILVA    | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS             | 05-C. COMISSIONADO |
| 25 | 190637-2 | ANDREIA GESSICA SILVA PAZ    | 903-SUPER DE MERENDA DE UND ESCOLAR DAS-10  | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS             | 05-C. COMISSIONADO |
| 26 | 154257-5 | ANDREZA DA SILVA LIMA        | 059-MERENDEIRO(A)                           | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I  | 01-ESTATUTARIO     |
| 27 | 154240-0 | ANE KAROLINY ALMEIDA SILVA   | 059-MERENDEIRO(A)                           | 010.114-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL II | 01-ESTATUTARIO     |



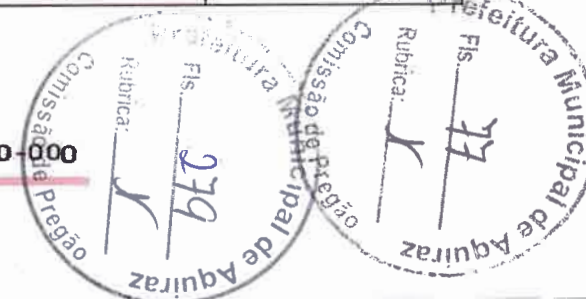
|    |          |                                     |   |  |                   |
|----|----------|-------------------------------------|---|--|-------------------|
| 28 | 191560-6 | ANELINE CUSTODIO DA SILVA           | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS             | 05-C. COMISSONADO |
| 29 | 140513-6 | ANGELA CRISTINA TOMAZ CAMPOS        | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I  | 01-ESTATUTARIO    |
| 30 | 111025-0 | ANGELA MARIA BARBOSA DA SILVA       | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.114-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL II | 01-ESTATUTARIO    |
| 31 | 075560-5 | ANNE SHIRLEY AVILA PEREIRA          | 059-MERENDEIRO(A)                           | 010.118-ENSINO INFANTIL 70% SERV.GERAIS        | 01-ESTATUTARIO    |
| 32 | 140016-9 | ANTONIA ALCINA DE SOUSA             | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I  | 01-ESTATUTARIO    |
| 33 | 144956-7 | ANTONIA ANDREIA LIMA VICTOR         | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I  | 01-ESTATUTARIO    |
| 34 | 186492-0 | ANTONIA ARIVANIA DA SILVA PEREIRA   | 175-AUXILIAR DE SERVICOS CONTRATO           | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I  | 08-CONTRATADO     |
| 35 | 190638-0 | ANTONIA AURIMEIRE RIBEIRO MIRANDA   | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS             | 05-C. COMISSONADO |
| 36 | 190633-0 | ANTONIA CLAUDIA SOBREIRA RIBEIRO    | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS             | 05-C. COMISSONADO |
| 37 | 190595-3 | ANTONIA DANIELA SOUSA DE CASTRO     | 903-SUPER DE MERENDA DE UND ESCOLAR DAS-10  | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS             | 05-C. COMISSONADO |
| 38 | 190655-0 | ANTONIA DE SOUSA LIMA DA SILVA      | 903-SUPER DE MERENDA DE UND ESCOLAR DAS-10  | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS             | 05-C. COMISSONADO |
| 39 | 190468-0 | ANTONIA EVANGELA SOUSA DOS SANTOS   | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS             | 05-C. COMISSONADO |
| 40 | 190656-9 | ANTONIA FABRICIA DAMASCENO OLIVEIRA | 903-SUPER DE MERENDA DE UND ESCOLAR DAS-10  | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS             | 05-C. COMISSONADO |

Praça das Flores - Rua Francisco Câmara, 332, Centro - Aquiraz-CE | CEP 61.700-000

☎ 85 4062.8090

✉ educacao@aquiraz.ce.gov.br

🌐 www.aquiraz.ce.gov.br



|    |          |                                       |   |   |                   |
|----|----------|---------------------------------------|---|---|-------------------|
| 41 | 097543-5 | ANTONIA LENE DE LIMA                  | 059-MERENDEIRO(A)                           | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I | 01-ESTATUTARIO    |
| 42 | 190466-3 | ANTONIA MARCIA DOS SANTOS PEREIRA     | 903-SUPER DE MERENDA DE UND ESCOLAR DAS-10  | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSONADO |
| 43 | 191741-2 | ANTONIA NATALIA DE SOUSA SILVA        | 903-SUPER DE MERENDA DE UND ESCOLAR DAS-10  | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSONADO |
| 44 | 191002-7 | ANTONIA NUNES FERREIRA                | 903-SUPER DE MERENDA DE UND ESCOLAR DAS-10  | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSONADO |
| 45 | 190944-4 | ANTONIA ROZIANE GOMES DA SILVA        | 903-SUPER DE MERENDA DE UND ESCOLAR DAS-10  | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSONADO |
| 46 | 191722-6 | ANTONIA SOUZA PEREIRA                 | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSONADO |
| 47 | 176639-2 | ARIANNY SILVA DE VASCONCELOS OLIVEIRA | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I | 01-ESTATUTARIO    |
| 48 | 140514-4 | ARILENE ALMEIDA DE ARAUJO             | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I | 01-ESTATUTARIO    |
| 49 | 141460-7 | ARISTIDAS LOURENCO MACEDO DE ALMEIDA  | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.112-FUNDEB 70% SER GERAIS- PRE ESCOLA     | 01-ESTATUTARIO    |
| 50 | 191744-7 | ARNESIA DE MELO SOUSA                 | 903-SUPER DE MERENDA DE UND ESCOLAR DAS-10  | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSONADO |
| 51 | 147122-8 | AURINEIDE HENRIQUE DE MENEZES         | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I | 13-ESTATU/COMISSI |
| 52 | 191495-2 | AURINETE VALENTIM DA COSTA            | 903-SUPER DE MERENDA DE UND ESCOLAR DAS-10  | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSONADO |
| 53 | 145335-1 | AUZENIR LOURENCO BASTOS               | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I | 01-ESTATUTARIO    |

Praça das Flores - Rua Francisco Câmara, 332, Centro - Aquiraz-CE | CEP 61.700-000

☎ 85 4062.8090

✉ educacao@aquiraz.ce.gov.br

🌐 www.aquiraz.ce.gov.br





|    |          |                              |   |  |                   |
|----|----------|------------------------------|---|--|-------------------|
| 54 | 190653-4 | AVILA PONTES SILVA           | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS             | 05-C. COMISSONADO |
| 55 | 190657-7 | BEATRIZ VIEIRA DA SILVA      | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS             | 05-C. COMISSONADO |
| 56 | 191765-0 | BEMETRIO COSTA DE OLIVEIRA   | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS             | 05-C. COMISSONADO |
| 57 | 190834-0 | BRENDA INGRID DE OLIVEIRA    | 903-SUPER DE MERENDA DE UND ESCOLAR DAS-10  | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS             | 05-C. COMISSONADO |
| 58 | 144952-4 | BRUNA VIRGINIA SANTOS DANTAS | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.118-ENSINO INFANTIL 70% SERV.GERAIS        | 13-ESTATU/COMISSI |
| 59 | 075483-8 | CARINE MARTINS FERREIRA LIMA | 059-MERENDEIRO(A)                           | 010.114-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL II | 01-ESTATUTARIO    |
| 60 | 190840-5 | CARLA MATOS FACANHA          | 903-SUPER DE MERENDA DE UND ESCOLAR DAS-10  | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS             | 05-C. COMISSONADO |
| 61 | 110704-6 | CARMEN SHERLLY LEITAO GOMES  | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I  | 01-ESTATUTARIO    |
| 62 | 191786-2 | CATIANE LOURENCO DA SILVA    | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS             | 05-C. COMISSONADO |
| 63 | 147129-5 | CELIA REGINA MENDES OLIVEIRA | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I  | 01-ESTATUTARIO    |
| 64 | 190464-7 | CELINEIDE JOAQUIM DE SOUSA   | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS             | 05-C. COMISSONADO |
| 65 | 190520-1 | CHEILA ARAUJO DA SILVA       | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS             | 05-C. COMISSONADO |
| 66 | 120049-6 | CILENE GONCALVES GOMES       | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.112-FUNDEB 70% SER GERAIS- PRE ESCOLA      | 01-ESTATUTARIO    |
| 67 | 190578-3 | CINARA ARAUJO OLIVEIRA       | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS             | 05-C. COMISSONADO |

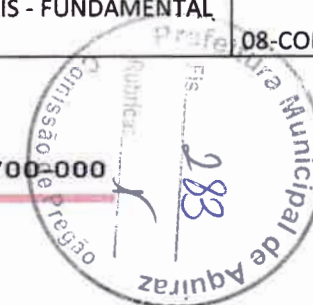


|    |          |                                   |   |   |                   |
|----|----------|-----------------------------------|---|---|-------------------|
| 68 | 190573-2 | CINTHIA LOURENCO MIRANDA          | 903-SUPER DE MERENDA DE UND ESCOLAR DAS-10  | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSONADO |
| 69 | 191780-3 | CIRINEUDA PEREIRA LIMA            | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSONADO |
| 70 | 154217-6 | CLAUDENE BENICIO DE OLIVEIRA      | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I | 01-ESTATUTARIO    |
| 71 | 097653-9 | CLAUDETE MONTEIRO RODRIGUES       | 059-MERENDEIRO(A)                           | 010.104-FUNBED 70% SER GERAIS - CRECHE        | 01-ESTATUTARIO    |
| 72 | 190521-0 | CLAUDIA SANTIAGO DE LIMA          | 903-SUPER DE MERENDA DE UND ESCOLAR DAS-10  | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSONADO |
| 73 | 154243-5 | CLAYRTON RODRIGUES ALEXANDRE      | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I | 01-ESTATUTARIO    |
| 74 | 097204-5 | CLOTILDE LIMA BANDEIRA BARRETO    | 059-MERENDEIRO(A)                           | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I | 01-ESTATUTARIO    |
| 75 | 147131-7 | CONCEICAO ALBANO DA SILVA         | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I | 01-ESTATUTARIO    |
| 76 | 110624-4 | CONCEICAO MARIA DE FREITAS CAMARA | 059-MERENDEIRO(A)                           | 010.112-FUNDEB 70% SER GERAIS- PRE ESCOLA     | 01-ESTATUTARIO    |
| 77 | 191496-0 | CRISLANIA SOUSA RODRIGUES         | 903-SUPER DE MERENDA DE UND ESCOLAR DAS-10  | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSONADO |
| 78 | 075469-2 | CRISTIANE FIRMINO DA COSTA        | 059-MERENDEIRO(A)                           | 010.112-FUNDEB 70% SER GERAIS- PRE ESCOLA     | 01-ESTATUTARIO    |
| 79 | 075458-7 | CRISTIANE MARIA NOGUEIRA DA SILVA | 059-MERENDEIRO(A)                           | 010.112-FUNDEB 70% SER GERAIS- PRE ESCOLA     | 01-ESTATUTARIO    |





|    |          |   |   |   |                    |
|----|----------|---|---|---|--------------------|
| 80 | 176630-9 | CRISTIANNE PEREIRA ARAUJO DO NASCIMENTO | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I | 01-ESTATUTARIO     |
| 81 | 075680-6 | DAMIANA PRETUNILA GUEDES DA SILVA       | 059-MERENDEIRO(A)                           | 010.120-SERVIDORES A DISPOSICAO (10%)         | 01-ESTATUTARIO     |
| 82 | 190983-5 | DANIELA BARBOSA SALES                   | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSIONADO |
| 83 | 147204-6 | DANIELE DOS SANTOS PENA PIRES           | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I | 01-ESTATUTARIO     |
| 84 | 190658-5 | DANISO LEITE SILVA                      | 903-SUPER DE MERENDA DE UND ESCOLAR DAS-10  | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSIONADO |
| 85 | 154431-4 | DANY KELLY CAMURCA DA SILVA             | 059-MERENDEIRO(A)                           | 010.112-FUNDEB 70% SER GERAIS- PRE ESCOLA     | 01-ESTATUTARIO     |
| 86 | 190640-2 | DAYANE MARTINS FERNANDES                | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSIONADO |
| 87 | 191535-5 | DEBORA OLIVEIRA SILVA                   | 903-SUPER DE MERENDA DE UND ESCOLAR DAS-10  | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSIONADO |
| 88 | 190441-8 | DEISIANNE DA SILVA QUEIROZ              | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSIONADO |
| 89 | 190659-3 | DEIVY ROSSE QUEIROZ DA SILVA            | 903-SUPER DE MERENDA DE UND ESCOLAR DAS-10  | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSIONADO |
| 90 | 190556-2 | DELMIRA MUNIZ ASSUNO                    | 903-SUPER DE MERENDA DE UND ESCOLAR DAS-10  | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSIONADO |
| 91 | 075476-5 | DIONAURA NUNES DOS SANTOS               | 059-MERENDEIRO(A)                           | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I | 01-ESTATUTARIO     |
| 92 | 144717-3 | EDALMY TOME DOS SANTOS                  | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.112-FUNDEB 70% SER GERAIS- PRE ESCOLA     | 01-ESTATUTARIO     |
| 93 | 179896-0 | EDILEUZA CARNEIRO DA SILVA GOMES        | 175-AUXILIAR DE SERVICOS CONTRATO           | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I | 08-CONTRATADO      |



|     |          |                               |   |  |                    |
|-----|----------|-------------------------------|---|--|--------------------|
| 94  | 190617-8 | EDILZA MARIA DA SILVA SAMPAIO | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS             | 05-C. COMISSIONADO |
| 95  | 179897-9 | EDINEA NASCIMENTO DA SILVA    | 175-AUXILIAR DE SERVICOS CONTRATO           | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I  | 08-CONTRATADO      |
| 96  | 191504-5 | EDNA FELICIO DA ROCHA         | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS             | 05-C. COMISSIONADO |
| 97  | 191758-7 | EDNEUSA MONTEIRO DA SILVA     | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS             | 05-C. COMISSIONADO |
| 98  | 110916-2 | EDVAR CAVALCANTE LIMA JUNIOR  | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I  | 01-ESTATUTARIO     |
| 99  | 191763-3 | ELANE SELY DA SILVA           | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS             | 05-C. COMISSIONADO |
| 100 | 140642-6 | ELENICE EUCLIDES DOS SANTOS   | 059-MERENDEIRO(A)                           | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I  | 01-ESTATUTARIO     |
| 101 | 190463-9 | ELENIR CORDEIRO DE AMORIM     | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS             | 05-C. COMISSIONADO |
| 102 | 190632-1 | ELENITA DE SOUSA              | 903-SUPER DE MERENDA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS             | 05-C. COMISSIONADO |
| 103 | 144515-4 | ELIANE LIMA DE MENEZES        | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.114-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL II | 01-ESTATUTARIO     |
| 104 | 147113-9 | ELIANE RIBEIRO DE SOUSA       | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.114-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL II | 01-ESTATUTARIO     |
| 105 | 110535-3 | ELIANE ROSENDO DA SILVA LEITE | 059-MERENDEIRO(A)                           | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I  | 01-ESTATUTARIO     |
| 106 | 191778-1 | ELIDIANE MILHOME DE OLIVEIRA  | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS             | 05-C. COMISSIONADO |
| 107 | 190661-5 | ELIENE DA COSTA SILVA         | 903-SUPER DE MERENDA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS             | 05-C. COMISSIONADO |



|     |          |                                    |   |  |                    |
|-----|----------|------------------------------------|---|--|--------------------|
| 108 | 191561-4 | ELIENILDA SILVA GOMES              | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS             | 05-C. COMISSIONADO |
| 109 | 190966-5 | ELIONEIDE NOBERTO DA COSTA         | 903-SUPER DE MERENDA DE UND ESCOLAR DAS-10  | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS             | 05-C. COMISSIONADO |
| 110 | 190650-0 | ELIS REGINA CANDIDO ALVES          | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS             | 05-C. COMISSIONADO |
| 111 | 110504-3 | ELISABETE DE ABREU SALES           | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I  | 01-ESTATUTARIO     |
| 112 | 120048-8 | ELISANGELA FERREIRA LOPES          | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I  | 01-ESTATUTARIO     |
| 113 | 144954-0 | ELISANICE FERREIRA DO NASCIMENTO   | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.114-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL II | 01-ESTATUTARIO     |
| 114 | 140560-8 | ELIZABETE RODRIGUES MONTEIRO SILVA | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.104-FUNBED 70% SER GERAIS - CRECHE         | 01-ESTATUTARIO     |
| 115 | 075447-1 | ELIZANDRA MARIA VIEIRA DE PAULA    | 059-MERENDEIRO(A)                           | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I  | 01-ESTATUTARIO     |
| 116 | 075681-4 | ERILANE MARIA SOARES ALVES         | 059-MERENDEIRO(A)                           | 010.114-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL II | 01-ESTATUTARIO     |
| 117 | 190967-3 | ERIVANDA ALMEIDA PEREIRA           | 903-SUPER DE MERENDA DE UND ESCOLAR DAS-10  | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS             | 05-C. COMISSIONADO |
| 118 | 190662-3 | ERONITA RODRIGUES DE SOUSA         | 903-SUPER DE MERENDA DE UND ESCOLAR DAS-10  | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS             | 05-C. COMISSIONADO |
| 119 | 190482-5 | EURIDES BRITO MAVIGNIER            | 903-SUPER DE MERENDA DE UND ESCOLAR DAS-10  | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS             | 05-C. COMISSIONADO |
| 120 | 154471-3 | EVA ALINE SOARES PEREIRA           | 175-AUXILIAR DE SERVICOS CONTRATO           | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I  | 08-CONTRATADO      |
| 121 | 176631-7 | EVA FERREIRA GOMES                 | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I  | 01-ESTATUTARIO     |

|     |          |   |   |   |                    |
|-----|----------|---|---|---|--------------------|
| 122 | 154218-4 | EVALDO DE CASTRO NEVES                  | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I | 01-ESTATUTARIO     |
| 123 | 191747-1 | EVANIA JUSTINO LOPES                    | 903-SUPER DE MERENDA DE UND ESCOLAR DAS-10  | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSIONADO |
| 124 | 147137-6 | EVILANIA DE CASTRO MELO                 | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.120-SERVIDORES A DISPOSICAO (10%)         | 01-ESTATUTARIO     |
| 125 | 190663-1 | FABIANA RIBEIRO DA SILVA AMORA          | 903-SUPER DE MERENDA DE UND ESCOLAR DAS-10  | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSIONADO |
| 126 | 192546-6 | FERNANDA DA SILVA BARRETO DOS SANTOS    | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSIONADO |
| 127 | 154245-1 | FRANCILEIDA MARIA SOARES PERDIGAO       | 059-MERENDEIRO(A)                           | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I | 01-ESTATUTARIO     |
| 128 | 191000-0 | FRANCILENE DA SILVA XAVIER              | 903-SUPER DE MERENDA DE UND ESCOLAR DAS-10  | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSIONADO |
| 129 | 191755-2 | FRANCISCA ADRIANA AMORIM FARIAS         | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSIONADO |
| 130 | 110495-0 | FRANCISCA ALDENIR DE OLIVEIRA ABREU     | 059-MERENDEIRO(A)                           | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I | 01-ESTATUTARIO     |
| 131 | 191556-8 | FRANCISCA ALINE DA SILVA                | 903-SUPER DE MERENDA DE UND ESCOLAR DAS-10  | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSIONADO |
| 132 | 191555-0 | FRANCISCA AURENICE DA BARBALHO DA SILVA | 903-SUPER DE MERENDA DE UND ESCOLAR DAS-10  | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSIONADO |
| 133 | 110463-2 | FRANCISCA AURENITA OLIVEIRA FREIRE      | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I | 01-ESTATUTARIO     |

Praca das Flores - Rua Francisco Câmara, 332, Centro - Aquiraz-CE | CEP 61.700-000

☎ 85 4062.8090

✉ educacao@aquiraz.ce.gov.br

🌐 www.aquiraz.ce.gov.br





|     |          |   |   |  |                       |
|-----|----------|---|---|--|-----------------------|
| 134 | 147228-3 | FRANCISCA<br>CARLIANE DA<br>SILVA DIAS      | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                        | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL<br>I | 01-ESTATUTARIO        |
| 135 | 190664-0 | FRANCISCA<br>CRISTINA FALCAO<br>SILVA       | 903-SUPER DE MERENDA DE UNID ESCOLAR DAS-<br>10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS               | 05-C.<br>COMISSIONADO |
| 136 | 191563-0 | FRANCISCA DE<br>AZEVEDO<br>OLIVEIRA         | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-<br>10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS               | 05-C.<br>COMISSIONADO |
| 137 | 191562-2 | FRANCISCA DE<br>FATIMA DA SILVA             | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-<br>10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS               | 05-C.<br>COMISSIONADO |
| 138 | 147116-3 | FRANCISCA<br>DELVANIA SILVA<br>MOREIRA      | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                        | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL<br>I | 01-ESTATUTARIO        |
| 139 | 191505-3 | FRANCISCA<br>ELISABETE<br>CAMPOS<br>MARQUES | 903-SUPER DE MERENDA DE UNID ESCOLAR DAS-<br>10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS               | 05-C.<br>COMISSIONADO |
| 140 | 190968-1 | FRANCISCA<br>ERIZETE RIBEIRO<br>DA SILVA    | 903-SUPER DE MERENDA DE UNID ESCOLAR DAS-<br>10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS               | 05-C.<br>COMISSIONADO |
| 141 | 147117-1 | FRANCISCA<br>HELOISA DA SILVA<br>MESQUITA   | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                        | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL<br>I | 01-ESTATUTARIO        |
| 142 | 176119-6 | FRANCISCA<br>JESSICA TAVARES<br>RICARDO     | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                        | 010.118-ENSINO INFANTIL 70% SERV.GERAIS          | 01-ESTATUTARIO        |
| 143 | 190405-1 | FRANCISCA<br>JULIETE FREIRE<br>LIMA         | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-<br>10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS               | 05-C.<br>COMISSIONADO |
| 144 | 176117-0 | FRANCISCA<br>LUCILANA SOUSA<br>SANTOS       | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                        | 010.104-FUNBED 70% SER GERAIS - CRECHE           | 01-ESTATUTARIO        |

|     |          |                                    |   |   |                    |
|-----|----------|------------------------------------|---|---|--------------------|
| 145 | 075461-7 | FRANCISCA MARIA ARAUJO OLIVEIRA    | 059-MERENDEIRO(A)                           | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I | 01-ESTATUTARIO     |
| 146 | 190477-9 | FRANCISCA MARIA DA CONCEICAO       | 903-SUPER DE MERENDA DE UND ESCOLAR DAS-10  | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSIONADO |
| 147 | 075467-6 | FRANCISCA MONICA ALMEIDA DA COSTA  | 059-MERENDEIRO(A)                           | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I | 01-ESTATUTARIO     |
| 148 | 190618-6 | FRANCISCA NAZIDIR INACIO DA SILVA  | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSIONADO |
| 149 | 190641-0 | FRANCISCA PATRICIA RAMOS CARNEIRO  | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSIONADO |
| 150 | 190530-9 | FRANCISCA REGIANE DA SILVA SANTOS  | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSIONADO |
| 151 | 190619-4 | FRANCISCA VANDA ALVES DA SILVA     | 903-SUPER DE MERENDA DE UND ESCOLAR DAS-10  | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSIONADO |
| 152 | 176116-1 | FRANCISCO DERLANE BATISTA SAMPAIO  | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I | 01-ESTATUTARIO     |
| 153 | 191723-4 | FRANCISCO GUSTAVO ALVES DOS SANTOS | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSIONADO |
| 154 | 147313-1 | FRANCISCO REGINALDO DE OLIVEIRA    | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I | 01-ESTATUTARIO     |
| 155 | 176640-6 | FRANCISCO ROBERTO DOS SANTOS GOMES | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.112-FUNDEB 70% SER GERAIS- PRE ESCOLA     | 01-ESTATUTARIO     |
| 156 | 191750-1 | GABRIELA DO NASCIMENTO FAUSTINO    | 903-SUPER DE MERENDA DE UND ESCOLAR DAS-10  | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSIONADO |



|     |          |   |   |   |                    |
|-----|----------|---|---|---|--------------------|
| 157 | 191553-3 | GEANE MOURA SANTOS                        | 903-SUPER DE MERENDA DE UND ESCOLAR DAS-10  | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSIONADO |
| 158 | 144953-2 | GEANE SOARES DA SILVA ROCHA               | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.112-FUNDEB 70% SER GERAIS- PRE ESCOLA     | 13-ESTATU/COMISSI  |
| 159 | 191608-4 | GEOVANIA MONTEIRO DE SOUSA                | 903-SUPER DE MERENDA DE UND ESCOLAR DAS-10  | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSIONADO |
| 160 | 190555-4 | GESSICA DA SILVA FERREIRA                 | 903-SUPER DE MERENDA DE UND ESCOLAR DAS-10  | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSIONADO |
| 161 | 191777-3 | GIRLANE IRIS RAMOS DOS SANTOS             | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSIONADO |
| 162 | 144518-9 | GLAUCILENE BRASIL DE OLIVEIRA             | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I | 01-ESTATUTARIO     |
| 163 | 176632-5 | GLAUDIENIA DE SOUSA COSTA                 | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I | 01-ESTATUTARIO     |
| 164 | 191752-8 | GLEICIANE RODRIGUES DA SILVA              | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSIONADO |
| 165 | 190946-0 | GLEISON DE BRITO MATOS                    | 903-SUPER DE MERENDA DE UND ESCOLAR DAS-10  | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSIONADO |
| 166 | 190667-4 | GLICIA BEZERRA JERONIMO                   | 903-SUPER DE MERENDA DE UND ESCOLAR DAS-10  | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSIONADO |
| 167 | 191773-0 | GRACIVANIA OLIVEIRA ARAUJO                | 903-SUPER DE MERENDA DE UND ESCOLAR DAS-10  | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSIONADO |
| 168 | 110470-5 | HELENA CANDIDA PINHEIRO CORDEIRO DE SOUSA | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I | 01-ESTATUTARIO     |
| 169 | 190531-7 | HELENA KTHELYN DE SOUSA LOPES             | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSIONADO |

|     |          |  |   |  |                       |
|-----|----------|--|---|--|-----------------------|
| 170 | 190977-0 | HELENEUMA GOIS<br>PINHEIRO               | 903-SUPER DE MERENDA DE UNID ESCOLAR DAS-<br>10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS               | 05-C.<br>COMISSIONADO |
| 171 | 075480-3 | HELOISA PEREIRA<br>CORDEIRO              | 059-MERENDEIRO(A)                               | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL<br>I | 01-ESTATUTARIO        |
| 172 | 190507-4 | HORTENCIA COSTA<br>SILVA                 | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-<br>10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS               | 05-C.<br>COMISSIONADO |
| 173 | 110467-5 | HORTENCIA DA<br>COSTA CUNHA              | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                        | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL<br>I | 01-ESTATUTARIO        |
| 174 | 190642-9 | ILDENE SISNANDE<br>DE OLIVEIRA           | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-<br>10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS               | 05-C.<br>COMISSIONADO |
| 175 | 154226-5 | INACIO SILVA DE<br>OLIVEIRA JUNIOR       | 059-MERENDEIRO(A)                               | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL<br>I | 01-ESTATUTARIO        |
| 176 | 191776-5 | INGRID FERREIRA<br>DA SILVA              | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-<br>10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS               | 05-C.<br>COMISSIONADO |
| 177 | 190543-0 | IRACY LIMA ALVES                         | 903-SUPER DE MERENDA DE UNID ESCOLAR DAS-<br>10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS               | 05-C.<br>COMISSIONADO |
| 178 | 191754-4 | IRISVANIA<br>OLIVEIRA ARAUJO             | 903-SUPER DE MERENDA DE UNID ESCOLAR DAS-<br>10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS               | 05-C.<br>COMISSIONADO |
| 179 | 140571-3 | IVALDO QUIRINO<br>CLEMENTINO             | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                        | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL<br>I | 01-ESTATUTARIO        |
| 180 | 075446-3 | IVONE AUGUSTO<br>FERREIRA                | 059-MERENDEIRO(A)                               | 010.112-FUNDEB 70% SER GERAIS- PRE ESCOLA        | 01-ESTATUTARIO        |
| 181 | 190486-8 | JAMILE DE FREITAS<br>MOREIRA             | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-<br>10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS               | 05-C.<br>COMISSIONADO |
| 182 | 190596-1 | JAMILIANA BRITO<br>DA SILVA              | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-<br>10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS               | 05-C.<br>COMISSIONADO |
| 183 | 191103-1 | JAMILLE INACIO<br>DA COSTA               | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-<br>10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS               | 05-C.<br>COMISSIONADO |
| 184 | 110611-2 | JANAINA ROBERTA<br>FERNANDES DA<br>SILVA | 059-MERENDEIRO(A)                               | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL<br>I | 01-ESTATUTARIO        |

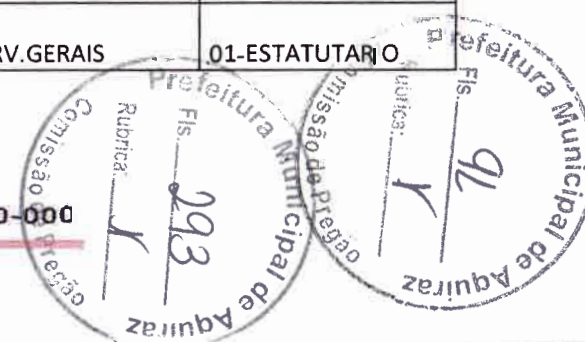


|     |          |                                    |   |   |                       |
|-----|----------|------------------------------------|---|---|-----------------------|
| 185 | 191775-7 | JANIELE<br>BERNADINO DA<br>SILVA   | 903-SUPER DE MERENDA DE UNID ESCOLAR DAS-<br>10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS                | 05-C.<br>COMISSIONADO |
| 186 | 154236-2 | JERUZA DOS<br>SANTOS MOTA          | 059-MERENDEIRO(A)                               | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL<br>I  | 01-ESTATUTARIO        |
| 187 | 190454-0 | JESSICA FERREIRA<br>DA SILVA       | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-<br>10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS                | 05-C.<br>COMISSIONADO |
| 188 | 176636-8 | JESSICA MIRANDA<br>DE MENEZES      | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                        | 010.112-FUNDEB 70% SER GERAIS- PRE ESCOLA         | 01-ESTATUTARIO        |
| 189 | 191748-0 | JESSICA PEREIRA<br>DA SILVA        | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-<br>10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS                | 05-C.<br>COMISSIONADO |
| 190 | 110547-7 | JOCILEIDE<br>BERNARDO<br>MOREIRA   | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                        | 010.114-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL<br>II | 01-ESTATUTARIO        |
| 191 | 110738-0 | JOCILENE DE<br>ALMEIDA SILVA       | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                        | 010.114-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL<br>II | 01-ESTATUTARIO        |
| 192 | 120050-0 | JOCIMARA<br>RODRIGUES DE<br>CASTRO | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                        | 010.112-FUNDEB 70% SER GERAIS- PRE ESCOLA         | 01-ESTATUTARIO        |
| 193 | 110505-1 | JOELMA<br>RODRIGUES DE<br>CASTRO   | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                        | 010.114-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL<br>II | 01-ESTATUTARIO        |
| 194 | 176646-5 | JONES FREIRE<br>COSTA              | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                        | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL<br>I  | 13-ESTATU/COMISSI     |
| 195 | 110984-7 | JORGEVAN<br>PEREIRA FERREIRA       | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                        | 010.112-FUNDEB 70% SER GERAIS- PRE ESCOLA         | 13-ESTATU/COMISSI     |
| 196 | 154306-7 | JOSE AMERICO DE<br>MOURA NETO      | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                        | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL<br>I  | 01-ESTATUTARIO        |
| 197 | 190835-9 | JOSE ARIMATEIA<br>DO NASCIMENTO    | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-<br>10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS                | 05-C.<br>COMISSIONADO |
| 198 | 190506-6 | JOSE CLAUDIO DA<br>SILVA MIRANDA   | 903-SUPER DE MERENDA DE UNID ESCOLAR DAS-<br>10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS                | 05-C.<br>COMISSIONADO |

|     |          |                                 |   |  |                   |
|-----|----------|---------------------------------|---|--|-------------------|
| 199 | 154213-3 | JOSÉ FERREIRA LIMA NETO         | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.114-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL II | 01-ESTATUTARIO    |
| 200 | 191745-5 | JOSE HAROLDO RODRIGUES DA SILVA | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS             | 05-C. COMISSONADO |
| 201 | 190448-5 | JOSE LAURENO FERREIRA FILHO     | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS             | 05-C. COMISSONADO |
| 202 | 190947-9 | JOSE VINICIUS DE ARAUJO BARROS  | 903-SUPER DE MERENDA DE UND ESCOLAR DAS-10  | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS             | 05-C. COMISSONADO |
| 203 | 176633-3 | JOSELIO FREIRE COSTA            | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I  | 01-ESTATUTARIO    |
| 204 | 154210-9 | JOSIANE DAMASCENO MOREIRA       | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I  | 01-ESTATUTARIO    |
| 205 | 154435-7 | JOSUE ALVES RODRIGUES           | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I  | 01-ESTATUTARIO    |
| 206 | 075482-0 | JOSYANE COUTINHO DANTAS         | 059-MERENDEIRO(A)                           | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I  | 01-ESTATUTARIO    |
| 207 | 144720-3 | JOZELIA JOAO DO NASCIMENTO      | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I  | 01-ESTATUTARIO    |
| 208 | 191726-9 | JUCIENE SILVA DE LIMA           | 903-SUPER DE MERENDA DE UND ESCOLAR DAS-10  | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS             | 05-C. COMISSONADO |
| 209 | 190631-3 | JULIANA MACHADO DE CASTRO       | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS             | 05-C. COMISSONADO |
| 210 | 154237-0 | JULIANA PEREIRA CAVALCANTE      | 059-MERENDEIRO(A)                           | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I  | 01-ESTATUTARIO    |
| 211 | 191774-9 | JULIO SESAR BEZERRA RABELO      | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS             | 05-C. COMISSONADO |
| 212 | 191545-2 | KATARINA BARBOSA DE SOUSA       | 903-SUPER DE MERENDA DE UND ESCOLAR DAS-10  | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS             | 05-C. COMISSONADO |



|     |          |                                       |   |   |                    |
|-----|----------|---------------------------------------|---|---|--------------------|
| 213 | 191757-9 | KEILA MATOS MARTINS                   | 903-SUPER DE MERENDA DE UND ESCOLAR DAS-10  | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSIONADO |
| 214 | 110466-7 | LALINES DA SILVA VITORIANO            | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I | 01-ESTATUTARIO     |
| 215 | 191641-6 | LAUDENICE DE FREITAS SANTOS           | 903-SUPER DE MERENDA DE UND ESCOLAR DAS-10  | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSIONADO |
| 216 | 191005-1 | LAURENICE ALMEIDA DOS ANJOS           | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSIONADO |
| 217 | 111021-7 | LAURINDA LEANDRA CAVALCANTE RODRIGUES | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I | 01-ESTATUTARIO     |
| 218 | 190969-0 | LEA TAVARES BOTELHO                   | 903-SUPER DE MERENDA DE UND ESCOLAR DAS-10  | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSIONADO |
| 219 | 097540-0 | LENILCE MARIA DE SOUSA SANTOS         | 059-MERENDEIRO(A)                           | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I | 01 ESTATUTARIO     |
| 220 | 190860-0 | LIDIANA OTAVIO DIAS                   | 903-SUPER DE MERENDA DE UND ESCOLAR DAS-10  | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSIONADO |
| 221 | 190645-3 | LIDIANE OLIVEIRA DA SILVA LUSTOSA     | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSIONADO |
| 222 | 190646-1 | LIDIVANIA OLIVEIRA DA SILVA SOUZA     | 903-SUPER DE MERENDA DE UND ESCOLAR DAS-10  | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSIONADO |
| 223 | 190499-0 | LUANA COSTA DA SILVA                  | 903-SUPER DE MERENDA DE UND ESCOLAR DAS-10  | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSIONADO |
| 224 | 140652-3 | LUCIA MARIA DA SILVA BARBOSA          | 059-MERENDEIRO(A)                           | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I | 01-ESTATUTARIO     |
| 225 | 190647-0 | LUCIANE NONATO DA SILVA RIBEIRO       | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSIONADO |
| 226 | 144955-9 | LUCIARA DAVID DE BARROS               | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.118-ENSINO INFANTIL 70% SERV. GERAIS      | 01-ESTATUTARIO     |



|     |          |                                      |   |  |                   |
|-----|----------|--------------------------------------|---|--|-------------------|
| 227 | 190599-6 | LUCIENE RIBEIRO DA SILVA             | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS             | 05-C. COMISSONADO |
| 228 | 097839-6 | LUCIENE SANTOS SILVA                 | 059-MERENDEIRO(A)                           | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I  | 01-ESTATUTARIO    |
| 229 | 190987-8 | LUCILENE DA SILVA                    | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS             | 05-C. COMISSONADO |
| 230 | 190648-8 | LUCILEUDA INACIO OLIVEIRA            | 903-SUPER DE MERENDA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS             | 05-C. COMISSONADO |
| 231 | 190836-7 | LUCILVIA ALVES DE OLIVEIRA           | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS             | 05-C. COMISSONADO |
| 232 | 097871-0 | LUCIVANIA PEREIRA CARVALHO           | 059-MERENDEIRO(A)                           | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I  | 01-ESTATUTARIO    |
| 233 | 110926-0 | LUIZ BASTOS CORDEIRO FILHO           | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.114-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL II | 01-ESTATUTARIO    |
| 234 | 191797-8 | LUZIANA NUNES DA SILVA               | 903-SUPER DE MERENDA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS             | 05-C. COMISSONADO |
| 235 | 191759-5 | LUZIENE ESTEVAO DE OLIVEIRA DA SILVA | 903-SUPER DE MERENDA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS             | 05-C. COMISSONADO |
| 236 | 147121-0 | MAISA MOREIRA DO NASCIMENTO          | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I  | 01-ESTATUTARIO    |
| 237 | 190675-5 | MANUELA DE OLIVEIRA SILVA            | 903-SUPER DE MERENDA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS             | 05-C. COMISSONADO |
| 238 | 190505-8 | MARCELA DE OLIVERIA SILVA            | 903-SUPER DE MERENDA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS             | 05-C. COMISSONADO |
| 239 | 190583-0 | MARCELA GOMES DA SILVA               | 903-SUPER DE MERENDA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS             | 05-C. COMISSONADO |
| 240 | 190586-4 | MARCELO CARVALHO VERCOSA             | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS             | 05-C. COMISSONADO |
| 241 | 190676-3 | MARCIA BARROS ARAUJO                 | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS             | 05-C. COMISSONADO |





|     |          |                                   |   |   |                   |
|-----|----------|-----------------------------------|---|---|-------------------|
| 242 | 190677-1 | MARCIA DOS SANTOS LOPES           | 903-SUPER DE MERENDA DE UND ESCOLAR DAS-10  | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSONADO |
| 243 | 075464-1 | MARCIA FERREIRA RIBEIRO           | 059-MERENDEIRO(A)                           | 010.118-ENSINO INFANTIL 70% SERV.GERAIS       | 01-ESTATUTARIO    |
| 244 | 154239-7 | MARCIA REGINA LOPES ALVES         | 059-MERENDEIRO(A)                           | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I | 01-ESTATUTARIO    |
| 245 | 191799-4 | MARCIELY DE SOUSA BARBOZA         | 903-SUPER DE MERENDA DE UND ESCOLAR DAS-10  | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSONADO |
| 246 | 154211-7 | MARCIO DA COSTA NUNES             | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I | 01-ESTATUTARIO    |
| 247 | 120046-1 | MARIA ADELIA MARCOS ALVES         | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I | 01-ESTATUTARIO    |
| 248 | 075746-2 | MARIA ADRIANA LIMA DE ABREU       | 059-MERENDEIRO(A)                           | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I | 01-ESTATUTARIO    |
| 249 | 075667-9 | MARIA ALDENIA GADELHA DA ROCHA    | 059-MERENDEIRO(A)                           | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I | 01-ESTATUTARIO    |
| 250 | 190419-1 | MARIA ALDENIZA DA SILVA MELO      | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSONADO |
| 251 | 191514-2 | MARIA ALINE DA SILVA SOARES       | 903-SUPER DE MERENDA DE UND ESCOLAR DAS-10  | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSONADO |
| 252 | 191779-0 | MARIA ALINE DE SOUSA CRUZ MARTINS | 903-SUPER DE MERENDA DE UND ESCOLAR DAS-10  | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSONADO |
| 253 | 190837-5 | MARIA ANGELICA SANTANA DOS SANTOS | 903-SUPER DE MERENDA DE UND ESCOLAR DAS-10  | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSONADO |
| 254 | 154453-5 | MARIA APARECIDA COSTA MELO        | 059-MERENDEIRO(A)                           | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I | 01-ESTATUTARIO    |
| 255 | 191610-6 | MARIA APARECIDA DELFINO FALCAO    | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSONADO |
| 256 | 191727-7 | MARIA ARLENE FERREIRA BARROS      | 903-SUPER DE MERENDA DE UND ESCOLAR DAS-10  | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSONADO |

|     |          |                                    |   |   |                   |
|-----|----------|------------------------------------|---|---|-------------------|
| 257 | 191762-5 | MARIA ARTENIZA DE LIMA SILVA       | 903-SUPER DE MERENDA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSONADO |
| 258 | 190671-2 | MARIA AUDINEIDE DE SOUSA DA SILVA  | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSONADO |
| 259 | 190678-0 | MARIA AURINEIDE SILVA DAS CHAGAS   | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSONADO |
| 260 | 097869-8 | MARIA AURIVANIA INACIO DOS SANTOS  | 059-MERENDEIRO(A)                           | 010.118-ENSINO INFANTIL 70% SERV. GERAIS      | 01-ESTATUTARIO    |
| 261 | 140956-5 | MARIA AUXILIADORA RODRIGUES INACIO | 059-MERENDEIRO(A)                           | 010.120-SERVIDORES A DISPOSICAO (10%)         | 01-ESTATUTARIO    |
| 262 | 190527-9 | MARIA AUXILIADORA SILVA MONTEIRO   | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSONADO |
| 263 | 191515-0 | MARIA CELENE FERREIRA DOS SANTOS   | 903-SUPER DE MERENDA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSONADO |
| 264 | 097192-8 | MARIA CELIA GOMES DA SILVA         | 059-MERENDEIRO(A)                           | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I | 01-ESTATUTARIO    |
| 265 | 110935-9 | MARIA CLAUDIA DE OLIVEIRA          | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.118-ENSINO INFANTIL 70% SERV. GERAIS      | 01-ESTATUTARIO    |
| 266 | 110507-8 | MARIA CLAUDIANE DE FREITAS         | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I | 01-ESTATUTARIO    |
| 267 | 190995-9 | MARIA CLECIA DE LIMA CAMARA        | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.100-EDUCACAO 10%                          | 05-C. COMISSONADO |
| 268 | 176628-7 | MARIA CLENILDA SILVA MARQUES       | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I | 01-ESTATUTARIO    |
| 269 | 190679-8 | MARIA CONCEICAO                    | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSONADO |



|     |          |   |   |  |                   |
|-----|----------|---|---|--|-------------------|
|     |          | FERNANDES DA SILVA                        |   |  |                   |
| 270 | 190838-3 | MARIA CREUZA DOS SANTOS AMORIM            | 903-SUPER DE MERENDA DE UND ESCOLAR DAS-10  | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS             | 05-C. COMISSONADO |
| 271 | 140403-2 | MARIA CRISTIANE NOBRE DA SILVA            | 059-MERENDEIRO(A)                           | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I  | 01-ESTATUTARIO    |
| 272 | 190970-3 | MARIA CRISTINA DA SILVA LIMA              | 903-SUPER DE MERENDA DE UND ESCOLAR DAS-10  | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS             | 05-C. COMISSONADO |
| 273 | 190680-1 | MARIA DA CONCEICAO DA SILVA SANTOS ARAUJO | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS             | 05-C. COMISSONADO |
| 274 | 075679-2 | MARIA DA CONCEICAO FREITAS PEREIRA        | 059-MERENDEIRO(A)                           | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I  | 01-ESTATUTARIO    |
| 275 | 140595-0 | MARIA DA CONCEICAO LIMA DA SILVA          | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I  | 01-ESTATUTARIO    |
| 276 | 190458-2 | MARIA DA SILVA ASSUNCAO                   | 903-SUPER DE MERENDA DE UND ESCOLAR DAS-10  | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS             | 05-C. COMISSONADO |
| 277 | 190681-0 | MARIA DA SILVA DE AQUINO                  | 903-SUPER DE MERENDA DE UND ESCOLAR DAS-10  | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS             | 05-C. COMISSONADO |
| 278 | 144773-4 | MARIA DANIELA GOMES GONCALVES             | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.114-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL II | 01-ESTATUTARIO    |
| 279 | 191789-7 | MARIA DAS GRACAS CANDIDO LOPES            | 903-SUPER DE MERENDA DE UND ESCOLAR DAS-10  | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS             | 05-C. COMISSONADO |
| 280 | 145305-0 | MARIA DAS GRACAS DA COSTA MENESES         | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I  | 01-ESTATUTARIO    |

|     |          |                                     |   |   |                   |
|-----|----------|-------------------------------------|---|---|-------------------|
| 281 | 154227-3 | MARIA DAS GRACAS FERNANDES DA SILVA | 059-MERENDEIRO(A)                           | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I | 01-ESTATUTARIO    |
| 282 | 190444-2 | MARIA DE FATIMA AQUINO FERNANDES    | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSONADO |
| 283 | 097542-7 | MARIA DE FATIMA DA SILVA RAMOS      | 059-MERENDEIRO(A)                           | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I | 01-ESTATUTARIO    |
| 284 | 075456-0 | MARIA DE FATIMA FREITAS PEREIRA     | 059-MERENDEIRO(A)                           | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I | 01-ESTATUTARIO    |
| 285 | 075452-8 | MARIA DE FATIMA MACIEL BAIMA        | 059-MERENDEIRO(A)                           | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I | 01-ESTATUTARIO    |
| 286 | 190550-3 | MARIA DE NAZARE DA SILVA LIMA       | 903-SUPER DE MERENDA DE UND ESCOLAR DAS-10  | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSONADO |
| 287 | 110537-0 | MARIA DO CARMO DE ARAUJO SOUZA      | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I | 01-ESTATUTARIO    |
| 288 | 140671-0 | MARIA DO CARMO RODRIGUES FALCAO     | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.118-ENSINO INFANTIL 70% SERV.GERAIS       | 01-ESTATUTARIO    |
| 289 | 075474-9 | MARIA DO SOCORRO OLIVEIRA MATOS     | 059-MERENDEIRO(A)                           | 010.118-ENSINO INFANTIL 70% SERV.GERAIS       | 01-ESTATUTARIO    |
| 290 | 190686-0 | MARIA DOS ANJOS MOTA DA SILVA       | 903-SUPER DE MERENDA DE UND ESCOLAR DAS-10  | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSONADO |
| 291 | 190498-1 | MARIA EDMILDA LOPES DOS SANTOS      | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSONADO |
| 292 | 190502-3 | MARIA EDUARDA NASCIMENTO DA SILVA   | 903-SUPER DE MERENDA DE UND ESCOLAR DAS-10  | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSONADO |
| 293 | 191742-0 | MARIA ELENA MOTA                    | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSONADO |



|     |          |                                      |   |  |                   |
|-----|----------|--------------------------------------|---|--|-------------------|
| 294 | 075478-1 | MARIA ELENICE ALVES CRISOSTOMO       | 059-MERENDEIRO(A)                           | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I  | 01-ESTATUTARIO    |
| 295 | 190992-4 | MARIA ELIETE DE OLIVEIRA SOUSA       | 903-SUPER DE MERENDA DE UND ESCOLAR DAS-10  | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS             | 05-C. COMISSONADO |
| 296 | 190672-0 | MARIA ELISABETE ASSUNCAO             | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS             | 05-C. COMISSONADO |
| 297 | 191643-2 | MARIA ELIZANGELA RAMOS DAMASCENO     | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS             | 05-C. COMISSONADO |
| 298 | 191543-6 | MARIA ELIZANGELA SOUSA FERREIRA      | 903-SUPER DE MERENDA DE UND ESCOLAR DAS-10  | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS             | 05-C. COMISSONADO |
| 299 | 140605-1 | MARIA EUNICE DA HORA RODRIGUES       | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.114-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL II | 01-ESTATUTARIO    |
| 300 | 140175-0 | MARIA FELIX DE LIMA JANUARIO         | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I  | 01-ESTATUTARIO    |
| 301 | 190949-5 | MARIA GIRLENE LOPES CAETANO RIBEIRO  | 903-SUPER DE MERENDA DE UND ESCOLAR DAS-10  | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS             | 05-C. COMISSONADO |
| 302 | 191564-9 | MARIA GRASIELLE SALES PIRES DA SILVA | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS             | 05-C. COMISSONADO |
| 303 | 190475-2 | MARIA GRAUCIONE CASTRO DOS SANTOS    | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS             | 05-C. COMISSONADO |
| 304 | 190682-8 | MARIA HELENA ALVES DE SOUSA          | 903-SUPER DE MERENDA DE UND ESCOLAR DAS-10  | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS             | 05-C. COMISSONADO |
| 305 | 147316-6 | MARIA HELENA MELO DA SILVA           | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I  | 01-ESTATUTARIO    |

|     |          |  |   |  |                      |
|-----|----------|--|---|--|----------------------|
| 306 | 190683-6 | MARIA IASMIM<br>AIRES DA SILVA               | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-<br>10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS               | 05-C.<br>COMISSONADO |
| 307 | 147115-5 | MARIA IDEUMA<br>DA SILVA MOREIRA             | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                        | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL<br>I | 01-ESTATUTARIO       |
| 308 | 110508-6 | MARIA IRACILDA<br>DE SOUSA JACINTO           | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                        | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL<br>I | 01-ESTATUTARIO       |
| 309 | 191766-8 | MARIA IRENILMA<br>GONCALVES DO<br>NASCIMENTO | 903-SUPER DE MERENDA DE UND ESCOLAR DAS-<br>10  | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS               | 05-C.<br>COMISSONADO |
| 310 | 075466-8 | MARIA JANE<br>CORREIA LIMA                   | 059-MERENDEIRO(A)                               | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL<br>I | 01-ESTATUTARIO       |
| 311 | 190459-0 | MARIA JOANIA DE<br>SOUSA                     | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-<br>10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS               | 05-C.<br>COMISSONADO |
| 312 | 191541-0 | MARIA JOSE DA<br>ROCHA                       | 903-SUPER DE MERENDA DE UND ESCOLAR DAS-<br>10  | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS               | 05-C.<br>COMISSONADO |
| 313 | 191565-7 | MARIA JOSIANE<br>DIAS DOS SANTOS             | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-<br>10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS               | 05-C.<br>COMISSONADO |
| 314 | 190687-9 | MARIA LEDA DOS<br>SANTOS<br>ASSUNCAO         | 903-SUPER DE MERENDA DE UND ESCOLAR DAS-<br>10  | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS               | 05-C.<br>COMISSONADO |
| 315 | 191558-4 | MARIA LIENE<br>RAMOS DOS<br>SANTOS           | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-<br>10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS               | 05-C.<br>COMISSONADO |
| 316 | 191737-4 | MARIA LUCI<br>FARIAS DA SILVA                | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-<br>10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS               | 05-C.<br>COMISSONADO |
| 317 | 140188-2 | MARIA LUCIA DE<br>SOUSA PEIXOTO              | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                        | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL<br>I | 01-ESTATUTARIO       |
| 318 | 154307-5 | MARIA MARLY<br>LIMA SOARES                   | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                        | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL<br>I | 01-ESTATUTARIO       |
| 319 | 191612-2 | MARIA MARTA<br>CARVALHO DA<br>SILVA          | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-<br>10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS               | 05-C.<br>COMISSONADO |



|     |          |                                    |   |   |                   |
|-----|----------|------------------------------------|---|---|-------------------|
| 320 | 190684-4 | MARIA MAURA DA SILVA QUEIROZ       | 903-SUPER DE MERENDA DE UND ESCOLAR DAS-10  | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSONADO |
| 321 | 190546-5 | MARIA MILTANISA DE QUEIROZ BEZERRA | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSONADO |
| 322 | 190991-6 | MARIA PERES DA SILVA MORAIS        | 903-SUPER DE MERENDA DE UND ESCOLAR DAS-10  | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSONADO |
| 323 | 190839-1 | MARIA ROSALIA DOS SANTOS           | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSONADO |
| 324 | 111027-6 | MARIA ROSEANE FREITAS DA SILVA     | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.112-FUNDEB 70% SER GERAIS- PRE ESCOLA     | 01-ESTATUTARIO    |
| 325 | 075475-7 | MARIA ROSINEIDE DA SILVA DOS ANJOS | 059-MERENDEIRO(A)                           | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I | 01-ESTATUTARIO    |
| 326 | 075463-3 | MARIA SILVANA DE ARAUJO FERREIRA   | 059-MERENDEIRO(A)                           | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I | 01-ESTATUTARIO    |
| 327 | 144721-1 | MARIA SOARES SABINO                | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I | 01-ESTATUTARIO    |
| 328 | 191494-4 | MARIA SOCORRO DE AQUINO            | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSONADO |
| 329 | 190639-9 | MARIA SOLANGE SILVA ASSUNCAO       | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSONADO |
| 330 | 191557-6 | MARIA SOLIARIA DE SOUZA LOPES LIMA | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSONADO |
| 331 | 191642-4 | MARIA TEREZA GUIMARAES RIBEIRO     | 903-SUPER DE MERENDA DE UND ESCOLAR DAS-10  | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSONADO |
| 332 | 075473-0 | MARIA VALDELICE GOMES DA SILVA     | 059-MERENDEIRO(A)                           | 010.112-FUNDEB 70% SER GERAIS- PRE ESCOLA     | 01-ESTATUTARIO    |
| 333 | 190996-7 | MARIA VALDENE MOREIRA              | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSONADO |

|     |          |                                   |   |   |                    |
|-----|----------|-----------------------------------|---|---|--------------------|
| 334 | 110629-5 | MARIA VALDILEIDE CAETANO DA CUNHA | 059-MERENDEIRO(A)                           | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I | 01-ESTATUTARIO     |
| 335 | 190600-3 | MARIA VALERIA LOPES DA SILVA      | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSIONADO |
| 336 | 144410-7 | MARIA VALNEIDE BORGES DA SILVA    | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I | 01-ESTATUTARIO     |
| 337 | 075472-2 | MARIA VILANIR RAMOS PEREIRA       | 059-MERENDEIRO(A)                           | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I | 01-ESTATUTARIO     |
| 338 | 192595-4 | MARIANA DOS SANTOS LIMA           | 903-SUPER DE MERENDA DE UND ESCOLAR DAS-10  | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSIONADO |
| 339 | 075477-3 | MARILENE DOS SANTOS FERREIRA      | 059-MERENDEIRO(A)                           | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I | 01-ESTATUTARIO     |
| 340 | 075484-6 | MARILIA DA COSTA                  | 059-MERENDEIRO(A)                           | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I | 01-ESTATUTARIO     |
| 341 | 145039-5 | MARLENE COSTA DE ARAUJO           | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.104-FUNBED 70% SER GERAIS - CRECHE        | 01-ESTATUTARIO     |
| 342 | 190604-6 | MARLENE ESTEVAO RIBEIRO DA SILVA  | 903-SUPER DE MERENDA DE UND ESCOLAR DAS-10  | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSIONADO |
| 343 | 191728-5 | MARLI RODRIGUES DA SILVA          | 903-SUPER DE MERENDA DE UND ESCOLAR DAS-10  | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSIONADO |
| 344 | 110473-0 | MARTA BEZERRA OLIVEIRA            | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I | 01-ESTATUTARIO     |
| 345 | 075462-5 | MARTA MARIA DA SILVA              | 059-MERENDEIRO(A)                           | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I | 01-ESTATUTARIO     |
| 346 | 190547-3 | MARYLANE LUZ SILVA                | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSIONADO |
| 347 | 190611-9 | MAYARA PEREIRA DA SILVA           | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSIONADO |
| 348 | 190950-9 | MEIRE CELIA DO NASCIMENTO LUZ     | 903-SUPER DE MERENDA DE UND ESCOLAR DAS-10  | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSIONADO |



|     |          |                                    |   |  |                    |
|-----|----------|------------------------------------|---|--|--------------------|
| 349 | 140231-5 | MESSIAS PEREIRA DA SILVA           | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.114-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL II | 01-ESTATUTARIO     |
| 350 | 191540-1 | MICAELI AVELINO CORREIA            | 903-SUPER DE MERENDA DE UND ESCOLAR DAS-10  | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS             | 05-C. COMISSIONADO |
| 351 | 144951-6 | MICHELE FERREIRA MONTEIRO          | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I  | 01-ESTATUTARIO     |
| 352 | 120047-0 | MILCA MAIA DE FREITAS              | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I  | 01-ESTATUTARIO     |
| 353 | 154238-9 | MONICA MARIA DE LIMA DA SILVA      | 059-MERENDEIRO(A)                           | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I  | 01-ESTATUTARIO     |
| 354 | 110469-1 | NAILDA BIZERRA DE MELO COLARES     | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I  | 01-ESTATUTARIO     |
| 355 | 191735-8 | NARLIANE FREITAS DA SILVA          | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS             | 05-C. COMISSIONADO |
| 356 | 154305-9 | NEUZA MARIA DE ANDRADE MATOS       | 059-MERENDEIRO(A)                           | 010.120-SERVIDORES A DISPOSICAO (10%)          | 01-ESTATUTARIO     |
| 357 | 144457-3 | NILZETE ALEXANDRE PORTELA          | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I  | 01-ESTATUTARIO     |
| 358 | 176422-5 | NOELIA ASSUNCAO NUNES              | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I  | 01-ESTATUTARIO     |
| 359 | 190551-1 | OSMILDO MONTEIRO DA COSTA FILHO    | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS             | 05-C. COMISSIONADO |
| 360 | 111022-5 | OSNY VIDAL CASTELO BRANCO          | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.118-ENSINO INFANTIL 70% SERV.GERAIS        | 01-ESTATUTARIO     |
| 361 | 190532-5 | OZANA FERREIRA DE QUEIROZ QUINAHAR | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS             | 05-C. COMISSIONADO |
| 362 | 191729-3 | PATRICIA FERREIRA DA SILVA         | 903-SUPER DE MERENDA DE UND ESCOLAR DAS-10  | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS             | 05-C. COMISSIONADO |
| 363 | 190627-5 | PATRICIA PEREIRA ALVES             | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS             | 05-C. COMISSIONADO |

|     |          |                                     |   |   |                    |
|-----|----------|-------------------------------------|---|---|--------------------|
| 364 | 176886-7 | PAULA KARINE PEREIRA DA COSTA SILVA | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I | 01-ESTATUTARIO     |
| 365 | 110472-1 | RAFAELA DE MOURA TEIXEIRA           | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I | 01-ESTATUTARIO     |
| 366 | 191614-9 | RAIMUNDA CLEONILDA LIMA SANTOS      | 903-SUPER DE MERENDA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSIONADO |
| 367 | 190673-9 | RAIMUNDA COSTA DE LIMA              | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSIONADO |
| 368 | 191006-0 | RAIMUNDA DANIELE PEREIRA            | 903-SUPER DE MERENDA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSIONADO |
| 369 | 140221-8 | RAIMUNDA ELIANE ARAUJO DE OLIVEIRA  | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I | 01-ESTATUTARIO     |
| 370 | 176635-0 | RAIMUNDA VIRGINIO DA CONCEICAO      | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.118-ENSINO INFANTIL 70% SERV.GERAIS       | 01-ESTATUTARIO     |
| 371 | 191785-4 | RAIMUNDO FRANCISCO DA SILVA         | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSIONADO |
| 372 | 110925-1 | RAIMUNDO NONATO CAVALCANTE DA SILVA | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I | 01-ESTATUTARIO     |
| 373 | 191554-1 | RAYSSA SALES FERREIRA               | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSIONADO |
| 374 | 191550-9 | REGILANE DOS ANJOS ALVES            | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSIONADO |
| 375 | 190951-7 | REGINA CELIA VICTOR LOPES           | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSIONADO |
| 376 | 097220-7 | REGINA LUCIA ELEUTERIO              | 059-MERENDEIRO(A)                           | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I | 01-ESTATUTARIO     |

Praca das Flores - Rua Francisco Câmara, 332, Centro - Aquiraz-CE | CEP 61.700-000

☎ 85 4062.8090

✉ educacao@aquiraz.ce.gov.br

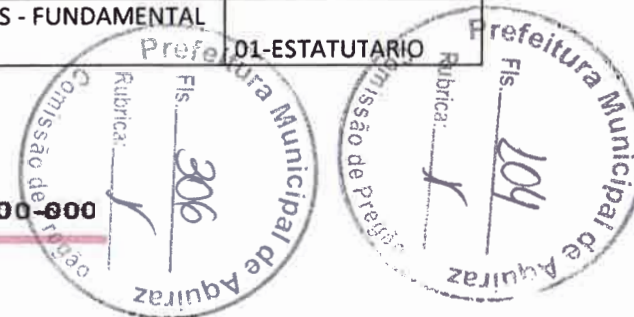
🌐 www.aquiraz.ce.gov.br





|     |          |                               |   |   |                    |
|-----|----------|-------------------------------|---|---|--------------------|
| 377 | 191552-5 | REGINA MARIA DA SILVA SOUSA   | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSIONADO |
| 378 | 191795-1 | REGINA MARIA HOFFMAM DA SILVA | 903-SUPER DE MERENDA DE UND ESCOLAR DAS-10  | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSIONADO |
| 379 | 145092-1 | REJANE BERNARDO TAVARES FROTA | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I | 01-ESTATUTARIO     |
| 380 | 111024-1 | REJANE CASTRO OLIVEIRA        | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I | 01-ESTATUTARIO     |
| 381 | 147195-3 | RITA DE CASSIA BENICIO        | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.104-FUNBED 70% SER GERAIS - CRECHE        | 01-ESTATUTARIO     |
| 382 | 147118-0 | ROBERTA MARIA DA SILVA FELIX  | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.112-FUNDEB 70% SER GERAIS- PRE ESCOLA     | 01-ESTATUTARIO     |
| 383 | 190554-6 | ROSANGELA INACIO DA SILVA     | 903-SUPER DE MERENDA DE UND ESCOLAR DAS-10  | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSIONADO |
| 384 | 154246-0 | ROSANGELA PEREIRA FALCAO      | 059-MERENDEIRO(A)                           | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I | 01-ESTATUTARIO     |
| 385 | 100181-7 | ROSEANE DA SILVA MIRANDA      | 059-MERENDEIRO(A)                           | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I | 01-ESTATUTARIO     |
| 386 | 191793-5 | ROSEANE FERREIRA DE LIMA      | 903-SUPER DE MERENDA DE UND ESCOLAR DAS-10  | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSIONADO |
| 387 | 154437-3 | ROSELIANE CASTRO DE ALMEIDA   | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I | 01-ESTATUTARIO     |
| 388 | 191491-0 | ROSILEUDA MONTEIRO COELHO     | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSIONADO |
| 389 | 176637-6 | ROSIMARY SOARES SABINO        | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I | 01-ESTATUTARIO     |
| 390 | 190997-5 | ROSIMEIRY FEITOSA SOUSA       | 903-SUPER DE MERENDA DE UND ESCOLAR DAS-10  | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSIONADO |

|     |          |                                      |   |   |                    |
|-----|----------|--------------------------------------|---|---|--------------------|
| 391 | 191772-2 | RUTE COSMO MOURA                     | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSIONADO |
| 392 | 140629-9 | SAMIA PATRICIA NOGUEIRA              | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I | 01-ESTATUTARIO     |
| 393 | 176115-3 | SAMIR JORGE ROCHA ARAUJO             | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.120-SERVIDORES A DISPOSICAO (10%)         | 01-ESTATUTARIO     |
| 394 | 190549-0 | SANDRA LUCIA PIRES DE SOUSA          | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSIONADO |
| 395 | 144764-5 | SANDRA LUCIA SILVA LIMA DAMASCENO    | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I | 01-ESTATUTARIO     |
| 396 | 100177-9 | SANDRA MARA FREITAS DA COSTA         | 059-MERENDEIRO(A)                           | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I | 01-ESTATUTARIO     |
| 397 | 191724-2 | SANDRA MARIA SOARES DE CASTRO        | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSIONADO |
| 398 | 147119-8 | SANDRA SINAREGA DOS SANTOS           | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.112-FUNDEB 70% SER GERAIS- PRE ESCOLA     | 01-ESTATUTARIO     |
| 399 | 144516-2 | SANDRILENE SILVA TAVARES             | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I | 01-ESTATUTARIO     |
| 400 | 147199-6 | SARAH MARIA NOGUEIRA DE SOUSA        | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I | 01-ESTATUTARIO     |
| 401 | 190998-3 | SILVANIA RODRIGUES DA COSTA DE SOUSA | 903-SUPER DE MERENDA DE UND ESCOLAR DAS-10  | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSIONADO |
| 402 | 111026-8 | SOLINETE DE OLIVEIRA FALCAO          | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.118-ENSINO INFANTIL 70% SERV.GERAIS       | 01-ESTATUTARIO     |
| 403 | 120097-6 | SUZANNE LIMA ALBANO                  | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I | 01-ESTATUTARIO     |
| 404 | 110737-2 | SUZIANE LIMA ALBANO                  | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I | 01-ESTATUTARIO     |





|     |          |                                      |   |   |                    |
|-----|----------|--------------------------------------|---|---|--------------------|
| 405 | 120051-8 | SYLMARA DA SILVA DE SOUSA            | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I | 01-ESTATUTARIO     |
| 406 | 190689-5 | TAISMENIA CRISTINA MARTINS LOPES     | 903-SUPER DE MERENDA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSIONADO |
| 407 | 191791-9 | TAISSA LEMOS DA SILVA                | 903-SUPER DE MERENDA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSIONADO |
| 408 | 190706-9 | TALIANE SILVA FALCAO MELO            | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSIONADO |
| 409 | 190690-9 | TAMIA CRISTINA MARTINS LOPES         | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSIONADO |
| 410 | 190691-7 | THAIS NUNES MONTEIRO                 | 903-SUPER DE MERENDA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSIONADO |
| 411 | 144411-5 | THAMIRES NUNES DE SOUSA              | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I | 01-ESTATUTARIO     |
| 412 | 176417-9 | THAYTA LOURELI BATISTA DE ABREU      | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.112-FUNDEB 70% SER GERAIS- PRE ESCOLA     | 01-ESTATUTARIO     |
| 413 | 176602-3 | VALDA FERREIRA DE SOUSA              | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I | 01-ESTATUTARIO     |
| 414 | 191781-1 | VALDENIA MARQUES DA SILVA NASCIMENTO | 903-SUPER DE MERENDA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSIONADO |
| 415 | 111028-4 | VALDIANA DA SILVA RODRIGUES SOUZA    | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I | 01-ESTATUTARIO     |
| 416 | 075481-1 | VALERIA ALMEIDA DE LIMA              | 059-MERENDEIRO(A)                           | 010.104-FUNBED 70% SER GERAIS - CRECHE        | 01-ESTATUTARIO     |
| 417 | 190533-3 | VALERIANA JANUARIO DA SILVA          | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSIONADO |

|     |          |                                     |   |   |                   |
|-----|----------|-------------------------------------|---|---|-------------------|
| 418 | 191770-6 | VANDA RODRIGUES DOS SANTOS VITORINO | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSONADO |
| 419 | 190692-5 | VANEZIA FERREIRA DE SENA            | 903-SUPER DE MERENDA DE UND ESCOLAR DAS-10  | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSONADO |
| 420 | 191732-3 | VANIA RAMOS LIMA                    | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSONADO |
| 421 | 190652-6 | VANIA RODRIGUES DA SILVA            | 903-SUPER DE MERENDA DE UND ESCOLAR DAS-10  | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSONADO |
| 422 | 190467-1 | VERA LUCIA ALBINO DA SILVA          | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSONADO |
| 423 | 154451-9 | VERA LUCIA DA SILVA                 | 059-MERENDEIRO(A)                           | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I | 01-ESTATUTARIO    |
| 424 | 097658-0 | VERA LUCIA DOS SANTOS LIMA          | 059-MERENDEIRO(A)                           | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I | 01-ESTATUTARIO    |
| 425 | 154231-1 | VERA LUCIA FURTADO DE ARAUJO        | 059-MERENDEIRO(A)                           | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I | 01-ESTATUTARIO    |
| 426 | 140709-0 | VERA LUCIA OLIVEIRA DA SILVA        | 030-AUXILIAR DE SERVICOS                    | 010.112-FUNDEB 70% SER GERAIS- PRE ESCOLA     | 01-ESTATUTARIO    |
| 427 | 075459-5 | VERA LUCIA SOARES DA SILVA          | 059-MERENDEIRO(A)                           | 010.113-FUNDEB 70% SER GERAIS - FUNDAMENTAL I | 01-ESTATUTARIO    |
| 428 | 190693-3 | VERA MARIA DE SOUZA SILVA           | 903-SUPER DE MERENDA DE UND ESCOLAR DAS-10  | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSONADO |
| 429 | 191538-0 | VIVIANE DO NASCIMENTO PAZ           | 903-SUPER DE MERENDA DE UND ESCOLAR DAS-10  | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSONADO |
| 430 | 190535-0 | VIVIANE LIMA COSTA                  | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSONADO |
| 431 | 191768-4 | WALTER JULIO OLIVEIRA SILVA         | 904-SUPER DE LIMPEZA DE UNID ESCOLAR DAS-10 | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSONADO |
| 432 | 192548-2 | WILIANE DA SILVA FERREIRA           | 903-SUPER DE MERENDA DE UND ESCOLAR DAS-10  | 010.141-FUNDEB 70% - COMISSIONADOS            | 05-C. COMISSONADO |





PREFEITURA DE  
**AQUIRAZ**  
CUIDANDO DA NOSSA GENTE



AVENTAL



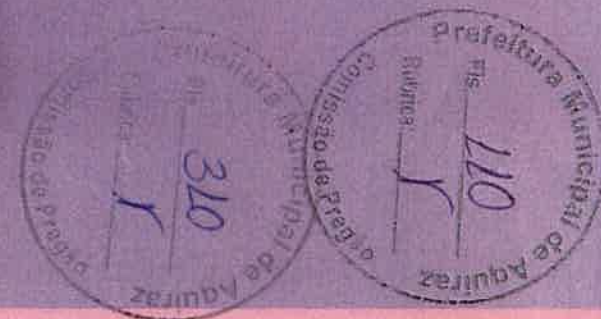




PREFEITURA DE  
**AQUIRAZ**  
CUIDANDO DA NOSSA GENTE



PREFEITURA DE  
**AQUIRAZ**  
CUIDANDO DA NOSSA GENTE



TOALHA DE ROSTO



**TERMO DE REFERÊNCIA**

**Nº 2026.03.10.01 - TR.**

**1. INTRODUÇÃO**

**1.1. Objetivo**

Este Termo de Referência tem por finalidade fornecer elementos necessários e suficientes, os quais, baseados nos dados constantes dos estudos técnicos preliminares acostados aos autos, servirão para realização de procedimento administrativo, cujas especificações técnicas e demais condições encontram-se detalhados no presente documento, conforme disposto nos arts. 6º, incs. X, XIII e XXIII, 18, 23, 40, 41 e 82, da Lei nº 14.133/2021, regulamentado pelo Decreto nº 052/2023 de 06 de julho de 2023.

**2.2. Integram o presente Termo de Referência como se nele estivessem escritos, os seguintes documentos:**

- I) Definição dos Lotes/Itens e especificações dos produtos;
- II) Relação dos documentos de habilitação para o procedimento; e
- III) Layout.



**2. INFORMAÇÕES PRIMÁRIAS, EXPOSIÇÃO DE NECESSIDADE, DETALHAMENTO E PLANEJAMENTO DO OBJETO.**

**2.1. Órgão interessado:**

Secretaria de Educação

**2.2. Objeto:**

Registro de preços para aquisição de equipamentos de proteção individual para utilização dos servidores na limpeza e higienização, de interesse da Secretaria de Educação de Aquiraz - CE.

**2.3. Justificativa:**

A justificativa da necessidade do objeto e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico constante dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, anexo ao presente documento.

**2.4. Do Plano de Contratação Anual - PCA:**

**Número do Plano de Contratação Anual – PCA 2026:** A DFD que embasam a presente solicitação foram extraídas do Plano de Contratação Anual – PCA para o exercício de 2026 de n. 29987149000198-0-000001/2026 – LINK: <https://pncp.gov.br/app/pca/29987149000198/2026>

**Documento de Formalização da Demanda - DFD relacionada ao objeto:** A presente solicitação foi confeccionada com base na DFD de n.º 26.02.23.054-02, constantes do Plano de Contratação Anual – PCA.

**2.5. Descrição da solução como um todo considerado o ciclo de vida do objeto e especificação do produto:**

A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico constante dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, anexo ao presente procedimento administrativo.

### 3. DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, DOS RECURSOS FINANCEIROS E ESTIMATIVA DA DESPESA

3.1. Não há classificação orçamentária para o presente objeto, haja vista se tratar de procedimento mediante Sistema de Registro de Preços – SRP, onde a finalidade primária é a fixação dos preços pelo período de registro. Por sua vez, a fixação de créditos orçamentários se dará quando do momento específico da contratação.

#### 3.2. Valor global estimado:

R\$ 2.203.856,50 (dois milhões, duzentos e três mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e cinquenta centavos).

#### 3.3. Metodologia do orçamento:

Orçamento baseado em pesquisas de preços realizadas pelo Setor de Compras do município, conforme Mapa comparativo de preços em anexo aos autos.

### 4. REQUISITOS GERAIS DA CONTRATAÇÃO.

#### 4.1. Sustentabilidade:

4.1.1. Os critérios de sustentabilidade serão aqueles que, eventualmente, estarão descritos na descrição da especificação dos itens do objeto, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis. No mais, o município ainda não dispõe de norma própria correspondente a tal temática, limitando-se tais exigências a construção das especificações, quando for o caso e ou as rotinas de fiscalização e padrões de desempenho, as quais analisarão tais requisitos, quando exigidos.

#### 4.2. Da exigência de amostra:

4.2.1. A justificativa para fins de exigência de amostras é aquela constante do Estudo Técnico Preliminar - ETP.

#### 4.2.2. Procedimentos:

4.2.2.1. Ultrapassada a fase de lances, a pregoeira comunicará aos participantes quanto a abertura da fase de apresentação de amostras, onde, os licitantes declarados provisoriamente vencedores deverão apresentar 01 (uma) amostra dos itens abaixo:

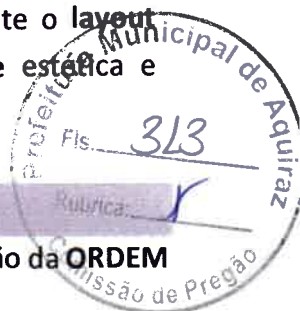
**ITEM 2 AVENTAL DE NAPA BAGUM DO LOTE 01 – EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI's) PARA SERVIDORES DA LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO,**

**ITEM 4 TOALHA DO LOTE 02 – MATERIAIS DE HIGIENE E CONSUMÍVEIS PARA LIMPEZA E ASSEPSIA**



**ITEM 1 SAPATO ANTIDERRAPANTE PROFISSIONAL EMBORRACHADO PARA TRABALHO EPI DO**  
**LOTE 03 – CALÇADOS DE SEGURANÇA TIPO SAPATO OCUPACIONAL ANTIDERRAPANTE (EPI),**  
conforme especificações abaixo, sob pena de desclassificação:

- Os produtos deverão atender integralmente às especificações constantes no campo “ESPECIFICAÇÃO” da tabela descritiva constante do Termo de Referência, observando rigorosamente os padrões de qualidade, durabilidade e segurança aplicáveis.
- O design do **Item 2 do Lote 01 – Avental de Napa Bagum** deverá contemplar integralmente o **layout constante no anexo** que acompanha esta peça, garantindo conformidade estética e funcional conforme o modelo definido pela Administração.
- O design do **Item 4 do Lote 02 – TOALHA** deverá contemplar integralmente o **layout constante no anexo** que acompanha esta peça, garantindo conformidade estética e funcional conforme o modelo definido pela Administração.



## **5. DAS CONDIÇÕES E PRAZOS DE ENTREGA/FORNECIMENTO**

**5.1.** Os produtos deverão ser entregues em até **10 (DEZ) DIAS ÚTEIS**, a contar da emissão da **ORDEM DE COMPRA/AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO/NOTA DE EMPENHO**.

**5.2.** Os produtos deverão ser entregues nas Unidades Escolares ou nos locais determinados pela **CONTRATANTE**.

**5.3.** A demanda correspondente a **ORDEM DE COMPRA/AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO/NOTA DE EMPENHO** deverá ser entregue de forma parcelada.

**5.1.1.** Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 03 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

## **6. FORMA DE PAGAMENTO**

### **6.1. Forma de pagamento**

**6.1.1.** O Pagamento será efetuado na proporção de entrega dos produtos, em até **30 (trinta) dias** após a emissão da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, mediante a constatação da entrega definitiva, através de atesto do recebimento dos produtos e o encaminhamento da documentação necessária, observada todas as disposições pactuadas, bem como, a ordem cronológica de pagamentos.

**6.1.2.** Para fins de instrução dos procedimentos de pagamento, além dos documentos citados no subitem anterior, o fornecedor deverá enviar obrigatoriamente a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, constante da seguinte documentação:

- a) Nota Fiscal/fatura discriminativa, em via única, devidamente atestada pelo gestor do contrato;
- b) Prova de Regularidade relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, inclusive em relação as contribuições sociais;
- c) Prova de Regularidade relativa a Fazenda Estadual;



- d) Prova de Regularidade relativa a Fazenda Municipal;
- e) Prova de Regularidade relativa ao FGTS;
- f) Prova de Regularidade relativa à Justiça do trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT).

**6.1.3.**O setor competente quanto aos pagamentos realizará a consulta dos documentos apresentados por meio de verificação on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

**6.1.4.**A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

**6.1.4.1.** verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

**6.1.4.2.** identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

**6.1.5.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

**6.1.6.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**6.1.7.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**6.1.8.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

**6.1.9.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**6.1.10.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**6.1.11.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**6.1.12.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.





## 7. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

7.1. O contrato produzirá seus jurídicos e legais efeitos a partir de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP e vigorará até 31 de dezembro, prorrogável na forma do artigo 106 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 8. REQUISITOS ESPECÍFICOS DO PROCEDIMENTO

### 8.1. Da forma de apresentação das propostas

8.1.1. Na proposta de preços deverá constar as especificações detalhadas do item, quantidade solicitada, marca, o valor unitário e total, já considerando todas as despesas, tributos, impostos, taxas, encargos e demais despesas que incidam direta ou indiretamente sobre os produtos, mesmo que não estejam registrados neste documento.

8.1.2. A licitante deverá garantir a entrega dos itens sem qualquer defeito de fabricação, e se caso constatado alguma imperfeição, terão os itens devolvidos e a licitante submetida às penalidades da Lei, além do registro da falha no Cadastro de Fornecedores Municipais.

8.1.3. Será considerada vencedora a licitante cuja proposta contenha o **MENOR PREÇO POR LOTE**, desde que atenda as exigências contidas neste Termo de Referência.

## 9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de fornecimento será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

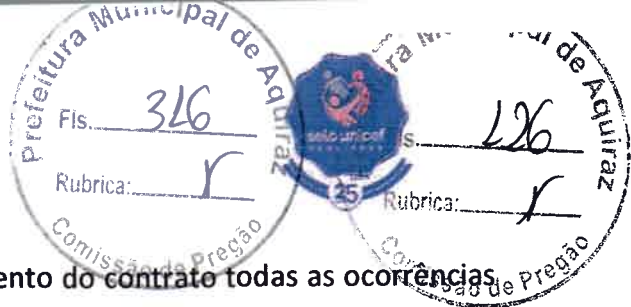
9.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

9.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

9.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.



**9.8.** O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º).

**9.9.** Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

**9.10.** O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

**9.11.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

**9.12.** O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

**9.13.** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

**9.14.** Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

**9.15.** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de compra/nota de empenho, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

**9.16.** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

**9.17.** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

**9.18.** O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

**9.19.** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.



**9.20.** O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

**9.21.** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

## **10. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES:**

**10.1.** As partes se obrigam reciprocamente a cumprir integralmente as disposições do instrumento convocatório da Lei Nº. 14.133.

**10.2.** São obrigações do contratante, nos termos do art. 92, X, XI e XIV da Lei Federal n.º 14.133/21:

**10.2.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos.

**10.2.2.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

**10.2.3.** Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

**10.2.4.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.

**10.2.5.** Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.

**10.2.6.** Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato.

**10.2.7.** Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato.

**10.2.8.** Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.

**10.2.9.** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

**10.2.10.** A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, nos termos do art. 123, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021 e o art. 28, do Decreto n.º 11.246, de 2022, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

**10.2.11.** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 01 (um) mês, nos termos do art. 123, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021.

**10.2.12.** Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

**10.2.13.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**10.2.14.** Indicar o local e horário em que deverão ser entregues os produtos/materiais/equipamentos.

**10.2.15.** Permitir ao pessoal da CONTRATADA acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança.

**10.3. São obrigações do contratado, nos termos do art. 92, XIV, XVI e XVII da Lei Federal n.º 14.133/21:**

**10.3.1.** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

a) Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, se for o caso.

b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

c) Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

d) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

e) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

f) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

g) Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.



- h) Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.
- i) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- j) Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- k) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.
- l) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- m) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- n) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- o) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- p) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.
- q) Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.
- r) Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, se for o caso, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato.
- s) Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- t) Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- u) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.



v) Assinar e devolver a ordem de compra ao Município de Aquiraz/CE no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da data do seu recebimento.

w) Entregar os itens licitados no prazo máximo estabelecido no termo de referência, contados do recebimento da ordem de compra, nos locais determinados pelo órgão solicitante, observando rigorosamente as especificações contidas no termo de referência, nos anexos e disposições constantes de sua proposta de preços, assumindo a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, em decorrência da celebração do contrato.

x) A reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

y) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

z) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no fornecimento, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do art. 125º da Lei n.º 14.133/21.

aa) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município de Aquiraz/CE, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao mesmo, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato.

bb) No caso de constatação da inadequação do objeto licitado às normas e exigências especificadas no termo de referência, no edital ou na proposta de preços da CONTRATADA, a CONTRATANTE os recusará, devendo no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas ser adequados às supracitadas condições.

## **11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

**11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o licitante/adjudicatário que, com dolo ou culpa:**

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

b) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

b.1) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

b.2) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

b.3) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

b.4) deixar de apresentar amostra;

b.5) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;



- c) não celebrar ata de registro de preços e o contrato ou não entregar a documentação exigida para a assinatura de tais instrumentos, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- d) recusar-se, sem justificativa, a assinar a ata de registro de preço ou contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- e) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- f) fraudar a licitação;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- h) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- i) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- j) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

**11.1.1.** Serão aplicadas ao licitante/adjudicatário que incorrer nas infrações acima descritas, garantida a defesa prévia, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar e
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**11.1.2.** Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
- b) as peculiaridades do caso concreto
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**11.1.3.** Para fins de dosimetria e cálculo das penalidades acima impostas, estas tomarão como base os parâmetros delineados no tópico a seguir.

**11.2. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que, com dolo ou culpa:**

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**11.2.1.** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**d) Multa:**

**d.1)** Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

**d.2)** Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

**11.2.2.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

**11.2.3.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**11.2.4.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 05 (CINCO) DIAS úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

**11.2.5.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**11.2.6.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**11.2.7.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**11.2.8.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;





- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**11.2.9.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

**11.2.10.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

**11.2.11.** O Contratante deverá, no prazo máximo 05 (CINCO) DIAS úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

**11.2.12.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

**11.2.13.** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

## **12. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

**12.1.** O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

**12.1.1.** O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

**12.1.2.** A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

**12.1.3.** Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.



**12.2.** O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**12.2.1.** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**12.2.2.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**12.2.2.1.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**12.3.** O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

**12.3.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**12.3.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**12.3.3.** Indenizações e multas.

**12.4.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

**12.5.** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.



### **13. DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

**13.1.** Os casos omissos serão decididos pelo (s) órgão (s) demandante (s), segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, nos regulamentos e normas locais específicas, nas normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, pelas normas e princípios gerais em Direito Admitidas.

Aquiraz – CE, 10 de março de 2026.

  
Carlos Robson Soares Leite  
Secretário de Educação  
PREFEITURA MUNICIPAL DE AQIRAZ



**ANEXO I**

**DEFINIÇÃO DOS LOTES/ITENS E ESPECIFICAÇÕES DOS PRODUTOS**

A estimativa das quantidades necessárias à presente contratação foi elaborada com base em levantamento técnico realizado pela Secretaria Municipal de Educação de Aquiraz, considerando a natureza das atividades desempenhadas pelos servidores responsáveis pelos serviços de limpeza e higienização nas unidades escolares e prédios administrativos da rede municipal de ensino.

Para o dimensionamento da demanda foram considerados, entre outros fatores:

- O quantitativo estimado de 434 servidores que desempenham atividades de limpeza, conservação e higienização nas unidades educacionais;
- A frequência de utilização e reposição dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI's), em razão do desgaste natural decorrente do uso contínuo;
- O consumo médio histórico de materiais de higiene e assepsia utilizados nas rotinas de limpeza das unidades escolares;
- A previsão de atendimento da demanda para os exercícios de 2026 e 2027, garantindo continuidade no fornecimento dos insumos necessários;
- A necessidade de manutenção de estoque de segurança, visando evitar desabastecimento e interrupção das atividades operacionais;

A metodologia adotada buscou garantir que os quantitativos estimados sejam compatíveis com a realidade operacional da rede municipal de ensino, permitindo o adequado atendimento das necessidades administrativas ao longo do período de vigência da futura Ata de Registro de Preços.

| LOTE 01 – EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI's) PARA SERVIDORES DA LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO |            |                     |  |         |        |                |                |
|---|------------|---------------------|--|---------|--------|----------------|----------------|
| ITEM  | ID DO ITEM | CÓDIGO CLASSE/GRUPO | ESPECIFICAÇÃO  | UNIDADE | QUANT. | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL    |
| 1   | 15118      | 4240                | ÓCULOS DE PROTEÇÃO INCOLOR SEGURANÇA EPI - ESPECIFICAÇÃO: ÓCULOS DE SEGURANÇA CONFECCIONADO EM POLICARBONATO ÓPTICO, COM TRATAMENTO ANTIRISCO, HASTES COM COMPRIMENTO REGULÁVEL, FILTRA RAIOS UVA E UVB. | UNIDADE | 3.000  | R\$ 11,77      | R\$ 35.310,00  |
| 2   | 15114      | 8465                | AVENTAL DE NAPA BAGUM - ESPECIFICAÇÃO: COR LARANJA, COM BAINHAS COSTURADAS COM 1CM, VIRADAS 1 VEZ. COLOCAÇÃO DE DEBRUM DE BRIM, 100% ALGODÃO DE  | UNIDADE | 6.000  | R\$ 42,67      | R\$ 256.020,00 |



|   |       |      |  |         |        |          |               |
|---|-------|------|--|---------|--------|----------|---------------|
|   |       |      | 1CM, (COLOCADO) EM TODA A EXTENSÃO DA CAVA DO AVENTAL, SENDO QUE NA PARTE SUPERIOR FICA 42CM PARA AMARRAÇÃO DO PESCOÇO E NA PARTE INFERIOR 57CM, PARA AMARRAÇÃO DA CINTURA. TODAS AS COSTURAS DEVEM SER REALIZADAS COM A LINHA DA COR DO TECIDO. O AVENTAL DEVERÁ TER A LOGOMARCA DO MUNICÍPIO NAS CORES ORIGINAL, EM ETIQUETA TAFETÁ ALTA DEFINIÇÃO, CONTORNADA BORDADA COMPUTADORIZADA, MEDINDO ALTURA DE 7,6CM X 8CM. A PEÇA DEVERÁ ESTAR LIMPA, ISENTA DE QUALQUER DEFEITO QUE COMPROMETA SUA APRESENTAÇÃO. AS INFORMAÇÕES DE CNPJ, INSTRUÇÃO DE LAVAGEM, COMPOSIÇÃO, TAMANHO E NOME DA EMPRESA. CONFORME LAYOUT EM ANEXO. |         |        |          |               |
| 3 | 15117 | 7099 | <b>MASCARA<br/>DESCARTÁVEL COM<br/>VÁLVULA AZUL<br/>ELÁSTICO NUCA</b> -<br>ESPECIFICAÇÃO:<br>MÁSCARA<br>DESCARTÁVEL CLASSE<br>PFF2, MODELO<br>DOBRÁVEL, OFERECE<br>PROTEÇÃO CONTRA<br>POEIRAS, NEVOAS NÃO<br>OLEOSAS E FUMOS,<br>POSSUI VÁLVULA DE<br>EXALAÇÃO QUE<br>FACILITA A EXALAÇÃO E<br>REDUZ O CALOR DO<br>RESPIRADOR, COM<br>ELÁSTICO QUE   | UNIDADE | 18.000 | R\$ 4,73 | R\$ 85.140,00 |







|                            |       |      |  |       |        |           |                       |  |
|----------------------------|-------|------|--|-------|--------|-----------|-----------------------|--|
|                            |       |      | PROPORCIONAM MELHOR AJUSTE.  |       |        |           |                       |  |
| 4                          | 15116 | 7099 | <b>LUVA LÁTEX MULTIUSO LIMPEZA GERAL</b> - ESPECIFICAÇÃO: LUVA CONFECCIONADA EM LATEX NATURAL, FORRADA INTERNAMENTE COM FLOCOS DE ALGODÃO, ANTIDERRAPANTE NA PALMA, FACE PALMAR NOS DEDOS, ACABAMENTO DO PUNHO EM VIOLA. | PAR   | 30.000 | R\$ 7,31  | R\$ 219.300,00        |  |
| 5                          | 15125 | 7099 | <b>TOUCA DESCARTÁVEL</b> - ESPECIFICAÇÃO: TOUCA DESCARTÁVEL EM TNT, TAMANHO ÚNICO SANFONADA, COM ELÁSTICO, COR BRANCA, PACOTE COM 100 UNIDADES.  | CAIXA | 600    | R\$ 23,67 | R\$ 14.202,00         |  |
| <b>VALOR TOTAL DO LOTE</b> |       |      |  |       |        |           | <b>R\$ 609.972,00</b> |  |

**LOTE 02 – MATERIAIS DE HIGIENE E CONSUMÍVEIS PARA LIMPEZA E ASSEPSIA**

| ITEM | ID DO ITEM | CÓDIGO CLASSE/GRUPO | ESPECIFICAÇÃO   | UNIDADE | QUANTIDADE | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL    |
|------|------------|---------------------|---|---------|------------|----------------|----------------|
| 1    | 15121      | 8530                | <b>SABONETE LIQUIDO 1 LT</b> - ESPECIFICAÇÃO: SABONETE LÍQUIDO FRAGÂNCIAS VARIADOS, LÍMPIDO TRANSLÚCIDO E LIVRE DE SEDIMENTOS. POSSUI INGREDIENTES COMO: ÁGUA, ÁCIDO CÍTRICO (PARA REGULAR O PH), CONSERVANTES SEGUROS (COMO METHYLISOTHIAZOLINO NE) E SUBSTÂNCIAS QUE AUXILIAM NA LIMPEZA, COMO O SODIUM LAURYL SULFATE. VISCOSIDADE: 1.000 – 2500 CP A 20 °C. EMBALAGEM 1LITRO. | LITRO   | 25000      | R\$ 19,55      | R\$ 488.750,00 |
| 2    | 15112      | 8530                | <b>ÁLCOOI EM GEL 70%</b> - ESPECIFICAÇÃO: ÁLCOOI EM GEL ANTSSÉPTICO, CONCENTRAÇÃO DE 70º INPM, EMBALAGEM PLÁSTICA COM 1 LITRO,  | LITRO   | 5000       | R\$ 20,33      | R\$ 101.650,00 |



|   |       |      |   |       |      |     |       |                |
|---|-------|------|---|-------|------|-----|-------|----------------|
|   |       |      | INDICADO PARA<br>ANTISSEPSIA IMEDIATA<br>DAS MÃOS, LIMPA E<br>HIDRATA<br>DELICADAMENTE. A<br>EMBALAGEM DEVERÁ<br>CONTER<br>EXTERNAMENTE O<br>NÚMERO DO LOTE, A<br>DATA DE FABRICAÇÃO E<br>VALIDADE.<br>COMPOSIÇÃO:<br>ALCOHOL, AQUA,<br>CARBOMER,<br>AMINOMETHYL<br>PROPANOL. PH; 6,8 A<br>8,2, DENSIDADE: 0,91 A<br>0,96 G/ML<br>SOLUBILIDADE:<br>SOLÚVEL EM ÁCUA.<br>TEOR DE ÁLCOOL' 69 A<br>70'INPM. EMALAGEM 1<br>LT. |       |      |     |       |                |
| 3 | 15113 | 7930 | <b>ÁLCOOL ETÍLICO<br/>HIDRATADO 70 INPM 1<br/>LT – ESPECIFICAÇÃO –</b><br>ALCOOL LIQUIDO 70,<br>USADO NA<br>DESINFECÇÃO DE<br>SUPERFÍCIES FIXAS DE<br>AMBIENTES<br>HOSPITALARES E<br>ESTABELECIMENTOS<br>RELACIONADOS COM O<br>ATENDIMENTO À<br>SAÚDE, COMO PISOS,<br>PAREDES, MOBILIÁRIOS,<br>BANCADAS, ETC.<br>DEVERA CONTER DATA<br>DE FABRICAÇÃO E<br>VALIDADE NA<br>EMBALAGEM.                                       | LITRO | 9000 | R\$ | 12,19 | R\$ 109.710,00 |
| 4 | 15124 | 8305 | <b>TOALHA</b><br>ESPECIFICAÇÃO:<br>TOALHA 100%<br>ALGODÃO, COM BARRA.<br>MEDIDAS<br>APROXIMADAS:<br>36CMX23CM, NA COR<br>BRANCA. TOALHA<br>DEVERÁ CONTER UMA<br>ETIQUETA TAFETÁ<br>BORDADA ALTA<br>DEFINIÇÃO COM<br>LOGOMARCA DO  | UND   | 8000 | R\$ | 15,26 | R\$ 122.080,00 |





|   |       |      |   |      |      |            |                |
|---|-------|------|---|------|------|------------|----------------|
|   |       |      | MUNICÍPIO EM SUAS<br>CORES ORIGINAIS<br>MEDINDO<br>5CM(LARGURA) X<br>5CM(ALTURA),<br>BORDADO<br>COMPUTADORIZADO.<br>CONFORME LAYOUT<br>EM ANEXO.  |      |      |            |                |
| 5 | 15120 | 8540 | <b>PAPEL TOALHA</b> -<br>ESPECIFICAÇÃO: PAPEL<br>TOALHA, MEDINDO 23 X<br>22 CM, FOLHAS<br>SIMPLES. FIBRAS<br>RECICLADAS.<br>COMPOSIÇÃO: 100%<br>NATURAL. COR CREME<br>INTERCALADAS TIPO<br>INTERFOLHAS, MACIAS<br>E ABSORVENTES,<br>PACOTE COM 2400<br>FOLHAS.  | PCT  | 1500 | R\$ 169,74 | R\$ 254.610,00 |
| 6 | 15119 | 9999 | <b>PANO MULTIUSO 28CM<br/>X 300M</b> -<br>ESPECIFICAÇÃO: PANO<br>MULTIUSO 28CM X<br>300M PICOTADO,<br>POSSUI ALTA<br>ABSORÇÃO, SENDO UM<br>GRANDE ALIADO PARA<br>DIVERSAS<br>NECESSIDADES. É UM<br>PRODUTO VERSÁTIL:<br>LAVA, SECA, TIRA O PÓ E<br>DA BRILHO. PODE SER<br>UTILIZADO PARA<br>LIMPEZA GERAL NOS<br>MAIS VARIADOS<br>AMBIENTES COMO:<br>INDÚSTRIAS,<br>RESTAURANTES, BARES,<br>AÇOUGUES, HOTÉIS E<br>ETC. COMPOSIÇÃO:<br>FALSO TECIDO: 50%<br>CELULOSE E 50%<br>POLIÉSTER CORES<br>VARIADAS.MEDIDAS DO<br>ROLO: 28CM X<br>300M.QUANTIDADE DE<br>PANOS NO ROLO: 600<br>PANOS. | ROLO | 850  | R\$ 211,27 | R\$ 179.579,50 |
| 7 | 15123 | 9999 | <b>SUPORTE PARA PANO<br/>MULTIUSO</b> -<br>ESPECIFICAÇÃO -<br>SUPORTE METÁLICO  | UND  | 100  | R\$ 375,05 | R\$ 37.505,00  |



**ANEXO II**

**RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PARA O PROCEDIMENTO**

Para fins de licitação, o(s) licitante(s) deverão comprovar o atendimento aos seguintes requisitos:

**a. Habilitação jurídica**

A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à **comprovação de existência jurídica da pessoa** e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada (Art. 66 da Lei Federal nº 14.133/21), devendo ser observado e apresentado, se for:

- a.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- a.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- a.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- a.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- a.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- a.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

**Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.**

**b. Habilitação fiscal, social e trabalhista**

- b.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- b.3. Prova de regularidade com a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;





**b.4.** Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

**b.5.** Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho (Mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943).

**b.6.** Declaração quanto ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Esta declaração ficará dispensada em caso de procedimento eletrônico onde o proponente opte por assinalar a opção constante do sistema).

**b.7.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**b.8.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n.º 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**c. Qualificação Econômico-Financeira**

**c.1.** Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais (já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrado no órgão competente de origem);

**c.2.** Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo)/(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total)/(Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante)/(Passivo Circulante).

**c.3.** Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante ou, Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação;

**c.4.** Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de até 5% do valor total estimado da contratação;

**c.5.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º);

**c.6.** O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)



c.7. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

**d. Qualificação Técnica**

d.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

d.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

d.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

**e. Outros documentos**

e.1. Declaração de que a interessada atende aos requisitos de habilitação e de que o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

e.2. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

e.3. Declaração expressa de integral concordância com os termos do edital e seus anexos;

e.4. Declaração, sob as penalidades cabíveis, de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, ficando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

e.5. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Aquiraz – CE, 10 de março de 2026.

  
Carlos Robson Soares Leite  
Secretário de Educação  
PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIRAZ



**ANEXO III**  
**LAYOUT**





PREFEITURA DE  
**AQUIRAZ**

CUIDANDO DA NOSSA GENTE



AVENTAL







PREFEITURA DE  
**AQUIRAZ**

CUIDANDO DA NOSSA GENTE



PREFEITURA DE  
**AQUIRAZ**  
CUIDANDO DA NOSSA GENTE



TOALHA DE ROSTO

**ANEXO III**

**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº \_\_\_\_\_**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13.010/2026 PERP**  
**VALIDADE: 12 (DOZE) MESES.**

Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIRAZ/CE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, com sede de sua Prefeitura Municipal na Rua da Integração, s/n, Centro, Aquiraz/CE, através da **SECRETARIA DE \_\_\_\_\_**, neste ato representado(a) pelo(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, aqui denominado(a) de **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e a **SECRETARIA DE \_\_\_\_\_** neste ato representado(a) pelo(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, aqui denominado(a) de **ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S)** considerando o julgamento da licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13.010/2026 PERP**, bem como, **RESOLVE** registrar os preços das empresas signatárias, nas quantidades estimadas e máximas anuais, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo às condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, em conformidade com as disposições a seguir.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL**

1.1. A presente Ata de Registro de Preços decorre do processo de Licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13.010/2026 PERP**, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e no Decreto Municipal nº 067/2023, de 23 de agosto de 2023 da Prefeitura Municipal de AQUIRAZ/CE.

**2. DO OBJETO**

Constitui objeto da presente Ata o **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PARA UTILIZAÇÃO DOS SERVIDORES NA LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE AQUIRAZ - CE**, tudo conforme especificações contidas no Edital e anexos do processo originário na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13.010/2026 PERP**, no qual restaram classificados os proponentes signatários.

**3. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

O preço registrado, as especificações do objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PARA UTILIZAÇÃO DOS SERVIDORES NA LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE AQUIRAZ - CE**, a quantidade, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na (s) proposta (s) de preços são os constantes dos ANEXOS desta Ata de Registro de Preços.

3.1. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo III a esta Ata de Registro de Preços.

**4. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S)**

4.1. O gerenciamento da presente ata de registro de preços caberá a **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO** sendo os seguintes órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços: **A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.**



## 5. VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.2. validade da Ata de Registro de Preços será contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

## 6. DAS COMPETÊNCIAS

6.1. A **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO** Órgão Gerenciador deste procedimento via Sistema de Registro de Preços, cabe a prática de todos os atos de gestão do Sistema de Registro de Preços, e ainda o seguinte:

I - exercer a gestão geral dos procedimentos de registro de preços, sendo, portanto, designado como Órgão Gerenciador, a qual compete a gerência dos pedidos de anuência, concessões de autorização para adesão às atas de registro de preços e controle de saldos das atas de registro de preços para os fins dos limites constantes do Decreto Municipal nº 067/2023, de 23 de agosto de 2023, a que trata do procedimento auxiliar do Sistema de Registro de Preços – SRP.

II - exercer as funções do órgão gerenciador do procedimento licitatório, quando este participar do objeto demanda, independentemente de quais são os outros órgãos também participantes.

6.2. A **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**, órgão Gerenciador deste procedimento via Sistema de Registro de Preços, cabe a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços, e ainda o seguinte:

I - realizar procedimento público de intenção de registro de preços - IRP e, quando for o caso, estabelecer o número máximo de participantes, em conformidade com sua capacidade de gerenciamento;

II - aceitar ou recusar, justificadamente, no que diz respeito à IRP:

a) os quantitativos considerados ínfimos;

b) a inclusão de novos itens; e

c) os itens de mesma natureza com modificações em suas especificações;

III - consolidar informações relativas à estimativa individual e ao total de consumo, promover a adequação dos termos de referência ou projetos básicos encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização, e determinar a estimativa total de quantidades da contratação;

IV - realizar pesquisa de mercado para identificar o valor estimado da licitação ou contratação direta e, quando for o caso, consolidar os dados das pesquisas de mercado realizadas pelos órgãos e pelas entidades participantes, inclusive na hipótese de compra centralizada;

V - confirmar, junto aos órgãos ou às entidades participantes, a sua concordância com o objeto, inclusive quanto aos quantitativos e ao termo de referência ou projeto básico, caso o órgão ou a entidade gerenciadora entenda pertinente;

VI - promover os atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório ou da contratação direta e todos os atos deles decorrentes, como a assinatura da ata e a sua disponibilização aos órgãos ou às entidades participantes;

VII - remanejar os quantitativos da ata, observado o Decreto Municipal nº 067/2023, de 23 de agosto de 2023, a que trata do procedimento auxiliar do Sistema de Registro de Preços – SRP;

VIII - gerenciar a ata de registro de preços no que concerne ao cumprimento das obrigações e registro dos preços do objeto;

IX - conduzir as negociações para alteração ou atualização dos preços registrados;

X - deliberar quanto à adesão posterior de órgãos e entidades que não tenham manifestado interesse durante o período de divulgação da IRP;

XI - verificar, pelas informações constantes do Decreto Municipal nº 067/2023, de 23 de agosto de 2023, a que trata do procedimento auxiliar do Sistema de Registro de Preços – SRP, se as manifestações de interesse em participar do registro de preços atendem ao disposto no art. 3º e indeferir os pedidos que não o atendam;

XII - aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório ou na contratação direta e registrá-las no SICAF;

XIII - aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, e registrá-las no SICAF;

XIV - aceitar, excepcionalmente, a prorrogação do prazo previsto no § 2º do art. 31, nos termos do disposto no § 3º do art. 31 do Decreto Municipal nº 067/2023, de 23 de agosto de 2023, a que trata do procedimento auxiliar do Sistema de Registro de Preços – SRP;

XV - motivar a abertura e julgar com base em relatório da Comissão Processante, o procedimento administrativo de apuração de responsabilidade – PAAR;

XVI - realizar a gerência dos pedidos de anuência, concessões de autorização para adesão as atas de registro de preços e o controle de saldos das atas de registro de preços nos casos dispostos no Decreto Municipal nº 067/2023, de 23 de agosto de 2023;

§ 1º A ata de registro de preços poderá ser assinada por certificação digital.

§ 2º O órgão gerenciador poderá solicitar auxílio técnico aos órgãos participantes para execução das atividades previstas nesse tópico.

## **7. DAS COMPETÊNCIAS DO ÓRGÃO PARTICIPANTE**

7.1. O órgão participante será responsável por tomar conhecimento da ata de registros de preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições.

I - registrar sua intenção de participar do registro de preços, acompanhada:

- a) das especificações do item do qual pretende participar;
- b) da estimativa de consumo; e
- c) do local de entrega;

II - garantir que os atos relativos à inclusão no registro de preços estejam formalizados e aprovados pela autoridade competente;

III - solicitar, se necessário, a inclusão de novos itens, no prazo previsto pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, acompanhada das informações a que se refere o inciso I e da pesquisa de mercado que contemple a variação de custos locais e regionais;

IV - manifestar, junto ao órgão ou à entidade gerenciadora, por meio da IRP, sua concordância com o objeto, anteriormente à realização do procedimento licitatório ou da contratação direta;

V - auxiliar tecnicamente, por solicitação do órgão ou da entidade gerenciadora, as atividades previstas no Decreto Municipal nº 067/2023, de 23 de agosto de 2023, a que trata do procedimento auxiliar do Sistema de Registro de Preços – SRP;

VI - tomar conhecimento da ata de registro de preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições;

VII - assegurar-se, quando do uso da ata de registro de preços, de que a contratação a ser realizada atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados;



VIII - zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas pelo fornecedor e pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou de obrigações contratuais;

IX - aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informar as ocorrências ao órgão ou à entidade gerenciadora e registrá-las no SICAF; e

X - prestar as informações solicitadas pelo órgão ou pela entidade gerenciadora quanto à contratação e à execução da demanda destinada ao seu órgão ou à sua entidade.

## **8. DO CADASTRO RESERVA E DA CONVOCAÇÃO DE REMANESCENTES**

8.1. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

8.1.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

8.1.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

8.1.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

8.1.2.2. Mantiverem sua proposta original.

8.2. O registro a que se refere o item 8.1.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

8.3. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

8.4. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

8.4.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

8.4.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas da ARP e em Lei.

8.5. Caso nenhum dos licitantes aceite a contratação, verificada a inexistência ou o não êxito quanto ao cadastro reserva, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, poderá:

8.5.1. Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário.

8.5.2. Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

8.6. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

## **9. DA CONTRATAÇÃO DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

9.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.3. O instrumento contratual de que trata esse tópico deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

9.4. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021, Decreto Municipal nº 067/2023, de 23 de agosto de 2023 da Prefeitura Municipal de AQUIRAZ/CE e legislação pertinente.

9.5. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ARP.

## **10. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

10.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

10.3. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **11. NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

11.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

11.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

11.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

11.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

11.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.



11.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

11.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 13, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

11.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto nessa ARP.

11.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 13, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

11.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 11.1 e seguintes, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

11.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **12. DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

12.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

12.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

12.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

12.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

12.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

12.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no Decreto Municipal nº 067/2023, de 23 de agosto de 2023.

12.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

12.6. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## **13. DO CANCELAMENTO**

13.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

13.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

13.1.2. Não retirar a nota de empenho, assinar contrato ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

13.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no Decreto Municipal nº 067/2023, de 23 de agosto de 2023; ou

13.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.1.5. Quando a empresa detentora do preço registrado não aceitar reduzir o seu preço, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

13.1.6. Quando a empresa detentora do preço registrado der causa a rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVII do art. 78 da Lei Nº. 14.133/2021 de 1º de abril de 2021;

13.1.6.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

13.1.7. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nessa cláusula será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

13.1.8. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

13.2. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

13.2.1. Por razão de interesse público;

13.2.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

13.2.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do Decreto Municipal nº 067/2023, de 23 de agosto de 2023.

13.3. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado, a qual será juntada ao processo administrativo da presente ata de registro de preços.

13.4. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Quadro de Avisos e Publicações, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

13.5. A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Município de AQUIRAZ/CE, facultando-se à está neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta ata de registro de preços.

13.6. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do fornecedor, relativas as obrigações contratuais.

13.7. Caso o Município de AQUIRAZ/CE não se utilize da prerrogativa de cancelar esta ata de registro de preços, a seu exclusivo critério, poderá suspender o seu fornecimento e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

#### **14. ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

14.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços.

#### **15. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

15.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP, mediante anuência do Órgão Gerenciador, nos termos do Decreto Municipal nº 067/2023, de 23 de agosto de 2023, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

15.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;



15.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei n  14.133, de 2021; e

15.1.3. consulta e aceita o prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

15.2. A autoriza o do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceita o da adesão pelo fornecedor.

15.2.1. O  rg o ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo   execu o de seus próprios contratos ou   sua capacidade de gerenciamento.

15.3. Após a autoriza o do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisi o ou a contrata o solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

15.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo   efetiva o da contrata o, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicita o do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

15.5. O  rg o ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 15.1.

#### **DOS LIMITES PARA AS ADESÕES**

15.6. As aquisi es ou contrata es adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

15.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem   ata de registro de preços.

15.8. Nos termos do Decreto Municipal n  067/2023, de 23 de agosto de 2023, o órgão e entidade gerenciadora federal, estadual ou distrital e municipal, inclusive do próprio município que não participarem do procedimento realizado o qual originou a apresenta ARP mediante o Sistema de Registro de Preços – SRP, poderão aderir, na condi o de não participantes,   esta ata de registro de preços.

#### **16. DOS ILÍCITOS PENAIS**

16.1. As infra es penais tipificadas na Lei 14.133/2021 de 1  de abril de 2021 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais comina es aplicáveis.

#### **17. DAS SAN ES E PENALIDADES**

17.1. Na hipótese de descumprimento, por parte do fornecedor, de qualquer das obriga es definidas neste instrumento, ou em outros documentos que o complementem ou fundamentam, os procedimentos, penalidades e san es serão aplicadas, como também as penalidades constantes do art. 15 do edital originário a esta ARP e da Lei Federal n  14.133/21.

#### **18. CONDI ES GERAIS**

18.1. As condi es gerais do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obriga es da Administra o e do fornecedor registrado, penalidades e demais condi es do ajuste, são as que se encontram definidas no Termo de referência e no Edital da licita o de origem.

18.2. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposi es:

18.2.1. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

18.2.2. Integram esta Ata os seus ANEXOS, o Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO** que lhe deu origem e seus ANEXOS, e as propostas da(s) empresas classificadas e vencedoras.

18.2.3. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do MUNICÍPIO.

18.2.4. O(S) órgão(s) participante(s) se reserva(m) o direito de fazer uso de qualquer das prerrogativas dispostas da Lei nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021, alterada e consolidada.

18.2.5. A inadimplência do fornecedor com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere ao MUNICÍPIO a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso dos bens pela Administração.

## 19. DO FORO

19.1. O foro da Comarca de AQUIRAZ/CE é o competente para dirimir questões decorrentes da execução deste Instrumento, em obediência ao disposto da Lei 14.133/2021 de 1º de abril de 2021.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

AQUIRAZ/CE, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

[ÓRGÃO GERENCIADOR]  
Órgão Gerenciador

[NOME DO ORDENADOR]  
Ordenador(a) de Despesas da  
[SECRETARIA GERENCIADORA]

Assinatura:

[RAZÃO SOCIAL]  
CNPJ [CNPJ DA EMPRESA]  
Detentor

[NOME DO RESP. LEGAL]  
CPF [CPD DO RESP. LEGAL]  
[CARGO DO RESP. LEGAL]

Assinatura:

## TESTEMUNHAS:

1. \_\_\_\_\_ CPF nº \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_ CPF nº \_\_\_\_\_



**ANEXO I À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº \_\_\_\_\_**

**ÓRGÃOS PARTICIPANTES, RELAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS FORNECEDORES COM PREÇOS REGISTRADOS**

Este documento é parte integrante da Ata de Registro de Preços, celebrada entre o **MUNICÍPIO DE AQUIRAZ/CE** e as DENTENTORAS cujos preços estão a seguir registrados, em face à realização do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13.010/2026 PERP**

**01. RAZÃO SOCIAL:**

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

REPRESENTANTE:

BANCO:

E-MAIL:

AGÊNCIA:

CPF:

CONTA CORRENTE:

ANEXO II DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº \_\_\_\_\_.

**REGISTRO DE PREÇOS UNITÁRIOS**  
**ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS, QUANTITATIVOS MARCAS E EMPRESAS FORNECEDORAS**

Este documento é parte integrante da Ata de Registro de Preços nº \_\_\_\_\_, celebrada entre o Município de AQUIRAZ/CE, através da \_\_\_\_\_ e a(s) empresa(s) abaixo indicadas, cujos preços estão a seguir registrados, demonstrado nas planilhas seguintes, conforme resultado extraído dos mapas de lances ofertados no PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13.010/2026 PERP

RAZÃO SOCIAL:

ENDEREÇO:

CNPJ Nº:

| LOTE 01 – EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI's) PARA SERVIDORES DA LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO |               |         |       |        |                |             |
|---|---------------|---------|-------|--------|----------------|-------------|
| ITEM  | ESPECIFICAÇÃO | UNIDADE | MARCA | QUANT. | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|   |               |         |       |        |                |             |
|   |               |         |       |        |                |             |

| LOTE 02 – MATERIAIS DE HIGIENE E CONSUMÍVEIS PARA LIMPEZA E ASSEPSIA |               |         |       |        |                |             |
|--|---------------|---------|-------|--------|----------------|-------------|
| ITEM   | ESPECIFICAÇÃO | UNIDADE | MARCA | QUANT. | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|  |               |         |       |        |                |             |
|  |               |         |       |        |                |             |

| LOTE 03 – CALÇADOS DE SEGURANÇA TIPO SAPATO OCUPACIONAL ANTIDERRAPANTE (EPI) |               |         |       |        |                |             |
|--|---------------|---------|-------|--------|----------------|-------------|
| ITEM   | ESPECIFICAÇÃO | UNIDADE | MARCA | QUANT. | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|  |               |         |       |        |                |             |
|  |               |         |       |        |                |             |



**ANEXO III DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº \_\_\_\_\_.**

**CADASTRO RESERVA**

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

| LOTE |                |         |       |        |                |             |
|------|----------------|---------|-------|--------|----------------|-------------|
| ITEM | ESPECIFICAÇÕES | UNIDADE | MARCA | QUANT. | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|      |                |         |       |        |                |             |
|      |                |         |       |        |                |             |

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

| LOTE |                |         |       |        |                |             |
|------|----------------|---------|-------|--------|----------------|-------------|
| ITEM | ESPECIFICAÇÕES | UNIDADE | MARCA | QUANT. | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|      |                |         |       |        |                |             |
|      |                |         |       |        |                |             |

**ANEXO IV - MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

À PREGOEIRA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIRAZ

**OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PARA UTILIZAÇÃO DOS SERVIDORES NA LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE AQUIRAZ - CE.**

Processo: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13.010/2026 PERP

Data e Hora de Abertura: \_\_\_\_\_ às \_\_\_\_\_ horas

Razão Social: \_\_\_\_\_ CNPJ: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_

Fone: \_\_\_\_\_

Banco: \_\_\_\_\_ Agência Nº: \_\_\_\_\_ Conta Corrente nº: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

| LOTE 01 – EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI's) PARA SERVIDORES DA LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO |  |         |        |       |                |             |
|---|--|---------|--------|-------|----------------|-------------|
| ITEM  | ESPECIFICAÇÃO  | UNIDADE | QUANT. | MARCA | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
| 1   | ÓCULOS DE PROTEÇÃO INCOLOR SEGURANÇA EPI - ESPECIFICAÇÃO: ÓCULOS DE SEGURANÇA CONFECCIONADO EM POLICARBONATO ÓPTICO, COM TRATAMENTO ANTIRISCO, HASTES COM COMPRIMENTO REGULÁVEL, FILTRA RAIOS UVA E UVB.   | UNIDADE | 3.000  |       |                |             |
| 2   | AVENTAL DE NAPA BAGUM - ESPECIFICAÇÃO: COR LARANJA, COM BAINHAS COSTURADAS COM 1CM, VIRADAS 1 VEZ. COLOCAÇÃO DE DEBRUM DE BRIM, 100% ALGODÃO DE 1CM, (COLOCADO) EM TODA A EXTENSÃO DA CAVA DO AVENTAL, SENDO QUE NA PARTE SUPERIOR FICA 42CM PARA AMARRAÇÃO DO PESCOÇO E NA PARTE INFERIOR 57CM, PARA AMARRAÇÃO DA CINTURA. TODAS AS COSTURAS DEVEM SER REALIZADAS COM A LINHA DA COR DO TECIDO. O AVENTAL DEVERÁ TER A LOGOMARCA DO MUNICÍPIO NAS CORES ORIGINAL, EM ETIQUETA TAFETÁ ALTA DEFINIÇÃO, CONTORNADA BORDADA COMPUTADORIZADA, MEDINDO ALTURA DE 7,6CM X 8CM. A PEÇA DEVERÁ ESTAR LIMPA, ISENTA DE QUALQUER DEFEITO QUE COMPROMETA SUA APRESENTAÇÃO. AS INFORMAÇÕES DE CNPJ, INSTRUÇÃO DE LAVAGEM, COMPOSIÇÃO, TAMANHO E NOME DA EMPRESA. CONFORME LAYOUT EM ANEXO. | UNIDADE | 6.000  |       |                |             |



|     |  |         |        |  |  |  |
|-----|--|---------|--------|--|--|--|
| 3   | <b>MASCARA DESCARTÁVEL COM VÁLVULA AZUL ELÁSTICO NUCA</b> - ESPECIFICAÇÃO: MÁSCARA DESCARTÁVEL CLASSE PFF2, MODELO DOBRÁVEL, OFERECE PROTEÇÃO CONTRA POEIRAS, NEVOAS NÃO OLEOSAS E FUMOS, POSSUI VÁLVULA DE EXALAÇÃO QUE FACILITA A EXALAÇÃO E REDUZ O CALOR DO RESPIRADOR, COM ELÁSTICO QUE PROPORCIONAM MELHOR AJUSTE. | UNIDADE | 18.000 |  |  |  |
| 4   | <b>LUVA LÁTEX MULTIUSO LIMPEZA GERAL</b> - ESPECIFICAÇÃO: LUVA CONFECCIONADA EM LATEX NATURAL, FORRADA INTERNAMENTE COM FLOCOS DE ALGODÃO, ANTIDERRAPANTE NA PALMA, FACE PALMAR NOS DEDOS, ACABAMENTO DO PUNHO EM VIROLA.  | PAR     | 30.000 |  |  |  |
| 5   | <b>TOUCA DESCARTÁVEL</b> - ESPECIFICAÇÃO: TOUCA DESCARTÁVEL EM TNT, TAMANHO ÚNICO SANFONADA, COM ELÁSTICO, COR BRANCA, PACOTE COM 100 UNIDADES.  | CAIXA   | 600    |  |  |  |
| R\$ |  |         |        |  |  |  |

| LOTE 02 – MATERIAIS DE HIGIENE E CONSUMÍVEIS PARA LIMPEZA E ASSEPSIA |  |         |        |       |                |             |
|--|--|---------|--------|-------|----------------|-------------|
| ITEM   | ESPECIFICAÇÃO  | UNIDADE | QUANT. | MARCA | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
| 1  | <b>SABONETE LIQUIDO 1 LT</b> – ESPECIFICAÇÃO: SABONETE LÍQUIDO FRAGÂNCIAS VARIADOS, LÍMPIDO TRANSLÚCIDO E LIVRE DE SEDIMENTOS. POSSUI INGREDIENTES COMO: ÁGUA, ÁCIDO CÍTRICO (PARA REGULAR O PH), CONSERVANTES SEGUROS (COMO METHYLISOTHIAZOLINONE) E SUBSTÂNCIAS QUE AUXILIAM NA LIMPEZA, COMO O SODIUM LAURYL SULFATE. VISCOSIDADE: 1.000 – 2500 CP A 20 °C. EMBALAGEM 1LITRO.   | LITRO   | 25000  |       |                |             |
| 2  | <b>ÁLCOOL EM GEL 70%</b> - ESPECIFICAÇÃO: ÁLCOOL EM GEL ANTisséptico, CONCENTRAÇÃO DE 70% INPM, EMBALAGEM PLÁSTICA COM 1 LITRO, INDICADO PARA ANTISSEPSIA IMEDIATA DAS MÃOS, LIMPA E HIDRATA DELICADAMENTE. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE O NÚMERO DO LOTE, A DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. COMPOSIÇÃO: ALCOHOL, AQUA, CARBOMER, AMINOMETHYL PROPANOL. PH; 6,8 A 8,2, DENSIDADE: 0,91 A 0,96 G/ML SOLUBILIDADE: SOLÚVEL EM ÁGUA. TEOR DE ÁLCOOL' 69 A 70'INPM. EMBALAGEM 1 LT. | LITRO   | 5000   |       |                |             |

|     |   |       |      |  |  |  |
|-----|---|-------|------|--|--|--|
| 3   | <b>ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO 70 INPM 1 LT –</b><br>ESPECIFICAÇÃO – ALCOOL LÍQUIDO 70, USADO NA DESINFECÇÃO DE SUPERFÍCIES FIXAS DE AMBIENTES HOSPITALARES E ESTABELECIMENTOS RELACIONADOS COM O ATENDIMENTO À SAÚDE, COMO PISOS, PAREDES, MOBILIÁRIOS, BANCADAS, ETC. DEVERA CONTER DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE NA EMBALAGEM.  | LITRO | 9000 |  |  |  |
| 4   | <b>TOALHA - ESPECIFICAÇÃO:</b> TOALHA 100% ALGODÃO, COM BARRA. MEDIDAS APROXIMADAS: 36CMX23CM, NA COR BRANCA. TOALHA DEVERÁ CONTER UMA ETIQUETA TAFETÁ BORDADA ALTA DEFINIÇÃO COM LOGOMARCA DO MUNICÍPIO EM SUAS CORES ORIGINAIS MEDINDO 5CM(LARGURA) X 5CM(ALTURA), BORDADO COMPUTADORIZADO. <b>CONFORME LAYOUT EM ANEXO.</b>  | UND   | 8000 |  |  |  |
| 5   | <b>PAPEL TOALHA - ESPECIFICAÇÃO:</b> PAPEL TOALHA, MEDINDO 23 X 22 CM, FOLHAS SIMPLES. FIBRAS RECICLADAS. COMPOSIÇÃO: 100% NATURAL. COR CREME INTERCALADAS TIPO INTERFOLHAS, MACIAS E ABSORVENTES, PACOTE COM 2400 FOLHAS.  | PCT   | 1500 |  |  |  |
| 6   | <b>PANO MULTIUSO 28CM X 300M -</b><br>ESPECIFICAÇÃO: PANO MULTIUSO 28CM X 300M PICOTADO, POSSUI ALTA ABSORÇÃO, SENDO UM GRANDE ALIADO PARA DIVERSAS NECESSIDADES. É UM PRODUTO VERSÁTIL: LAVA, SECA, TIRA O PÓ E DA BRILHO. PODE SER UTILIZADO PARA LIMPEZA GERAL NOS MAIS VARIADOS AMBIENTES COMO: INDÚSTRIAS, RESTAURANTES, BARES, AÇOUGUES, HOTÉIS E ETC. COMPOSIÇÃO: FALSO TECIDO: 50% CELULOSE E 50% POLIÉSTER CORES VARIADAS. MEDIDAS DO ROLO: 28CM X 300M. QUANTIDADE DE PANOS NO ROLO: 600 PANOS. | ROLO  | 850  |  |  |  |
| 7   | <b>SUPORTE PARA PANO MULTIUSO -</b><br>ESPECIFICAÇÃO -SUPORTE METÁLICO PARA PANO MULTIUSO EM ROLO (TIPO PAREDE). IDEAL PARA ROLOS DE PANO MULTIUSO DE ATÉ 300M. FÁCIL SISTEMA DE REPOSIÇÃO. SUPER-RESISTENTE. CONTÉM: 1 DESTACADOR, 1 SUPORTE TUBO, 2 PARAFUSOS, 2 BUCHAS. NÃO ACOMPANHA PANO MULTIUSO.   | UND   | 100  |  |  |  |
| R\$ |   |       |      |  |  |  |



| LOTE 03 – CALÇADOS DE SEGURANÇA TIPO SAPATO OCUPACIONAL ANTIDERRAPANTE (EPI) |  |         |        |       |                |             |
|--|--|---------|--------|-------|----------------|-------------|
| ITEM   | ESPECIFICAÇÃO  | UNIDADE | QUANT. | MARCA | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
| 1  | SAPATO ANTIDERRAPANTE PROFISSIONAL EMBORRACHADO PARA TRABALHO EPI, COZINHA, LIMPEZA, ENFERMAGEM E POSTOS DE COMBUSTÍVEL - ESPECIFICAÇÃO: SAPATO CONFECCIONADO EM MATERIAL POLIMERICO ( EVA ), COM SOLADO SUPER GRIP ANTIDERRAPANTE, COM RESISTÊNCIA A ABSORÇÃO DE ENERGIA NO CALCANHAR, AO OLEO COMBUSTIVEL, AO ESCORREGAMENTO NO PISO CERÂMICO E PISO DE AÇO (CATEGORIA SRC), COM PALMILHA HIGIÊNICA SOFT COMFORT EM EVA ANTIFUNGO/ANTIBACTERIANA, COMPOSTA DE MICROPONTOS QUE PROPORCIONAM ABSORÇÃO E DESSORÇÃO DE SUOR. | PAR     | 3.000  |       |                |             |
| R\$  |  |         |        |       |                |             |



**VALOR GLOBAL DA PROPOSTA:** R\$ ..... **VALIDADE DA PROPOSTA:** 60 (sessenta) dias.

**Observações:**

- O proponente declara que tem o pleno conhecimento, aceitação e cumprirá todas as obrigações contidas no anexo II –Termo de Referência deste edital.
- Independente de declaração expressa, fica subentendida que no valor proposto estão incluídas todas as despesas necessárias ao fornecimento, inclusive as relacionadas com:
  - encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e outros;
  - tributos, taxas e tarifas, emolumentos, licenças, alvarás, multas e/ou qualquer infrações;
  - seguros em geral, da infortunistica e de responsabilidade civil para quaisquer danos e prejuízos causados à Contratante e/ou a terceiros, gerados direta ou indiretamente pelo fornecimento.

**Local/Data:** ..... de ..... de .....

**Assinatura Proponente**

**Carimbo da Empresa/Assinatura do Responsável**

**ANEXO V**  
**MINUTA DO CONTRATO**

**CONTRATO Nº \_\_\_\_\_**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13.010/2026 PERP**



CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO  
A PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIRAZ/CE, E DO  
OUTRO A EMPRESA \_\_\_\_\_ PARA O FIM  
QUE NELE SE DECLARA.

O município de AQUIRAZ/CE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o Nº \_\_\_\_\_, com sede de sua Prefeitura Municipal na Rua da Integração, s/n, Centro, Aquiraz/CE, através da **SECRETARIA DE \_\_\_\_\_**, neste ato representado(a) pelo(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, C.P.F. Nº \_\_\_\_\_, aqui denominado(a) de **CONTRATANTE**, e de outro lado a Empresa \_\_\_\_\_, estabelecida na \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo (a) Sr(a). \_\_\_\_\_, portador (a) do CPF nº \_\_\_\_\_, apenas denominada de **CONTRATADA**, firmam entre si o presente TERMO DE CONTRATO mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL**

**1.1.** O presente contrato encontra-se fundamentado pelo processo administrativo de Licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** tombado sob o Nº 13.010/2026 PERP em conformidade com a Lei Federal Nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021 - Lei das Licitações Públicas e Decreto Municipal nº 067/2023, de 23 de agosto de 2023, assim como, a legislação complementar em vigor.

**1.2.** Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- a) O Termo de Referência – TR;
- b) O Estudo Técnico Preliminar – ETP;
- c) O Edital da Licitação;
- d) A proposta de preços do contratado;
- e) A Ata de Registro de Preços – ARP;
- f) Eventuais anexos dos documentos supracitados; e
- g) Legislação Municipal regulamentadora quanto a Lei Federal nº 14.133/21.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

**2.1.** Constitui objeto do presente é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PARA UTILIZAÇÃO DOS SERVIDORES NA LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE AQUIRAZ - CE**, tudo conforme especificações contidas no Termo de Referência, constante do anexo II do Edital.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR, DO PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**



**3.1.** O valor global da presente avença é de R\$ \_\_\_\_ (\_\_\_\_), a ser pago na proporção da entrega dos produtos licitados, segundo as ordens de compras/autorizações de fornecimento expedidas pela Administração, de conformidade com as notas fiscais/faturas devidamente atestadas pelo Gestor da despesa, acompanhadas das Certidões Federal, Estadual, Municipal, FGTS e CNDT do proponente vencedor, todas atualizadas, observadas as condições da proposta.

**3.2.** Por ocasião da entrega dos produtos, o contratado deverá apresentar recibo em 02 (duas) vias e a respectiva Nota Fiscal. A Fatura e Nota Fiscal deverão ser emitidas em nome da Secretaria de \*\*\*\*\*, com endereço na \*\*\*\*\* CNPJ/MF sob o nº \*\*\*\*\*.

**3.3.** O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após adimplemento da obrigação e encaminhamento da documentação tratada no subitem 3.1, observadas as disposições editalícias, através de crédito na Conta Bancária do fornecedor.

**3.3.1.** Conforme Decreto Municipal nº 055/2023, de 13/07/2023, que dispõe sobre a retenção na fonte do imposto de renda nos pagamentos efetuados pelos órgãos da administração pública municipal direta, fica determinado que:

**a)** Os Órgãos da Administração Pública Municipal Direta, bem como suas Autarquias e Fundações, ficam obrigados a efetuar a retenção, na fonte, do Imposto de Renda incidente sobre os pagamentos que efetuarem às pessoas físicas e jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, com base na Instrução Normativa nº 1.234/2012, e alterações, da Receita Federal do Brasil.

**a.1)** As retenções de que trata o "caput" deste artigo serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os que forem antecipados por conta de fornecimento de bens ou de prestação de serviços para entrega futura.

**b)** Não estão sujeitos à retenção do Imposto de Renda na Fonte os pagamentos realizados às pessoas físicas e jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços nas hipóteses previstas no art. 4º da Instrução Normativa nº 1.234/2012.

**Parágrafo único.** As pessoas jurídicas amparadas por isenção, não incidência ou alíquota zero do Imposto de Renda devem informar essa condição em seus documentos fiscais, inclusive o enquadramento legal, sob pena de, se não o fizerem, sujeitarem-se à retenção do imposto sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

**3.4.** A repactuação deverá observar o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data da apresentação da proposta ou da data da última repactuação, hipótese na qual será utilizado o índice IGP-M da Fundação Getúlio Vargas.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

**4.1.** O contrato produzirá seus jurídicos e legais efeitos a partir de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP e vigorará até 31 de dezembro, prorrogável, na forma do artigo 106 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DA ORIGEM DOS RECURSOS**

**5.1.** As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento Municipal, inerentes a \_\_\_\_\_:

#### **CLÁUSULA SEXTA - DA OBRIGAÇÃO DAS PARTES**

**6.1.** As partes se obrigam reciprocamente a cumprir integralmente as disposições do instrumento convocatório, da Lei Federal nº 14.133/21, do Decreto Municipal nº 067/2023, de 23 de agosto de 2023 e da proposta adjudicada.

**6.2.** O CONTRATADO obriga-se a:

- a) executar o fornecimento dos produtos contratados dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado no instrumento convocatório e no ANEXO II, que fazem parte deste instrumento, observando, ainda, todas as normas técnicas que eventualmente regulem o fornecimento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;
- b) assumir a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, em decorrência do fornecimento;
- c) a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os produtos em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- d) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao MUNICÍPIO ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- e) indicar preposto, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do contrato. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante do contratado deverão ser comunicadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;
- f) aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem no fornecimento, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do artigo 125 da Lei nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021;
- g) entregar os produtos de forma a não comprometer o funcionamento dos serviços do MUNICÍPIO;
- h) comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.
- i) prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;
- j) dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento dos produtos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas;
- k) prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- l) comunicar imediatamente ao MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros considerados necessários para recebimento de correspondência;
- m) possibilitar ao MUNICÍPIO efetuar vistoria nas suas instalações, a fim de verificar as condições para atendimento do objeto contratual;
- n) manter, sob as penas da lei, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais dos materiais do MUNICÍPIO, de que venha a tomar conhecimento ou ter acesso, ou que venham a ser confiados, sejam relacionados ou não com o fornecimento do objeto deste contrato;
- o) manter seus empregados, quando nas dependências do MUNICÍPIO, devidamente identificados com crachá subscrito pela CONTRATADA, no qual constará, no mínimo, sua razão social, nome completo do empregado e fotografia 3x4;



p) Arcar com as despesas da entrega do produto no local indicado na autorização de fornecimento.

**6.2.2.** No caso de constatação da inadequação dos produtos fornecidos às normas e exigências especificadas no Termo de Referência, no Edital ou na Proposta do Contratado, o Contratante os recusará, devendo no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas ser adequados às supracitadas condições;

**6.3.** O CONTRATANTE obriga-se a:

**6.3.1.** assegurar o livre acesso do CONTRATADO e de seus prepostos, devidamente identificados, a todos os locais onde se fizer necessário o fornecimento dos bens, prestando-lhe todas as informações e esclarecimentos que, eventualmente, forem solicitados;

**6.3.2.** efetuar o pagamento ao CONTRATADO na forma prevista neste instrumento.

#### **6.4. LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO**

##### **Local de entrega do Objeto**

**6.4.1.** Os bens deverão ser entregues no endereço constante da ORDEM DE COMPRA/AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO/ NOTA DE EMPENHO, podendo ocorrer em todo o município de AQUIRAZ/CE.

#### **6.5. PRAZO PARA ENTREGA DOS PRODUTOS**

**6.6.1.** Os produtos deverão ser entregues em até **10 (DEZ) DIAS UTEIS**, contados a partir do recebimento, pelo fornecedor da **ORDEM DE COMPRA/AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO/NOTA DE EMPENHO**.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES**

**7.1.** Na hipótese de descumprimento, por parte do fornecedor, de quaisquer das obrigações definidas neste instrumento, ou em outros documentos que o complementem, serão aplicadas, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021, alterada e consolidada, as seguintes penas:

**7.1.1.** Se o fornecedor ensejar o retardamento da entrega do objeto, não mantiver a Carta Proposta, falhar ou fraudar na execução do fornecimento, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município de AQUIRAZ/CE e será descredenciado no Cadastro da Prefeitura de AQUIRAZ/CE pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo de aplicação das seguintes multas e das demais cominações legais.

**7.2.** Conforme estabelecido na Lei nº 14133/21, cometerá infração administrativa o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**7.3.** Aplica-se multa compensatória:

- 7.3.1. Para infrações listadas nas alíneas "e" a "h" do subitem 7.2., variando até 0,8% do valor do contrato.
- 7.3.2. Multa compensatória, para a inexecução parcial do contrato conforme a alínea "a" do subitem 7.2., variando de até 5% do valor do contrato.
- 7.3.3. Para a infração descrita na alínea "b" do subitem 7.2., a multa será de até 10% do valor do contrato.
- 7.3.4. Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 7.2., a multa será de até 20% do valor do contrato.
- 7.3.5. Para a infração prevista na alínea "c" do subitem 7.2., a multa será de até 30% do valor do contrato, excetuadas as seguintes infrações:
- 7.4. Será aplicada multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na entrega de qualquer produto solicitado, contados do recebimento da Ordem de Compra, até o limite de 15% (quinze por cento) sobre o valor da compra/solicitação, caso seja inferior a 30 (trinta) dias;
- 7.5. Será aplicada multa moratória de 20% (vinte por cento) sobre o valor da compra/solicitação, na hipótese de atraso superior a 30 (trinta) dias na entrega dos bens.
- 7.6. Na hipótese de ato ilícito, outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento das atividades da administração, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave, ou descumprimento por parte do proponente de qualquer das obrigações definidas neste instrumento, ou em outros documentos que o complementem, não abrangidas nos subitens anteriores, serão aplicadas, sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021, as seguintes penas:
- a) advertência;
  - b) multa de 1% (um por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor objeto da requisição ou do valor global do contrato, conforme o caso;
- 7.7. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso, por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM.
- 7.7.1- Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que o proponente fizer jus.
- 7.7.2- Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito do proponente, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.
- 7.8. As partes se submeterão ainda às demais sanções impostas nos artigos 86 a 88 da Lei Federal n.º 14.133/2021 de 1º de abril de 2021, alterada e consolidada e no instrumento convocatório.
- 7.9. A falta dos produtos não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá o contratado das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas neste Instrumento.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO**

- 8.1. A inexecução total ou parcial do presente contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais, as previstas em lei e no Edital.
- 8.2. Além da aplicação das multas já previstas, o presente contrato ficará rescindido de pleno direito, independente de notificação judicial ou extrajudicial, sem que assista à Contratada o direito de reclamar indenizações relativas às despesas decorrentes de encargos provenientes da sua execução, ocorrendo quaisquer infrações às suas cláusulas e condições ou nas hipóteses previstas na Legislação, na forma dos artigos 77 e 78 da Lei 14.133/2021 de 1º de abril de 2021.
- 8.3. O procedimento de rescisão observará os ditames previstos nos artigos 79 e 80 da Lei de Licitações.

#### **CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**



- 9.1. O CONTRATADO se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 9.2. O presente contrato tem seus termos e sua execução vinculada ao edital de licitação e à proposta licitatória.
- 9.3. O CONTRATANTE se reserva o direito de fazer uso de qualquer das prerrogativas dispostas no artigo 58 da Lei nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021, alterada e consolidada.
- 9.4. O presente contrato poderá ser alterado unilateralmente pela Administração ou por acordo das partes, com as devidas justificativas, nos casos previstos na Lei.
- 9.5. A inadimplência do contratado com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso dos serviços pela Administração.
- 9.6. O contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, não poderá subcontratar partes do contrato sem a expressa autorização da Administração.
- 9.7. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, os bens fornecidos em desacordo com os termos do Processo Licitatório, da proposta e deste contrato.
- 9.8. Integram o presente contrato, independente de transcrição, todas as peças que formam o procedimento licitatório e a proposta adjudicada.
- 9.9. A Contratada, na vigência do Contrato, será a única responsável perante terceiros pelos atos praticados por seu pessoal, eximida a Contratante de quaisquer reclamações e indenizações.
- 9.10. A gestão e fiscalização do contrato caberá ao Ordenador de Despesa competente ou a quem ele a designar com esta finalidade, devendo ele exercer toda a sua plenitude tudo em atendimento e consonância ao que dispõe a Lei Federal nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1. O foro da Comarca de AQUIRAZ/CE é o competente para dirimir questões decorrentes da execução deste Contrato, em obediência ao disposto no § 2º do artigo 55 da Lei 14.133/2021 de 1º de abril de 2021, alterada e consolidada.

Assim pactuadas, as partes firmam o presente Instrumento, lavrado na Prefeitura Municipal de AQUIRAZ/CE, perante testemunhas que também o assinam, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

AQUIRAZ/CE, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

Secretário(a) de \_\_\_\_\_  
CONTRATANTE

EMPRESA: \_\_\_\_\_  
Sr(a). \_\_\_\_\_  
CONTRATADA

#### TESTEMUNHAS:

1. \_\_\_\_\_ CPF nº \_\_\_\_\_  
2. \_\_\_\_\_ CPF nº \_\_\_\_\_

**ANEXO I DO CONTRATO**

**OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PARA UTILIZAÇÃO DOS SERVIDORES NA LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE AQIRAZ - CE.**

| LOTE 01 – EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI's) PARA SERVIDORES DA LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO |               |         |       |        |                |             |
|---|---------------|---------|-------|--------|----------------|-------------|
| ITEM  | ESPECIFICAÇÃO | UNIDADE | MARCA | QUANT. | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|   |               |         |       |        |                |             |
|   |               |         |       |        |                |             |

| LOTE 02 – MATERIAIS DE HIGIENE E CONSUMÍVEIS PARA LIMPEZA E ASSEPSIA |               |         |       |        |                |             |
|--|---------------|---------|-------|--------|----------------|-------------|
| ITEM   | ESPECIFICAÇÃO | UNIDADE | MARCA | QUANT. | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|  |               |         |       |        |                |             |
|  |               |         |       |        |                |             |

| LOTE 03 – CALÇADOS DE SEGURANÇA TIPO SAPATO OCUPACIONAL ANTIDERRAPANTE (EPI) |               |         |       |        |                |             |
|--|---------------|---------|-------|--------|----------------|-------------|
| ITEM   | ESPECIFICAÇÃO | UNIDADE | MARCA | QUANT. | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|  |               |         |       |        |                |             |
|  |               |         |       |        |                |             |